



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI

PRACA CHOUQUINHO EZEQUIEL 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



## LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BAIXA  
GRANDE DO RIBEIRO

LIVRO I  
SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - -

TÍTULO II  
DOS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BAIXA GRANDE DO  
RIBEIRO

Capítulo I - Disposição Geral (arts. 3º e 4º)

Capítulo II - Do elenco tributário (art. 5º)

Capítulo III - Das limitações do poder de tributar do Município (art. 6º)

TÍTULO III  
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA -  
IPTU

Capítulo I - Do fato gerador, da incidência e não-incidência (arts. 7º a 10)

Capítulo II - Do sujeito passivo (arts. 11 a 12)

Seção I - Contribuinte do IPTU (art.11)

Seção II - Da Atribuição de responsabilidade solidária e dos responsáveis (art. 12)

Capítulo III - Do lançamento do IPTU (arts. 13 a 15)

Capítulo IV - Do cálculo do IPTU (arts. 16 a 21)

Seção única - Da base de cálculo e do valor venal (arts. 16 a 21)

Capítulo V - Do pagamento do IPTU (arts. 22 a 25)

Capítulo VI - Do Cadastro Imobiliário Fiscal (arts. 26 a 35)

Seção I - Da inscrição (arts. 26 a 30)

Seção II - Das alterações e do cancelamento de inscrições no cadastro (arts. 31 a 34)

Seção III - Das infrações e penalidades (art. 35)

Capítulo VII - Da fiscalização do IPTU (arts. 36 e 37)

Capítulo VIII - Disposições Gerais relativas ao IPTU (arts. 38 a 41)

TÍTULO IV  
DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS"  
DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS - ITBI

Capítulo I - Do fato gerador do ITBI (arts. 42 e 43)

Capítulo II - Da não-incidência do ITBI (art. 44)

Capítulo III - Da sujeição passiva (arts. 45 e 46)

Seção I - Do contribuinte do ITBI (art.45)

Seção II - Dos responsáveis solidários pelo pagamento do ITBI (art. 46)

Capítulo IV - Do cálculo do ITBI (arts. 47 a 52)

Seção I - Da base de cálculo do ITBI (arts. 47 a 49)

Seção II - Da alíquota do ITBI (art. 50)

Seção III - Do Lançamento do ITBI (art. 51)

Seção IV - Do recolhimento do ITBI (art. 52)

Capítulo VI - Das obrigações dos serventuários da justiça (arts. 53 a 55)

Capítulo VII - Das infrações e penalidades (arts. 60 a 63)

TÍTULO V  
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

Capítulo I - Do fato gerador e da incidência (arts. 64 a 67)

Capítulo II - Da não-incidência (art. 68)

Capítulo III - Do local da prestação e do pagamento (art. 69)

Capítulo IV - Do estabelecimento prestador de serviços (arts. 97 a 99)

Seção Única - Da caracterização (arts. 70 a 72)

Capítulo V - Da sujeição passiva (arts. 73 a 110)

Seção I - Do contribuinte do ISS (art. 73)

Seção II - Dos responsáveis (arts. 74 e 76)

- Subseção I - Pelo recolhimento do ISS (art. 74)

- Subseção II - Dos responsáveis pela retenção e recolhimento do ISS (arts. 75 e 76)

Seção III - Das disposições gerais sobre sujeição passiva, retenção e recolhimento do ISS (arts. 77 a 79)

Capítulo VI - Das alíquotas e da base de cálculo (arts. 80 a 97)

Seção I - Da Identificação e Sistemática Geral de Cálculo do ISS (arts. 80 a 82)

- Subseção I - Das disposições gerais (arts. 83 a 86)

Seção II - Das alíquotas do ISS (art. 87)

Seção III - Da estimativa (arts. 89 a 95)

Seção IV - Da fixação do arbitramento da receita bruta de prestação de serviço (arts. 96 e 97)

Capítulo VII - Do lançamento e do recolhimento do ISS (arts. 98 a 104)

Seção I - Do lançamento (arts. 98 e 99)

Seção II - Do recolhimento (arts. 100 a 103)

Seção III - Dos acréscimos moratórios (art. 104)

Capítulo VIII - Das Obrigações acessórias (arts. 105 a 119)

Seção I - Da inscrição e alteração cadastral (arts. 105 a 112)

Seção II - Da suspensão e da baixa de inscrição (arts. 113 a 119)

Capítulo IX - Do documentário fiscal (arts. 153 a 176)

Seção I - Das espécies de documentos fiscais relativos ao ISS (arts. 120 a 126)

Seção II - Da escrituração de livros e dos documentos fiscais (arts. 127 a 132)

Capítulo X - Da fiscalização do ISS (arts. 133 a 141)

Seção única - Da ação fiscal (arts. 133 a 141)

Capítulo XI - Disposições gerais e finais relativas ao ISS (arts. 142 a 164)

Seção I - Do termo de acordo (arts. 142 a 145)

Seção II - Disposições especiais - Especificidades da lista de serviços (arts. 191 a 210)

- Subseção I - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres (art. 146)

- Subseção II - Serviços de diversões públicas, lazer, entretenimento e congêneres (arts. 147 a 149)

- Subseção III - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive decorrentes de títulos de capitalização e congêneres (art. 150)

- Subseção IV - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais (art. 151)

- Subseção V - Serviços de educação, instrução, treinamento e avaliação pessoal e congêneres (arts. 152 a 155)

- Subseção VI - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres (arts. 156 e 157)

- Subseção VII - Serviços relativos a propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e materiais publicitários (art. 158)

- Subseção VIII - Disposições especiais sobre outros serviços (arts. 159 a 162)

Seção III - Disposições finais ao ISS (arts. 163 a 164)

TÍTULO VI  
DASTAXAS

Capítulo I - Disposições comuns às taxas (arts. 165 a 178)

Seção I - Do fato gerador (arts. 165 a 167)

Seção II - Da incidência, lançamento e recolhimento da taxa (arts. 168 a 175)

- Subseção I - Da notificação de lançamento da taxa (art. 176)

Seção III - Da inscrição cadastral de contribuinte de taxa (arts. 177 e 178)

Capítulo II - Das espécies de taxas (arts. 179 e 180)

Capítulo III - Das taxas pelo exercício regular do poder de polícia (arts. 181 a 235)

Seção I - Taxa de Licença de Localização, Instalação, Funcionamento e Fiscalização - TLIF (arts. 181 a 191)

- Subseção I - Dos pressupostos à expedição da TLIF (arts. 181 a 184)

- Subseção II - Sujeito passivo da TLIF (arts. 185 e 186)

- Subseção III - Do cálculo e lançamento da TLIF (arts. 187 a 191)

Seção II - Taxa de Licença e Fiscalização de Obras - TLFO (arts. 192 a 201)

Seção III - Taxa de Licenciamento Ambiental - TLA (arts. 202 a 212)

Seção IV - Taxa Licença e Fiscalização de Anúncios - TLFA (arts. 213 a 279)

- Subseção I - Do fato gerador e da incidência da TLFA (arts. 213 a 215)

- Subseção II - Da não-incidência da TLFA (art.216)

- Subseção III - Do sujeito passivo da TLFA (art. 217)

- Subseção IV - Do lançamento e da inscrição cadastral de contribuinte da TLFA (arts. 218 a 220)

- Subseção V - Das infrações e penalidades (arts. 221 a 223)

- Subseção VI - Das proibições relativas aos anúncios e publicidade (arts. 224)

- Subseção VII - Disposições Gerais da TFA (arts. 225 a 227)

Seção V - Taxa de Registro e Fiscalização Sanitária - TRFS (arts. 228 a 232)

Seção VI - Taxa de Desmembramento e Remembramento de Imóveis Urbano e Rural - TDRI (arts. 233 a 235)

Capítulo IV - Das taxas pela prestação de serviços públicos (arts. 236 a 238)

Seção Única - Taxa de Serviços Municipais Diversos - TSMD (arts. 236 a 238)

TÍTULO VII  
DAS CONTRIBUIÇÕES

Capítulo I - Da Contribuição de Melhoria (arts. 239 a 255)

Seção I - Fato gerador e incidência da Contribuição de Melhoria (art. 239)

Seção II - Da não-incidência da Contribuição de Melhoria (art. 240)

Seção III - Dos contribuintes da Contribuição de Melhoria (arts. 241 e 242)

Seção IV - Do cálculo da Contribuição de Melhoria (arts. 243 e 244)

Seção V - Do lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria (arts. 245 a 251)

Seção VI - Do pagamento da Contribuição de Melhoria (arts. 252 e 253)

Seção VII - Disposições gerais relativas à Contribuição de Melhoria (arts. 254 e 255)

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baxagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



**Capítulo II** - Da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP (art. 256)

**LIVRO II  
PARTE GERAL**

**TÍTULO I  
DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

**Capítulo I** - Disposições gerais (arts. 257 a 261)

**Capítulo II** - Da Vigência e aplicação (arts. 262 a 267)

**Capítulo III** - Interpretação e integração (arts. 268 a 272)

**TÍTULO II  
DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Capítulo I** - Disposições gerais (arts. 273 a 275)

**Capítulo II** - Do fato gerador (arts. 276 a 279)

**Capítulo III** - Da sujeição ativa e passiva (arts. 280 a 286)

*Seção I* - Disposições gerais (arts. 280 a 282)

*Seção II* - Disposições gerais sobre sujeição passiva (arts. 283 e 284)

*Seção III* - Domicílio tributário (arts. 285 e 286)

**Capítulo IV** - Responsabilidade tributária (arts. 287 a 291)

*Seção I* - Disposições gerais (arts. 287 a 289)

*Seção II* - Da responsabilidade solidária (arts. 290 e 291)

**TÍTULO III  
CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

**Capítulo I** - Disposição geral (art. 292)

**Capítulo II** - Da constituição do crédito tributário municipal (arts. 293 a 301)

*Seção I* - Do lançamento dos tributos (arts. 293 a 296)

*Seção II* - Modalidades de lançamento (arts. 297 a 301)

**Capítulo III** - Suspensão do crédito tributário (arts. 302 a 307)

*Seção I* - Disposições gerais (art. 302)

*Seção II* - Da moratória (arts. 303 a 306)

*Seção III* - Do parcelamento (art. 307)

**Capítulo IV** - Extinção do crédito tributário (arts. 308 a 325)

*Seção I* - Disposições gerais (art. 308)

*Seção II* - Disposições gerais sobre as demais modalidades de extinção (arts. 309 a 320)

• Subseção I - Do pagamento (arts. 309 a 315)

• Subseção II - da compensação (arts. 316 e 317)

• Subseção III - Da transação (art. 318)

• Subseção IV - Da remissão (arts. 319 e 320)

*Seção III* - Da prescrição e da decadência (arts. 321 a 323)

*Seção IV* - Da conversão do depósito em renda (art. 324)

*Seção V* - Da Consignação (art. 325)

**Capítulo V** - Da cobrança, do recolhimento e do pagamento (arts. 326 a 333)

**Capítulo VI** - Da restituição de tributos municipais (arts. 334 a 339)

**Capítulo VII** - Da atualização monetária (arts. 340 e 341)

**Capítulo VIII** - Da exclusão do crédito tributário municipal (arts. 342 a 349)

*Seção I* - Disposições gerais (art. 342)

*Seção II* - Isenção (arts. 343 a 345)

*Seção III* - Anistia (arts. 346 a 349)

**Capítulo IX** - Das garantias e privilégios do crédito tributário (arts. 350 a 362)

*Seção I* - Disposições gerais (arts. 350 a 353)

*Seção II* - Preferências (arts. 354 a 362)

**Capítulo X** - Dos incentivos e benefícios fiscais (arts. 363 a 365)

**TÍTULO IV  
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Capítulo I** - Disposições gerais sobre fiscalização (arts. 366 a 376)

**Capítulo II** - Das diligências especiais (arts. 377 a 379)

**Capítulo III** - Do regime especial de fiscalização e controle (arts. 380 e 381)

**Capítulo IV** - Do desenvolvimento da ação fiscal (arts. 382 a 385)

**Capítulo V** - Do selo fiscal de autenticidade (art. 386)

*Seção Única* - Da aplicação dos selos fiscais (art. 386)

**TÍTULO V  
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES**

**Capítulo I** - Das infrações (arts. 387 a 389)

**Capítulo II** - Das penalidades (arts. 390 a 402)

*Seção I* - Do rol de penalidades (arts. 390 a 392)

*Seção II* - Das multas (arts. 393 a 397)

*Seção III* - Da redução e majoração de multas (arts. 398 a 402)

**Capítulo III** - Dívida ativa (arts. 403 a 408)

**Capítulo IV** - Das certidões negativas (arts. 409 a 414)

**Capítulo V** - Das disposições gerais (arts. 462 a 464)

*Seção I* - Dos prazos (art. 415)

*Seção II* - Disposições finais relativas à parte geral (arts. 416)

**LIVRO III  
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

**TÍTULO I  
DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

**Capítulo I** - Da natureza e da competência (art. 417)

**Capítulo II** - Da estrutura e funcionamento do Contencioso Administrativa Tributário (arts. 418 e 419)

**Capítulo III** - Do julgamento em primeira instância (arts. 420 a 423)

**Capítulo IV** - Da segunda instância do processo administrativo (art. 424)

**Capítulo VI** - Do Prefeito (arts. 475 a 482)

**Capítulo V** - Do crédito tributário e do auto de infração (arts. 425 a 429)

*Seção I* - Aspectos Gerais (art. 425)

*Seção II* - Aspectos Específicos (arts. 426 a 429)

• Subseção Única - Elementos essenciais ao auto de infração (art. 429)

**Capítulo VI** - Aspectos fundamentais na formação do Processo Administrativo Tributário (arts. 488 a 498)

*Seção I* - Dos princípios (art. 430)

*Seção II* - Dos direitos e deveres do autuado (arts. 431 e 432)

*Seção III* - Do dever de decidir e da motivação (arts. 433 a 440)

• Subseção I - Das medidas preliminares ou incidentes (arts. 434 a 439)

• Subseção II - Do informalismo processual (art. 440)

**Capítulo VII** - Dos atos e termos processuais (arts. 441 a 458)

*Seção I* - Dos prazos (art. 441)

*Seção II* - Das intimações (arts. 442 a 445)

*Seção III* - Das nulidades (art. 446)

*Seção IV* - Da suspensão do Processo Administrativo Tributário (art. 447)

*Seção V* - Da extinção do Processo Administrativo Tributário (art. 448)

*Seção VI* - Das provas (arts. 449 a 515)

• Subseção I - Da diligência (arts. 452 e 453)

• Subseção II - Da perícia (arts. 454 a 458)

**TÍTULO II  
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

**Capítulo I** - Das partes (art. 459)

**Capítulo II** - Do início e instrução (arts. 460 a 464)

**Capítulo III** - Da reclamação (arts. 465 a 467)

**Capítulo IV** - Da impugnação (arts. 468 a 471)

**Capítulo V** - Dos recursos (arts. 472 a 478)

*Seção I* - Das espécies (art. 472 a 535)

• Subseção I - Do reexame necessário (arts. 473 a 476)

• Subseção II - Do recurso voluntário (arts. 477 e 478)

**Capítulo VI** - Da eficácia e da execução das decisões (arts. 479 a 481)

**Capítulo IX** - Do procedimento de consulta (art. 482 a 494)

*Seção I* - Considerações preliminares (arts. 482 a 484)

*Seção II* - Dos efeitos da consulta (arts. 485 a 490)

*Seção III* - Da comunicação da resposta (art. 491)

*Seção IV* - Disposições gerais sobre consulta (arts. 492 a 494)

**Capítulo X** - Disposições finais (arts. 495 a 497)

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeituradebaxagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



## LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre o sistema tributário municipal, as normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município e institui o novo Código Tributário do Município de Baixa Grande do Ribeiro – PIAUÍ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO, Estado do Piauí, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil, no que dispõem os arts. 30, I e II; 145 e 156, bem como o previsto no § 3º e § 4º do art. 34, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e na Lei Orgânica do Município, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí, decretou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

### LIVRO I SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

#### TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei Complementar, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil, institui o Sistema Tributário Municipal compreendendo, com observância da Lei Orgânica do Município, o Código Tributário do Município de Baixa Grande do Ribeiro – CTMBGR.

Art. 2º. A atividade tributária do Município de Baixa Grande do Ribeiro, regulada pelo CTM observará as disposições do Código Tributário Nacional, leis e normas que lhe são complementares, bem como regulamentos relativos à matéria tributária de estrita competência do Município.

### TÍTULO II DOS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 3º. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 4º. A natureza jurídica específica do tributo de competência do Município de Baixa Grande do Ribeiro é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

- I – a denominação e demais características formais adotadas pela lei;
- II – a destinação legal do produto da sua arrecadação.

#### CAPÍTULO II DO ELENCO TRIBUTÁRIO

Art. 5º. São tributos que integram o Sistema Tributário do Município de Baixa Grande do Ribeiro:

I – os impostos:

- a) sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;
- b) sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos à sua aquisição – ITBI;
- c) sobre serviços de qualquer natureza – ISS;

II – as taxas especificadas nesta Lei Complementar:

- a) regular do poder de polícia;
- b) pela utilização de serviços públicos.

III – a contribuição:

- a) de melhoria, decorrente de obras públicas;
- b) para o custeio do serviço de iluminação pública – COSIP.

#### CAPÍTULO III DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR DO MUNICÍPIO

Art. 6º. É vedado ao Município de Baixa Grande do Ribeiro, além de outras garantias asseguradas ao contribuinte:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – cobrar tributos:

- a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
- c) antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea “b” deste inciso;

III – utilizar tributo com efeito de confisco;

IV – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por

eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

V – estabelecer diferença tributária entre serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino;

VI – instituir impostos sobre templos de qualquer culto, no que compreende, somente, o patrimônio e os serviços relacionados com as suas finalidades essenciais;

VII – instituir impostos sobre o patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

VIII – instituir impostos sobre patrimônio ou serviços da União, dos Estados e Municípios, inclusive autarquias e fundações por estes instituídas emantadas.

§ 1º A vedação a que se refere o inciso VIII deste artigo:

I – aplica-se exclusivamente aos serviços próprios da União, dos Estados e dos Municípios, não sendo extensiva ao patrimônio e aos serviços de suas empresas públicas, sociedades de economia mista, delegadas, autorizadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos;

II – não exclui a tributação, por lei, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não os dispensa da prática de atos assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros;

III – não exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel;

IV – aplica-se aos serviços relacionados com as finalidades essenciais e, em relação às autarquias e fundações públicas, aos serviços diretamente relacionados com os objetivos previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos;

V – não compreende a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

§ 2º A inobservância do disposto nos incisos IV e V do § 1º deste artigo implicará na inexistência de qualquer óbice ao poder de tributar.

### TÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU

#### CAPÍTULO I DO FATO GERADOR, DA INCIDÊNCIA E NÃO-INCIDÊNCIA

Art. 7º. Constitui fato gerador do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU a propriedade, o domínio útil ou a posse de todo e qualquer bem imóvel, por natureza ou acessão física, tal como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município de Baixa Grande do Ribeiro, na forma e nas condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 8º. Considera-se ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro do ano a que corresponda o lançamento.

Art. 9º. Para os efeitos do disposto no *caput* do art. 7º deste Código, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, e considerada toda a área na qual se observa o requisito mínimo de existência de, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I – pavimentação, meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II – abastecimento de água;
- III – sistema de esgotamento sanitário;
- IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V – escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º Observado o disposto no Código Tributário Nacional – CTN (Lei Federal no 5.172, de 25 de outubro de 1966), são também consideradas zonas urbanas, para os efeitos do IPTU, as áreas urbanizáveis e as de expansão urbana constantes de glebas ou de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinadas à habitação, inclusive à residencial de recreio, à indústria, ao comércio e à prestação de serviços, mesmo que localizadas fora da zona definida no *caput* deste artigo.

§ 2º Nos casos em que, a despeito de situada em zona urbana, de expansão urbana ou urbanizável, após Laudo e deferimento da Prefeitura Municipal, concluir-se que a propriedade possui as características de atividades que se destinem à exploração agropecuária, não incidirá o IPTU, mas sim o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR).

Art. 10. O IPTU incide sobre imóveis com edificações e sobre imóveis sem edificações.

§ 1º A incidência, sem prejuízo das cominações cabíveis, independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas.

§ 2º Para os efeitos do *caput* deste artigo, considera-se:

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACIA GRANDE DO RIBEIRO PI

PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baciagrande.pi.gov.br  
FONE: (89)3570-1473

ADM:2017-20



## CAPÍTULO IV DO CÁLCULO DO IPTU

### Seção única Da base de cálculo e do valor venal

I – terreno, o imóvel:

- a) semedificação;
- b) com edificação em andamento, que não seja murado em todos os lados ou cuja obra esteja paralisada, bem como condenada ou em ruínas;
- c) cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou que possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

II – prédio, o imóvel edificado e que possa ser utilizado para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino.

## CAPÍTULO II DO SUJEITO PASSIVO

### Seção I Contribuinte do IPTU

Art. 11. Contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor, a qualquer título.

### Seção II Da atribuição de responsabilidade solidária e dos responsáveis

Art. 12. O IPTU constitui ônus real, acompanhando o imóvel em todas as mutações de domínio, e é devido, a critério do órgão competente:

I – por quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;

II – por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais, e de quem exerça a possedireta.

§ 1º Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o titular do domínio pleno, o justo possuidor, o titular de direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitados na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isento do imposto ou a eleimune.

§ 2º O proprietário do imóvel ou o titular de seu domínio útil é solidariamente responsável pelo pagamento do IPTU devido pelo titular de usufruto, uso ou habitação.

§ 3º O promitente vendedor é solidariamente responsável pelo pagamento do IPTU devido pelo compromissário comprador.

§ 4º O disposto neste Código também aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

## CAPÍTULO III DO LANÇAMENTO DO IPTU

Art. 13. É anual o lançamento do IPTU, efetuado em nome do sujeito passivo, na conformidade do disposto nos arts. 11 e 12 deste Código, transmitindo-se aos adquirentes, salvo quando constar da escritura comprovação relativa à Certidão Negativa de Débitos referentes ao imposto.

§ 1º. O lançamento será efetuado à vista dos elementos do Cadastro Imobiliário Fiscal – CIF, quer declarados pelo contribuinte, quer apurados pelo Fisco, registrados até o último dia do exercício anterior.

§ 2º. Considera-se regularmente notificado do lançamento o sujeito passivo, quando do envio da notificação pelos Correios ou por quem esteja regularmente autorizado, no próprio local do imóvel ou no local por ele indicado.

§ 3º. Observado o disposto na legislação tributária, o Fisco poderá recusar o domicílio indicado pelo sujeito passivo do IPTU, quando impossibilita ou dificulte a arrecadação.

§ 4º. A notificação, pelos Correios ou por quem esteja regularmente autorizado, será precedida da publicação de edital em Diário Oficial, e divulgação em outros meios de comunicação social existentes no Município, com inferência à data de postagem, considerada a postagem nos Correios ou quem esteja autorizado ao mesmo mister, aludindo-se, ainda, sobre prazos e datas de vencimento.

Art. 14. O lançamento do IPTU, na hipótese de condomínio, poderá ser realizado em nome de um ou de todos os condôminos, exceto quando se tratar de condomínio constituído de unidades autônomas, nos termos da lei civil, caso em que o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos seus respectivos titulares.

§ 1º Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será efetuado em nome de quem esteja na posse do imóvel.

§ 2º O imposto relativo a imóvel em processo de inventário será lançado em nome do espólio; julgada a partilha, far-se-á lançamento em nome do adquirente.

§ 3º No caso de imóveis objetos de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser efetuado indistintamente em nome do compromitente vendedor ou do compromissário comprador, ou ainda, de ambos, ficando sempre um ou outro solidariamente responsável pelo pagamento do imposto.

Art. 15. Poderão ser lançados e cobrados com o IPTU, Taxas e Contribuições que se relacionem direta ou indiretamente, com a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel.

Art. 16. A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, obtido através da metodologia de cálculo definida neste Código, excluído o valor dos bens móveis nele mantidos, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

§ 1º Considera-se valor venal do imóvel, para os fins previstos neste artigo:

I – no caso de terrenos não edificados, em construção, em demolição, ou em ruínas: o valor fundiário dosolo;

II – no caso de terrenos em construção com parte de edificação habitada, o valor do solo e da edificação utilizada;

III – nos demais casos, o valor do solo e da edificação, considerados emconjunto.

§ 2º Poderão ser atualizados anualmente os valores venais dos imóveis em função de suas características físicas e condições peculiares, mediante condições específicas, com utilização, dentre outras, das seguintes fontes, a serem utilizadas em conjunto ou separadamente:

I – declarações fornecidas pelos contribuintes;

II – estudos, pesquisas e investigações conduzidas diretamente ou através de comissões específicas, com base em dados do mercado imobiliário local;

III – permuta de informações fiscais com a União, com o Estado do Piauí ou com outros municípios da mesma região geo-econômica.

§ 3º Não se constitui aumento de tributo a atualização do valor monetário da base de cálculo dos imóveis constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal – CIF, corrigido, anualmente, com base na variação do Índice de Preço Ao Consumidor Amplo Especial (IPCA – E) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo.

Art. 17. O IPTU será calculado anualmente sobre o valor venal do imóvel, de acordo com o cálculo compreendido nas tabelas do Anexo I deste Código.

Art. 18. O valor venal do imóvel não construído será apurado pelo tamanho do terreno e pelo seu valor, levando-se ainda em consideração os critérios relativos:

I – à situação do imóvel;

II – à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à principal, no caso de imóvel construído em terreno de uma ou mais esquinas e em terrenos de duas ou mais frentes;

III – à frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, o do logradouro de maior valor;

IV – à frente que lhe dá acesso, no caso de terreno de vila, ou do logradouro ao qual tenha sido atribuído maior valor, em havendo mais de um logradouro de acesso;

V – à frente correspondente à servidão de passagem, no caso de terreno encravado.

Art. 19. O valor venal do imóvel construído será apurado pela soma do valor do terreno com o valor da construção (área construída bruta pelo valor unitário de metro quadrado de construção).

§ 1º A área construída bruta será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou pilares, computando-se também a superfície das sacadas de cada pavimento, cobertas ou descobertas.

§ 2º Em casos de piscinas e de quadras esportivas, a área construída será obtida através da medição dos contornos internos de suas paredes, no primeiro caso; e da medição da área destinada à prática esportiva, sem prejuízo das áreas que lhe são pertinentes, tais como as providas de assentos, bancos, arquibancadas, quando existentes, bem como as destinadas a banheiros e vestiários.

Art. 20. No cômputo da área construída em edificações cuja propriedade seja condominial, acrescentar-se-á, à área privativa de cada condômino ou proprietário, aquela que lhe for imputável das áreas comuns em função da quota parte a ele pertencente.

Parágrafo único. A metodologia prevista no caput deste artigo aplica-se também aos casos em que a propriedade se dê no âmbito dos loteamentos fechados.

Art. 21. Para fins de cálculo do IPTU, considerar-se-á que o valor do metro quadrado será sempre expresso em Unidade de Referência Municipal (URM), índice atualizado anualmente por deliberação do Executivo Municipal, observado o disposto no art. 16, §3º deste Código.

§1º O valor de 1m<sup>2</sup> (um metro quadrado) irá variar de acordo com os parâmetros estabelecidos nas tabelas constantes no Anexo I deste Código.

## CAPÍTULO V DO PAGAMENTO DO IPTU

Art. 22. O pagamento do IPTU poderá ser efetuado de uma só vez ou em cotas, mensais e sucessivas, observado o valor mínimo de 50 URMEstabelecido para cada parcela, facultando-se ao contribuinte pagamentos simultâneos de mais de uma parcela.

§ 1º Será concedido ao contribuinte desconto calculado sobre o valor integral do imposto lançado, no patamar de 10%, desde que o IPTU seja pago em cota única até a data do vencimento da primeira parcela.

(Continua na próxima página)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
 PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
 CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
 EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
 FONE: (89)3570-1473  
 ADM:2017-20



§ 2º O pagamento das parcelas vincendas só poderá ser efetuado após o pagamento das parcelas vincendas.

§3º O parcelamento do valor imputado ao contribuinte a título de IPTU deverá observar o máximo de 10 parcelas, observado o valor mínimo previsto no *caput* deste artigo.

§4º Para os fins do disposto no §1º deste artigo, poderão gozar do desconto de 10% para pagamento em cota única apenas os contribuintes que tiverem um IPTU igual ou superior a 150 URM.

Art. 23. Os débitos não pagos nos respectivos vencimentos ficam acrescidos de multa, juros moratórios e atualização monetária, na mesma forma disciplinada neste Código para todos os demais tributos de competência do Município.

Art. 24. O débito vencido será encaminhado para cobrança, com a devida inscrição em Dívida Ativa, e, sendo o caso, posterior ajuizamento de ação de execução fiscal, ainda que no mesmo exercício onde tenha havido o lançamento do débito.

Parágrafo único. Inscrita a dívida, serão devidos, pelo contribuinte, custas, honorários advocatícios e demais despesas, na forma regulamentar, observado o disposto na legislação específica.

Art. 25. O recolhimento do imposto por terceiro não importa em presunção para quaisquer fins, por parte do Município, de eventual direito de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel.

## CAPÍTULO VI DO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL

### Seção I Da Inscrição

Art. 26. A inscrição no Cadastro Imobiliário Fiscal – CIF é obrigatória e far-se-á de ofício, ou voluntariamente pelo contribuinte, devendo ser instruída com os elementos necessários ao lançamento do IPTU, cabendo uma inscrição para cada unidade imobiliária autônoma.

Parágrafo único. Serão obrigatoriamente inscritos no CIF os imóveis situados no território do Município, bem como aqueles que venham a surgir por desmembramentos ou remembramentos dos imóveis originários, ainda que seus titulares, beneficiados por isenções ou imunidades, não estejam sujeitos ao pagamento do IPTU.

Art. 27. A inscrição no CIF será solicitada em até sessenta dias pelo contribuinte ou pelo responsável, contados da data de concessão do “habite-se” ou do título de aquisição do imóvel.

§ 1º A inscrição no CIF será realizada de ofício quando:

I – o contribuinte deixar de solicitar a inscrição do imóvel no prazo estabelecido no *caput*, deste artigo;

II – da revisão fiscal não motivada por denúncia espontânea do contribuinte, for constatada majoração do valor venal, em face de alterações procedidas no imóvel e não declaradas ao Fisco, no prazo estabelecido no *caput* deste artigo;

III – o imóvel estiver permanentemente fechado, ou o contribuinte impedir o levantamento dos elementos integrantes do imóvel necessários à apuração de seu valor venal, hipótese em que se arbitrar este valor para fixação do montante do IPTU, adotando-se os seguintes critérios:

- por pavimento, área construída igual à área do terreno;
- padrão da construção alto e estado de conservação ótimo.

§ 2º As declarações prestadas pelo contribuinte, no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam na sua aceitação pelo Fisco, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

Art. 28. Os responsáveis por loteamentos (pessoas físicas e jurídicas), os leiloeiros, as empresas construtoras, incorporadoras, imobiliárias, bem como as instituições financeiras e os órgãos governamentais que financiam a aquisição de imóveis ficam obrigados a enviar à Secretaria de Tributação e Arrecadação a Declaração Imobiliária – DIM, contendo os imóveis existentes na zona urbana e nas áreas de expansão ou banada de Baixa Grande do Ribeiro que tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, constando:

- o endereço do imóvel;
- a data e o valor da transação;
- nome, CPF/CNPJ e endereço de correspondência do adquirente e do transmitente;
- inscrição imobiliária e número do registro do imóvel;
- espécie do negócio;
- as informações adicionais, a serem definidas em regulamento.

§ 1º Serão nomeadas de forma individualizada, através de regulamento, as empresas construtoras, incorporadoras, imobiliárias, instituições financeiras e órgãos governamentais.

§ 2º Serão também objetos da Declaração Imobiliária – DIM os aditivos a contratos anteriormente informados.

Art. 29. O imóvel, edificado ou não, será inscrito pelo logradouro:

- de situação natural;
- de maior valor, quando se verificar possuir mais de uma frente;
- que lhe dá acesso, no caso de terreno de vila, ou pelo qual tenha sido atribuído maior valor, em havendo mais de um logradouro de acesso.

Art. 30. As edificações construídas sem licença, ou em desobediência às normas técnicas, mesmo que inscritas e lançadas para efeitos tributários, não geram direito ao proprietário e não excluem o

direito do Município de exigir a adaptação das edificações às normas legais prescritas, ou a sua demolição, sempre prejudicando ou arrasando estabelecidas na legislação.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* nos casos de remembramento e desmembramento de imóvel.

### Seção II

#### Das alterações e do cancelamento de inscrições no cadastro

Art. 31. A alteração e o cancelamento da inscrição no CIF poderão ocorrer de ofício ou por iniciativa do contribuinte.

§1º Ocorrerá a alteração da inscrição prevista no *caput* quando, na unidade imobiliária, ocorra fato que possa afetar a incidência ou o cálculo do imposto;

§2º Ocorrerá o cancelamento da inscrição prevista no *caput*:

I - de ofício, quando ocorrer remembramento e incorporação de imóvel ao patrimônio público, com o fim de constituir leito de via ou logradouro público, ou desapropriação para fins de interesse social;

II - por iniciativa do contribuinte ou de ofício, em decorrência de remembramento, demolição de edifício com mais de uma unidade imobiliária, ou em consequência de fenômeno físico, tal como avulsão, erosão ou invasão das águas do rio, casos em que, quando do pedido, deverá o contribuinte declarar a unidade por ventura remanescente.

Art. 32. O sujeito passivo deverá, ainda, declarar ao Fisco, dentro do prazo de trinta dias contados da respectiva ocorrência:

- da aquisição de imóveis, construídos ou não;
- de mudança de endereço para entrega de notificação;
- de reformas, demolições, desmembramento, remembramento, ampliações ou modificações de uso;
- de outros fatos ou circunstâncias que possam afetar a incidência, o cálculo ou a administração do IPTU.

Art. 33. A inscrição, alteração ou retificação de ofício não eximem o infrator das multas que lhe couberem.

Art. 34. Considera-se unidade imobiliária, para fins de inscrição, o lote, a gleba, a casa, o apartamento, a garagem autônoma, a sala e qualquer imóvel destinado a fins comercial, industrial ou de prestação de serviços, bem como os imóveis destinados ao comércio e os estabelecimentos fabris, educacionais e hospitalares.

§ 1º Para efeito de desmembramento ou remembramento, a nova inscrição somente será efetuada no cadastro do IPTU mediante a aprovação do projeto pelo órgão competente do município ou da comprovação de averbação da matrícula no registro de imóveis respectivo.

§ 2º Nos casos de existência de unidades imobiliárias cadastradas na Secretaria de Tributação e Arrecadação em desacordo com a legislação de regência, poderá ser efetuado, de ofício, o desmembramento ou remembramento, no âmbito do Cadastro Imobiliário, para atender às exigências legais.

§ 3º O desmembramento ou remembramento, para efeito de inscrição no cadastro imobiliário, poderá ser efetuado, em caráter excepcional, mediante despacho motivado da autoridade competente, desde que comprovada a necessidade prática de tal medida, sem a observância do disposto no § 1º deste artigo.

§ 4º Quando as edificações ocuparem lotes registrados em cartório com mais de uma matrícula em nome de um mesmo proprietário, as áreas dos terrenos correspondentes a estes registros serão unificadas para cadastro das edificações como unidade imobiliária autônoma.

§ 5º Quando as edificações ocuparem lotes registrados em cartório com mais de uma matrícula em nome de mais de um proprietário, as áreas dos terrenos correspondentes a estes registros serão unificadas para cadastro das edificações como unidade imobiliária autônoma, em nome de qualquer um dos proprietários, ficando os demais solidariamente obrigados.

### Seção III DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 35. O descumprimento das obrigações acessórias previstas neste capítulo sujeitará o contribuinte ao pagamento de multa estabelecida neste Código Tributário Municipal, respeitadas também as previsões do Código Tributário Nacional.

### CAPÍTULO VII DA FISCALIZAÇÃO DO IPTU

Art. 36. Estão sujeitos à fiscalização os imóveis, edificados ou não, e seus proprietários, possuidores, administradores ou locatários, os quais não poderão impedir vistorias realizadas pelo Fisco, através de seus agentes, ou por quem esteja por estes devidamente designados, nem deixar de fornecer-lhes as informações solicitadas que sejam de interesse do Fisco municipal, respeitados os limites previsto em Lei.

Art. 37. Os tabeliães, escrivães, oficiais de registro de imóveis, ou quaisquer outros serventários públicos não poderão lavrar escrituras de transferência, nem transcrição ou inscrição de imóvel, nem tampouco lavrar termos, expedir instrumentos ou títulos relativos a atos de transmissão de imóveis ou direitos a eles relativos, sem a prova antecipada do pagamento dos impostos de competência do Município que incidam sobre os mesmos.

### CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AO IPTU

Art. 38. Respeitado o prazo decadal, poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, bem como serem promovidos lançamentos aditivos ou

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
 PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
 CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
 EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
 FONE: (89)3570-1473  
 ADM:2017-20



substitutivos, e serem retificadas as falhas dos lançamentos existentes.

Art. 39. Os lançamentos relativos ao IPTU de exercícios anteriores serão feitos em conformidade com os valores e disposições legais das épocas a que os mesmos se referirem.

Art. 40. Constará da Notificação do IPTU, no mínimo, as informações sobre:

- I - localização e utilização do imóvel;
- II - incidência do tributo;
- III - áreas tributadas;
- IV - alíquota aplicável;
- V - base de cálculo;
- VI - valor a pagar.

Art. 41. Nos casos em que o proprietário abandona o imóvel urbanocom a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e, desde que este imóvel não se encontre na posse de outrem, ocorrerá a perda da propriedade, na forma da lei civil.

§ 1º O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser arrecadado como bem vago, e três anos depois, caso se encontre na circunscrição, passará à propriedade do Município de Baixa Grande do Ribeiro.

§ 2º Presumir-se-á de modo absoluto a intenção a que se refere o *caput* deste artigo quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais, não estando subordinada a perda de propriedade a qualquer outra condição.

#### TÍTULO IV DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELAS RELATIVOS - ITBI

##### CAPÍTULO I DO FATO GERADOR DO ITBI

Art. 42. O Imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre eles - ITBI tem como fato gerador:

- I - a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso:
  - a) de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme o disposto na lei civil;
  - b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- II - a cessão, por ato oneroso, de direitos relativos às transmissões referidas nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo decorre da realização de atos e contratos relativos a imóveis situados no Município de Baixa Grande do Ribeiro - PI.

Art. 43. Incide o ITBI sobre as seguintes mutações patrimoniais:

- I - compra e venda, pura ou condicional, de imóveis e de atos equivalentes, bem como os compromissos ou promessas de compra e venda de imóveis sem cláusula de arrependimento ou quitado, ou a cessão de direitos deles decorrentes;
- II - dação em pagamento;
- III - usufruto;
- IV - permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;
- V - arrematação eremição;
- VI - adjudicação que não decorra de sucessão hereditária;
- VII - incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição;
- VIII - transferência de imóvel do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 8º, do art. 44, desta Lei Complementar;
- IX - transferência de direitos sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;
- X - cessão de direito a sucessão, ainda que por desistência ou renúncia;
- XI - no mandato em causa própria, e respectivo substabelecimento, quando este configure transação e o instrumento contenha requisitos essenciais à compra e venda;
- XII - concessão de direito real de uso e de direito de superfície;
- XIII - subrogação na cláusula de alienabilidade;
- XIV - rendas expressamente constituídas sobre bem imóvel;
- XV - cessão de direito na acessão física quando houver pagamento de indenização;
- XVI - cessão de direitos de usufruto;
- XVII - cessão de promessa de compra e venda quitada e cessão de promessa de compra e venda sem cláusula de arrependimento;
- XVIII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;
- XIX - cessão de direito do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o Auto de Arrematação ou de Adjudicação;
- XX - cessão de benfeitorias e construções em terreno comprometido à venda ou alheio;
- XXI - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso XXIX;
- XXII - excesso em bens imóveis, situados em Baixa Grande do Ribeiro, partilhados ou adjudicados, na dissolução da sociedade conjugal, a um dos cônjuges;
- XXIII - tomas ou reposições que ocorram:

- a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando, em face do valor do imóvel, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, ou ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro, recebimento de imóvel situado no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desse imóvel;
- b) nas divisões, para extinção de condomínio de imóvel, situado em Baixa Grande do Ribeiro, quando qualquer condômino receber quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal;

XXIV - em todos os demais atos e contratos onerosos translativos da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, ou dos direitos sobre imóveis;

XXV - qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos, não especificados nos incisos I a XXIV deste artigo, que importe ou resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos relativos aos mencionados atos.

§ 1º Para efeitos de incidência do ITBI, equipara-se à compra e à venda a permuta:

- I - de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;
- II - de bens imóveis situados em Baixa Grande do Ribeiro por outros quaisquer bens que estejam situados fora do seu território.

§ 2º A incidência do ITBI ocorrerá no momento da concretização do negócio, do ato ou contrato.

§ 3º Para os fins dispostos neste Código, entende-se por "cessão de direito" a concessão real de uso, a cessão de direitos e obrigações decorrentes do compromisso de compra e venda, ocorrendo a mudança da titularidade.

§ 4º Observado o disposto na alínea "a" do inciso XXVIII deste artigo, quando da realização de transferência de qualquer bem imóvel individualmente considerado, a incidência se dará, neste caso, sobre 50% (cinquenta por cento) do valor do bem.

§ 5º Incidirá ITBI sempre que o imóvel estiver situado em Baixa Grande do Ribeiro, mesmo que o título translativo tenha sido lavrado em qualquer outro Município.

#### CAPÍTULO II DA NÃO INCIDÊNCIA DO ITBI

Art. 44. Não incide ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos quando:

- I - incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital social;
- II - decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

§ 1º Não se aplica o que dispõe os incisos I e II deste artigo quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e a venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

§ 2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos vinte e quatro meses anteriores e nos vinte e quatro meses seguintes à aquisição, decorrerem de transações a que se referem o § 1º deste artigo.

§ 3º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de vinte e quatro meses antes dela, apurar-se-á a preponderância, considerando-se os trinta e seis meses seguintes à data da aquisição.

§ 4º Verificada a preponderância a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo, tomar-se-á devido o ITBI nos termos da disposição legal vigente à data da aquisição, e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles.

§ 5º Não se caracteriza a preponderância da atividade, para fins de não incidência do ITBI, quando a transmissão de bens ou direitos for efetuada junto com a transmissão da totalidade do patrimônio do alienante.

§ 6º A prova de inexistência da preponderância da atividade, sujeita ao exame e verificação fiscal, deverá ser demonstrada pelo adquirente mediante apresentação dos atos constitutivos atualizados, demonstração do resultado do exercício e balanço patrimonial dos dois últimos exercícios.

§ 7º. O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará procedimentos inerentes ao disposto no § 6º deste artigo, e ao exame e reconhecimento da não incidência.

§ 8º. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

#### CAPÍTULO III DA SUJEIÇÃO PASSIVA

##### Seção I Do Contribuinte do ITBI

Art. 45. É contribuinte do ITBI:

- I - na transmissão de bens ou de direitos: o adquirente do bem ou do direito transmitido;
- II - na cessão de bens ou de direitos: o cessionário do bem ou do direito cedido;
- III - o cedente, no caso de cessão de direito decorrente de compromisso de compra e venda sem cláusula de arrependimento ou quitada;
- IV - na permuta de bens ou de direitos: qualquer um dos permutantes do bem ou do direito permutado, cabendo a cada permutante a responsabilidade pelo pagamento do ITBI sobre o valor do bem adquirido.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



## Seção II

### Dos responsáveis solidários pelo pagamento do ITBI

Art. 46. São pessoalmente responsáveis e respondem solidariamente pelo pagamento, em razão das transações que efetuarem sem o pagamento do ITBI ou inadimplência do contribuinte:

- I – na transmissão de bens ou de direitos:
  - a) o transmitente em relação ao adquirente do bem ou do direito transmitido;
- II – na cessão de bens ou de direitos:
  - a) o cessionário, em relação ao cedente do bem ou do direito cedido;
  - b) o cedente, em relação ao cessionário do bem ou do direito cedido.
- III – na permuta de bens ou de direitos, o permutante, em relação ao outro permutante do bem ou do direito permutado;
- IV – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados, em razão de seu ofício, ou pelos erros ou omissões por que forem responsáveis.

## CAPÍTULO IV DO CÁLCULO DO ITBI

### Seção I

#### Base de Cálculo do ITBI

Art. 47. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel ou dos direitos transmitidos ou cedidos a ele relativos.

Art. 48. O valor venal, base de cálculo do ITBI, será o valor atual de mercado do imóvel ou dos direitos a ele relativos, transmitidos ou cedidos, determinado pela Administração Tributária, com base nos elementos que dispuser, podendo ser estabelecido através de:

- I – avaliação efetuada com base nos elementos aferidos no mercado imobiliário do Município;
  - II – dos elementos constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal – CIF, que instruíram a cobrança do IPTU;
  - III – valor declarado pelo próprio sujeito passivo, ou por procurador legalmente constituído para tal fim específico.
- § 1º Prevalecerá, dentre os incisos I a III deste artigo, para fins de cobrança do imposto, o que resultar de maior valor.
- § 2º Em nenhum caso a avaliação poderá ser inferior ao valor venal utilizado no exercício correspondente que serviu de base de cálculo do IPTU, nem tampouco ao valor da terra nua (VTN) que serviu de base de cálculo do ITR.
- § 3º Nas arrematações judiciais, inclusive adjudicações e remições, a base de cálculo não poderá ser inferior ao valor da avaliação judicial, prevalecendo, outrossim, o disposto no *caput* e no § 1º deste artigo.
- § 4º Na inexistência de lançamento do IPTU, os atos translativos somente serão celebrados após o cadastramento do imóvel, ou se o mesmo estiver situado na zona rural, mediante apresentação de certidão dessa circunstância, expedida pelo Fisco.

Art. 49. Na avaliação, para fins de fixação da base de cálculo, a Administração Tributária observará em relação ao imóvel, dentre outros, os seguintes elementos:

- I – características do terreno e da construção:
  - a) a forma, a dimensão e a utilidade;
  - b) o estado de conservação;
  - c) a localização e o zoneamento urbano;
- II – o custo unitário da construção e os valores:
  - a) aferidos no mercado imobiliário;
  - b) das áreas vizinhas ou situadas em áreas de valor econômico equivalente.

## Seção II

### Da alíquota do ITBI

Art. 50. A alíquota do ITBI é de 2% (dois por cento) sobre o valor estabelecido como base de cálculo.

## Seção III

### Do Lançamento do ITBI

Art. 51. No lançamento do ITBI, diretamente ou mediante declaração do sujeito passivo, será considerado:

- I – a situação fática dos bens ou dos direitos transmitidos, cedidos ou permutados;
  - II – os mecanismos de avaliação a que se refere os arts. 48 e 49 deste Código;
  - III – Nas hipóteses de lançamento do ITBI mediante declaração do sujeito passivo, que importe em determinação do valor do negócio, fica o contribuinte obrigado ao disposto no inciso III, do art. 48, deste Código.
- § 1º A Administração Tributária poderá notificar o contribuinte para, no prazo de quinze dias, contados da ciência do ato, prestar informações sobre a transmissão, cessão ou permuta de bens ou direitos, sempre que julgar necessário, com base nas quais poderá efetuar o lançamento do ITBI.
- § 2º O lançamento ocorrerá em nome do contribuinte ou responsável solidário quando a transmissão de bens ou direitos for solicitada pelo sujeito passivo ou identificada pelo agente do Fisco.

## Seção IV

### Do recolhimento do ITBI

Art. 52. O recolhimento do ITBI (e dos foros e laudêmos quando for o caso) deverá ser efetuado em cota única, sendo indispensável a sua quitação definitiva à lavratura, registro ou qualquer outro instrumento que tiver de base a transmissão, a cessão ou permuta de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, quando realizada no Município de Baixa Grande do Ribeiro, inclusive quando financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação.

§ 1º Nas transações em que figurem como adquirentes ou cessionários pessoas isentas e imunes, ou quando se verificar a não incidência, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por certidão própria, lavrada pelo Secretário de Tributação e Arrecadação, que será transcrita no instrumento, termo ou contrato de transmissão.

§ 2º O imposto será pago através de Documento de Arrecadação de Tributos Municipais – DAM, como receita “Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis inter vivos - ITBI”.

## CAPÍTULO V

### DAS OBRIGAÇÕES DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

Art. 53. A prova do pagamento do ITBI e a correspondente Certidão Negativa de Débito deverão ser exigidas pelos escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos, seus prepostos e serventuários da justiça, quando da prática de atos, dentre os quais a lavratura, registro ou averbação, relativos a termos relacionados à transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões ou permutas.

§ 1º Não será lavrado, registrado, inscrito ou averbado nenhum termo, nem tampouco praticado qualquer ato relacionado ou que importe em transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, cessões ou permuta inclusive, sem que os interessados apresentem:

I – Certidão Negativa de Débito que comprove a quitação dos impostos de competência do município, incidentes sobre o imóvel;

II – comprovante de pagamento do ITBI através do documento de arrecadação original ou comprovante de reconhecimento administrativo da não incidência, da imunidade ou isenção do ITBI.

§ 2º Em quaisquer dos casos assinalados nos incisos I e II do § 1º do *caput* deste artigo, deverá ser efetuada a transcrição no instrumento respectivo de seu inteiro teor.

§ 3º Os oficiais de Registro de Imóveis, tabeliães, escrivães, notários, ou seus prepostos, deverão fazer expressa referência no instrumento, termo ou escritura:

I – ao Documento de Arrecadação de Tributos Municipais – DAM e à quitação do ITBI;

II – ao documento firmado pela Administração Tributária Municipal que conferiu a existência e reconhecimento de imunidade, isenção ou não incidência de ITBI.

§ 4º A providência relativa ao disposto no § 3º deste artigo aplica-se no caso de escrituras lavradas em outros municípios, quando efetuada a transcrição do respectivo registro no cartório de origem do imóvel; e no caso de escrituras lavradas em cartório distinto do cartório de origem do imóvel, este deverá arquivar cópias autênticas dos documentos citados nos incisos I e II do § 3º, deste artigo.

§ 5º Os oficiais de Registro de Imóveis, tabeliães, notários, ou seus prepostos deverão verificar e informar ao Fisco sobre:

I – ocultação da existência de frutos pendentes e outros bens ou direitos tributáveis, transmitidos juntamente com a propriedade;

II – falsidade em documentos, no todo ou em parte, quando verificada que a pessoa jurídica gozou do benefício destinado a quem desenvolve atividade preponderante de compra e venda, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, bem como cessão de direitos relativos a sua aquisição;

III – falsidade de documento que instruiu a dispensa do pagamento do ITBI, seja pelo reconhecimento de imunidade, isenção ou não incidência.

Art. 54. Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos, seus prepostos e os serventuários da justiça não poderão embarçar a fiscalização do ITBI pela Secretaria de Tributação e Arrecadação, obrigando-se a:

I – facilitar e facultar o exame, em cartório, dos livros, registros, autos, documentos e papéis que interessarem à arrecadação do tributo;

II – fornecer aos agentes do Fisco competentes à fiscalização do ITBI, quando solicitada, certidão dos atos lavrados, transcritos, averbados, inscritos ou registrados, concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos;

III – fornecer, na forma regulamentar, dados relativos às guias de recolhimento que lhes foram apresentadas.

Art. 55. Os cartórios situados no Município de Baixa Grande do Ribeiro, ou em município vizinho que pertença a sua jurisdição, remeterão à Secretaria de Tributação e Arrecadação, até o dia quinze do mês subsequente, relação de todos os atos e termos transcritos, averbados, lavrados, inscritos ou registrados no mês anterior, que possam estar sujeitos à incidência do ITBI.

Parágrafo único. Constará na relação a que se refere o *caput* deste artigo:

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



- I – identificação do imóvel, número da inscrição imobiliária, o valor da transmissão, da cessão ou da permuta;
- II – nome, CPF e endereço do transmitente, do adquirente, do cedente, do cessionário e dos permutantes, conforme o caso;
- III – o valor do imposto recolhido, a data de pagamento e a instituição arrecadadora;
- IV – o número do processo de ITBI que serviu de base para emissão da guia de ITBI.

#### CAPÍTULO VI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 56. Quando apurado através de ação fiscal, o ITBI será acrescido de multa por infração definida na Parte Geral deste Código.

Art. 57. Os oficiais de Registro de Imóveis, tabeliães, escrivães, notários, ou seus prepostos que infringirem disposições relativas ao ITBI responderão solidariamente pelo pagamento do imposto devido.

Parágrafo único. O descumprimento das obrigações acessórias previstas no Título IV deste Código sujeitará o contribuinte ou responsável ao pagamento de multa estabelecida nesta Lei.

Art. 58. A reincidência ao disposto no parágrafo único do artigo anterior, quando verificada a mesma natureza, será agravada com multa em dobro.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, considera-se reincidência a repetição de infração ao disposto no parágrafo único do artigo 57 deste Código, nos cinco anos subsequentes ao cometimento do ato infracional, contados da data do recolhimento do crédito tributário, pelo infrator, ou do trânsito em julgado da decisão administrativa que pugnou pela procedência do lançamento.

Art. 59. O débito vencido será encaminhado para cobrança, com inscrição na Dívida Ativa.

Parágrafo único. Inscrição e ajuizamento da dívida, serão devidos, também, custas, honorários e demais despesas, na forma estabelecida na legislação.

#### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS RELATIVAS AO ITBI

Art. 60. Na transmissão de terreno ou fração ideal do terreno, bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulada com contrato de construção, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato. Caso contrário, serão incluídas a construção e as benfeitorias no estado em que se encontrarem por ocasião do ato translativo da propriedade ou do direito real, para efeito de exigência do imposto.

§ 1º O promitente comprador de lote de terreno que vier a construir no imóvel antes da escritura definitiva ficará sujeito ao pagamento do imposto relativamente ao valor da construção ou da benfeitoria, salvo se comprovar que as obras foram realizadas após a celebração do contrato de compra e venda, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- I - alvará de licença para construção em nome do promitente comprador;
- II - contrato de construção, devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos;
- III - ata de constituição do condomínio, devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, consoante a relação dos condôminos que aderiram ao contrato de formação do condomínio até a data do registro.

§ 2º Poderão ser exigidos outros documentos comprobatórios da anterioridade da aquisição do imóvel, caso o Fisco Municipal julgue necessário.

Art. 61. Em caso de incorreção na base de cálculo do IPTU, detectada por ocasião do lançamento do ITBI, o Fisco municipal deverá rever, de ofício, o valor venal do IPTU.

Art. 62. Sempre que sejam omissos ou não mereçam fé os esclarecimentos, as declarações, os documentos ou os recolhimentos prestados, expedidos ou efetuados pelo sujeito passivo ou por terceiro legalmente obrigado, o Fisco Municipal, mediante processo regular, arbitrará o valor referido, na forma e condições regulamentares.

Parágrafo único. Não concordando com o valor arbitrado, o contribuinte poderá oferecer avaliação contraditória, na forma, condições e prazos regulamentares.

Art. 63. Na administração do ITBI, aplicam-se, no que couber, as normas estabelecidas neste Código.

#### TÍTULO V DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS

##### CAPÍTULO I DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 64. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS no momento da prestação do serviço, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, ainda que o serviço não se constitua como atividade preponderante do prestador.

Parágrafo único. Ressalvadas as hipóteses do fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios, nas demais hipóteses, ainda que a prestação dos serviços relacionados no Anexo II integrante deste Código envolva fornecimento de mercadorias, os serviços especificados estarão sujeitos ao ISS.

Art. 65. São hipóteses de incidência do ISS as prestações de serviços compreendidos na competência tributária do Município, com expressa indicação de incidência em Lei Complementar Federal, e constantes do Anexo II, parte integrante deste Código.

§ 1º O ISS incide também sobre:

- I – o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação tenha se iniciado no exterior do País;
  - II – o serviço prestado mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- § 2º Incluem-se entre os sorteios referidos no item 19 do Anexo II desta Lei Complementar aqueles efetuados mediante inscrição automática por qualquer meio, desde que a captação alcance participante do município.

Art. 66. A incidência do ISS se configura independentemente:

- I – da denominação dada ao serviço prestado;
- II – da existência de estabelecimento fixo;
- III – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
- IV – do resultado financeiro obtido no exercício da atividade;
- V – do pagamento, recebimento ou não do preço do serviço prestado ou qualquer condição relativa à forma de sua remuneração.

Art. 67. O contribuinte que exercer mais de uma das atividades relacionadas no Anexo II deste Código ficará sujeito à incidência do ISS sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo não regularmente inscrito.

#### CAPÍTULO II DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 68. O ISS não incide sobre:

- I – os serviços prestados:
  - a) contratação de emprego formal;
  - b) por trabalhadores avulsos, assim considerados aqueles que, sindicalizados ou não, prestem serviços sem vínculo empregatício a diversas empresas, com intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou órgão gestor de mão-de-obra, nas condições especificadas em regulamento;
  - c) pelos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como pelos sócios-gerentes e pelos gerentes-delegados;
- II – as exportações de serviços para o exterior;
- III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;
- IV – os serviços não constantes do Anexo II deste Código, ressalvados os que têm natureza congênere;
- V – os serviços e atividades expressamente excecionados no Anexo II deste Código.

Parágrafo único. Não se enquadram no que dispõe o inciso II deste artigo os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

#### CAPÍTULO III DO LOCAL DA PRESTAÇÃO E DO PAGAMENTO

Art. 69. Para os efeitos de incidência e do pagamento do ISS, o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX deste artigo, quando o imposto será devido no local:

- I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 116/2003;
- II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da Lista anexa;
- III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;
- IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista anexa;
- V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Lista anexa;
- VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Lista anexa;
- VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Lista anexa;
- VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Lista anexa;
- IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Lista anexa;
- X – do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da Lista anexa;
- XI – do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e

(Continua na próxima página)





PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI

PRACA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
 CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
 EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
 FONE: (89)3570-1473

ADM:2017-20



serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da Lista anexa;

XIII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da Lista anexa;

XIV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Lista anexa;

XV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista anexa;

XVI – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista anexa;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da Lista anexa;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da Lista anexa;

XX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XXI – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Lista anexa;

XXII – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da Lista anexa;

XXIII – do porto, aeroporto, ferroponto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da Lista anexa.

XXIV – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXV – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXVI – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º No caso dos serviços descritos no subitem 3.03 do Anexo II, desta Lei Complementar, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município de Baixa Grande do Ribeiro quando em seu território houver extensão de ferrovia, rodovia, pontes, túneis, postes, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços descritos no subitem 22.01 do Anexo II deste Código, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município de Baixa Grande do Ribeiro quando em seu território houver extensão de rodovia explorada mediante cobrança de preço ou pedágio.

#### CAPÍTULO IV

#### DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR DE SERVIÇOS

##### Seção Única Da Caracterização

Art. 70. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, ou onde sejam planejados, organizados, controlados, administrados, fiscalizados ou executados serviços, total ou parcialmente, e que configure unidade econômica ou profissional.

Parágrafo único. É irrelevante para a caracterização do estabelecimento prestador a denominação de sede, matriz, filial, loja, oficina, posto de atendimento, agência, sucursal, escritório de representação, ou contato, ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 71. A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução das atividades de prestação de serviços;

II – estrutura organizacional ou administrativa;

III – inscrição nos órgãos previdenciários;

IV – indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V – permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através:

- da indicação do endereço em impressos, formulários, correspondências, veículos ou em qualquer outremeio;
- de contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade;
- de conta de telefone, de fornecimento de energia, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 1º A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, para os efeitos do *caput*, deste artigo, não o descaracteriza como estabelecimento prestador.

§ 2º São considerados também como estabelecimentos prestadores os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

Art. 72. Quando a atividade tributável for exercida em estabelecimentos distintos, o ISS será lançado em cada estabelecimento.

Parágrafo único. Consideram-se estabelecimentos distintos:

I – os que, embora no mesmo local, ainda que com idênticas atividades, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – os que, embora pertencentes à mesma pessoa, física ou jurídica, estejam situados em locais diversos, não se considerando como tal dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem as várias salas ou pavimentos de um mesmo imóvel.

#### CAPÍTULO V DA SUJEIÇÃO PASSIVA

##### Seção I Do contribuinte do ISS

Art. 73. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

§ 1º Entende-se por:

I - Prestador de serviço: a pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, que exerça, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades relacionadas no Anexo II deste Código;

II - Profissional autônomo: a pessoa física que executa pessoalmente a prestação de serviço inerente à sua categoria profissional, podendo possuir até dois empregados cujo trabalho não interfira diretamente no desempenho de suas atividades.

III - Sociedade de profissionais: a pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade simples que preste os serviços a que se referem o item 5 e os subitens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.16, 7.01, 10.03, 17.13, 17.15, 17.18 e 17.19 da lista de serviços constante do Anexo II deste Código, desde que atendidas as seguintes condições:

- todos os sócios possuam a mesma habilitação profissional e prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei que rege a profissão;
- possua até três empregados não habilitados para cada sócio ou empregado habilitado;
- não possua em seu quadro societário pessoa jurídica;
- não exerça atividade diversa da habilitação dos sócios;
- não exerça qualquer atividade que constitua elemento de empresa, nos termos do Código Civil Brasileiro;
- que possua registro no órgão fiscalizador do exercício da profissão dos sócios.

§ 2º A solicitação de enquadramento de pessoa jurídica como Sociedade de Profissionais será dirigida ao Secretário de Tributação e Arrecadação, que após análise e deferimento, expedirá o Certificado de Sociedade de Profissionais, com validade de 03 (três) anos, contados a partir da data da solicitação.

##### Seção II Dos responsáveis

##### Subseção I Pelo recolhimento do ISS

Art. 74. São responsáveis solidários pelo recolhimento do ISS:

I – os que permitirem em seu estabelecimento ou domicílio exploração de atividade tributável sem estar, o prestador de serviço, inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido sobre essa atividade;

II – os que efetuarem pagamento de serviços a empresas ou profissionais autônomos, não cadastrados ou em situação fiscal irregular, junto ao Cadastro Mercantil de Contribuintes – CMC, pelo ISS cabível nas operações;

III – o empresário, promotor, produtor ou contratante de artistas, shows e profissionais, qualquer que seja a natureza do contrato;

IV – os construtores, os empreiteiros, agricultores e produtores rurais (pessoa física ou jurídica) e quaisquer outros contratantes de obras de construção civil, pelo ISS devido por empreiteiros ou subempreiteiros não estabelecidos no Município;

V – os titulares de direitos sobre prédios ou os contratantes de obras e serviços, se não identificarem os construtores, empreiteiros de construção, reconstrução, reforma, reparação ou acréscimo desses bens, pelo ISS devido pelos construtores ou empreiteiros;

VI – o proprietário da obra em relação aos serviços da construção civil, que lhe forem prestados sem a documentação fiscal correspondente, ou sem a prova do pagamento do ISS pelo prestador de serviços;

VI – as empresas que utilizarem serviços:

- de terceiros, pelo ISS incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores documento fiscal idôneo;
- de profissionais autônomos, pelo ISS incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores prova de quitação fiscal e de sua inscrição.

VII – o cedente de direitos de uso, ou o proprietário de salão de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, clubes recreativos, clubes de serviços, parques de diversões ou qualquer estabelecimento, dos eventos ou negócios de qualquer natureza realizados nestes locais.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no *caput* deste artigo, são responsáveis:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica e física, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos abaixo, quando o prestador não estiver formalmente estabelecido neste Município:

- cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário;

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAGA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



- b) execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);
- c) demolição;
- d) reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);
- e) varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer;
- f) limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres;
- g) decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores;
- h) controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos;
- i) florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres;
- j) limpeza e dragagem de rios, portos, canais, balsas, lagoas, represas, açudes e congêneres;
- k) escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres;
- l) acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo;
- m) guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e embarcações;
- n) vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas;
- o) armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie;
- p) serviços de transporte de natureza municipal;
- q) fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviços;
- r) planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;
- s) diversões, lazer, entretenimento e congêneres, exceto a produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres;
- t) serviços aeroportuário e de terminais rodoviários.

§ 2º O responsável pela retenção deverá fornecer, ao prestador do serviço, o comprovante da retenção a que se refere o parágrafo anterior, o qual lhe servirá de comprovante de recolhimento do ISS.

#### Subseção II

##### Dos responsáveis pela retenção e recolhimento do ISS

Art. 75. São responsáveis quanto à retenção e o recolhimento do ISS, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária, as pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, quando efetuarem pagamento a pessoas físicas ou jurídicas, cadastradas ou não no Município, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais, em relação aos serviços abaixo relacionados:

- I – os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta de quaisquer dos poderes da União, do Estado do Piauí e do Município de Baixa Grande do Ribeiro;
- II – os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e os equiparados, quando autorizados;
- III – as concessionárias e permissionárias de serviços públicos concedidos ou permitidos por qualquer das esferas de governo da Federação;
- IV – as empresas que explorem serviços de plano de saúde, previdência oficial ou privada, ou de assistência médica, hospitalar e congêneres;
- V – os hospitais e clínicas públicos e privados;
- VI – os serviços sociais autônomos;
- VII – os supermercados, as administradoras de shopping centers e de condomínios;
- VIII – as incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil;
- IX – as empresas de hospedagem;
- X – as empresas de rádio, televisão e jornal;
- XI – pessoas jurídicas ou físicas cujo o domicílio fiscal seja o Município de Baixa Grande do Ribeiro e que explorem as atividades de comércio, indústria e serviço, tomando serviços de prestadores que possuam domicílio fiscal em outro município.

§ 1º A fonte pagadora deverá fornecer ao prestador do serviço o comprovante da retenção a que se refere os incisos anteriores deste artigo, o qual lhe servirá de comprovante de recolhimento do ISS, estando sujeita às penalidades previstas em lei pelo não cumprimento da obrigação.

§ 2º Sujeitar-se-á a penalidades previstas neste Código o prestador de serviço que não mantiver sob sua guarda o comprovante de retenção a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3º O ISS também deverá ser retido e recolhido pelos substitutos tributários, na hipótese de serviço prestado:

- I – em caráter pessoal por profissional autônomo que não comprove a inscrição no CMC e que não apresente Certidão Negativa de Débitos municipais;
- II – por empresa sob o regime de estimativa que não apresente certidão de enquadramento no regime de estimativa fixa do ISS e Certidão Negativa de Débitos municipais;
- III – por microempresa municipal que não apresente certificado de enquadramento atualizado junto ao CMC e Certidão Negativa de Débitos municipais;
- IV – por pessoa jurídica que alegar e não comprovar imunidade ou isenção, independentemente de regulamentação;
- V – por sociedade civil de profissionais que alegar e não apresentar certificado de sociedade civil e Certidão Negativa de Débitos municipais;

§ 4º Os responsáveis a que se refere o *caput* deste artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

Art. 76. A responsabilidade do prestador de serviço não será excluída na hipótese de não ocorrer a retenção do ISS, ou ainda, quando a retenção e recolhimento ocorrer em valor inferior ao efetivamente devido.

#### Seção III

##### Das disposições gerais sobre sujeição passiva, retenção e recolhimento do ISS

Art. 77. Respondem solidariamente pelo pagamento do ISS todos aqueles que, mediante conluio, concorrerem para a sonegação do Imposto.

Parágrafo único. A solidariedade referida no *caput* deste artigo não comporta benefício de ordem.

Art. 78. São irrelevantes para excluir a responsabilidade pelo pagamento do ISS ou pelo cumprimento da obrigação tributária acessória relativa a este tributo:

- I – a causa excludente da capacidade civil da pessoa natural;
- II – quando a pessoa natural estiver sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades, ou da administração direta de seus bens onerosos;
- III – a irregularidade formal na constituição de empresas, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional;
- IV – a inexistência de estabelecimento fixo e a sua clandestinidade, ou a precariedade de suas instalações.

Art. 79. As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento do ISS não podem ser opostas ao Fisco Municipal para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS ALÍQUOTAS E DA BASE DE CÁLCULO

#### Seção I

##### Da Identificação e Sistemática Geral de Cálculo do ISS

Art. 80. A base de cálculo do ISS é o preço do serviço, e o valor do imposto será calculado aplicando-se, ao preço do serviço, a alíquota prevista no art. 87 deste Código.

§ 1º Sempre que o contribuinte exercer mais de uma atividade tributável, plenamente identificáveis, aplicar-se-á a alíquota prevista no art. 87 sobre a base de cálculo de cada uma delas.

§ 2º Para os efeitos do *caput* deste artigo, incorporam-se ao preço dos serviços e integram a base de cálculo do ISS:

- I – o preço do serviço, a receita bruta a ele correspondente, com as deduções legais;
- II – o valor das subempreitadas;
- III – os valores acrescidos a qualquer título e os encargos de qualquer natureza, inclusive valores cobrados em separado, a título de ISS, com exceção de juros emultas;
- IV – os descontos ou abatimentos, excetuando-se os descontos concedidos independentemente de qualquer condição;
- V – os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade.

§ 3º Excluem-se da base de cálculo do ISS, quando devidamente comprovadas com nota fiscal de mercadoria específica:

- I – o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, constante no Anexo II deste Código, na forma definida em regulamento;
- II – quando da prestação dos serviços a que se refere o subitem 17.10 do Anexo II deste Código, o valor da alimentação e da bebida fornecidas;
- III – quando da prestação dos serviços a que se referem os subitens 14.01 e 14.03 do Anexo II deste Código, o valor das peças e partes empregadas.

§ 4º. Para efeito do disposto no parágrafo 3º, caso não exista comprovação do valor dos materiais fornecidos pelo prestador do serviço ou, ainda, não mereçam fé os documentos apresentados ao fisco municipal, será aplicado o percentual dedutível de no máximo 40% (quarenta por cento) sobre a receita total.

§ 5º. Na falta de preço do serviço a que se refere o *caput* deste artigo, ou, não sendo ele desde logo conhecido, poderá o Fisco adotar as hipóteses abaixo:

- I – o preço de mercado corrente no Município;
- II – a estimativa dos elementos conhecidos ou apurados;
- III – a aplicação do preço indireto, estimado em pauta, que reflita o preço corrente na praça;
- IV – o arbitramento da receita bruta conforme disposições dos arts. 96 e 97 deste Código.

§ 6º. Quando o preço dos serviços incorrer em quaisquer das hipóteses abaixo, a receita bruta será arbitrada, conforme disposições dos arts. 96 e 97 deste Código:

- I – houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços;
- II – o preço declarado for notoriamente inferior ao corrente no Município;
- III – o contribuinte não emitir os documentos fiscais nas operações de prestação de serviço;

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI

PRACA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
 CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
 EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
 FONE: (89)3570-1473

ADM:2017-20



IV – o sujeito passivo:

- a) não estiver inscrito no cadastro;
- b) não exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do respectivo montante.

§ 7º. O ISS não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no *caput* do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116/03, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista constante no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 81. Na prestação de serviços a título gratuito realizada por contribuinte do ISS, a base de cálculo será fixada pelo preço do serviço que, mesmo não declarado, não poderá ser inferior ao vigente no Município.

Art. 82. Nas prestações de serviços a que se refere o subitem 22.01 do Anexo II deste Código, o ISS será calculado sobre a parcela do preço correspondente à proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada, no território do Município, ou da metade da extensão de ponte que interligar o Município de Baixa Grande do Ribeiro a outro.

### Subseção I Das Disposições Gerais

Art. 83. Considera-se, para efeito deste Código, prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte o simples fornecimento de trabalho, por profissional, quando executado pessoalmente, ou ainda com o auxílio de até dois empregados que não interferiram diretamente no desempenho de suas atividades.

Art. 84. Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o ISS será calculado por meio de alíquotas fixadas em 5%, observada a exceção prevista no §7º do art. 80 deste Código.

Art. 85. O ISS devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal poderá ser lançado anualmente, considerando-se, para tal fim, os dados declarados pelos contribuintes quando da sua inscrição no Cadastro próprio.

Parágrafo único. Para efeito do *caput* deste artigo, considera-se ocorrido o fato gerador do ISS:

- I – em relação aos contribuintes já inscritos no exercício anterior, em 1º de janeiro de cada exercício;
- II – nadatado início da atividade, relativamente aos contribuintes que vierem a inscrever no decorrer do exercício.

Art. 86. O ISS devido pelos prestadores de serviços, sob a forma de trabalho pessoal, poderá ser recolhido de uma só vez ou em prestações, mensais e sucessivas, até o 20º dia do mês subsequente à emissão da NF ou NF-e.

### Seção II Das alíquotas do ISS

Art. 87. Fica fixada a alíquota no patamar de 5% (cinco por cento) para todos os serviços constantes dos itens e subitens da Lista constante no Anexo II deste Código, observada a exceção prevista no §7º do art. 80 deste Código.

Art. 88. Na hipótese em que um mesmo contribuinte efetuar prestação de serviços incluídos em itens distintos da Lista, o ISS será calculado aplicando-se a alíquota sobre o respectivo preço de cada serviço prestado.

§ 1º O contribuinte deverá apresentar documentos fiscais e escrituração que permitam diferenciar as receitas específicas das várias atividades.

§ 2º O montante do ISS é considerado parte integrante do preço referido neste artigo, constituindo o respectivo destaque, nos documentos fiscais, mera indicação de controle.

### Seção III Da estimativa

Art. 89. A autoridade administrativa poderá, por meio de ato normativo específico, fixar o recolhimento do ISS, por estimativa, quando considerados conjunta ou parcialmente as hipóteses abaixo:

- I – tratar-se de atividade exercida em caráter temporário;
- II – tratar-se de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério do Fisco, tratamento fiscal específico;
- III – ocorrer fraude ou sonegação de elementos indispensáveis ou imprescindíveis ao lançamento;
- IV – os documentos emitidos pelo sujeito passivo, bem como as declarações e os esclarecimentos, se apresentem omissos ou não mereçam fé;
- V – o preço do serviço for notoriamente inferior ao preço corrente no Município, ou desconhecido, pela autoridade administrativa;
- VI – o contribuinte:
  - a) não tiver condições de emitir documentos fiscais;
  - b) deixar sistematicamente de cumprir as obrigações acessórias, ou reiteradamente violar o disposto na legislação tributária;
  - c) depois de intimado, deixar de exibir os livros e documentos fiscais de utilização e exibição obrigatória.

Art. 90. O valor do ISS lançado por estimativa deverá considerar:

- I – o tempo de duração e a natureza específica da atividade;
- II – o preço corrente dos serviços no Município;
- III – o local onde o contribuinte está estabelecido.

Art. 91. O valor da estimativa será sempre fixado para o período de um ano, podendo ser renovado automaticamente por até três períodos sucessivos, ou ainda suspenso antes do final do período para o qual foi fixado, de modo geral ou individual, em relação a categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem as condições que originaram o enquadramento, ou a critério do Fisco.

§ 1º Encerrado o período de estimativa ou suspensa esta por qualquer motivo, sempre que se verificar que o preço total dos serviços prestados no período excedeu o valor estimado, serão apurados pelo Fisco o preço efetivo dos serviços e o montante do ISS devido pelo contribuinte.

§ 2º Ao final do período a que se refere o *caput* deste artigo, o ISS devido sobre a diferença acaso verificada entre a receita efetiva dos serviços e a estimada, deverá ser recolhido pelo contribuinte, podendo o Fisco Municipal proceder ao lançamento de ofício, na forma e prazeres regulamentares.

§ 3º Quando a diferença mencionada no § 2º deste artigo for favorável ao contribuinte, o Fisco, mediante requerimento, procederá a compensação do seu montante nos valores estimados para período seguinte ou efetuará sua restituição, desde que atendidas as seguintes exigências:

- I – apresentação da escrita fisco-contábil que comprove tal diferença;
- II – cumprimento de todas as obrigações acessórias definidas pela legislação municipal.

§ 4º O não cumprimento das exigências do parágrafo anterior implicará na não compensação ou na não restituição da diferença alegada.

§ 5º A cada renovação a que se refere o *caput* deste artigo, o valor da estimativa será atualizado com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 92. Os valores estimados poderão, a qualquer tempo, serem revistos pelo Fisco Municipal, reajustando-se as parcelas vincendas quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Parágrafo único. O contribuinte somente poderá solicitar a revisão da estimativa após decorrido o prazo de seis meses de sua fixação.

Art. 93. Os contribuintes serão necessariamente notificados do enquadramento no regime de estimativa e do montante do imposto respectivo.

Art. 94. Os contribuintes enquadrados no regime de estimativa poderão, no prazo de vinte dias, a contar da publicação do ato normativo, apresentar reclamação contra o valor estimado.

Parágrafo único. Não terão efeito suspensivo as reclamações relativas ao valor do imposto apurado por estimativa.

Art. 95. A base de cálculo do ISS lançado por estimativa será determinado por uma das seguintes formas, a critério da autoridade fazendária:

- I – pelo montante das despesas mensais do contribuinte;
- II – pela média das receitas auferidas pelo contribuinte no prazo máximo de 12 meses;
- III – pelo plantão fiscal dentro do estabelecimento do contribuinte.

§ 1º A base de cálculo do ISS estimado, quando calculado pelas despesas mensais do contribuinte, não poderá ser inferior ao total da soma dos valores correspondentes aos incisos deste parágrafo, acrescido do percentual de 30% (trinta por cento) sobre o respectivo somatório:

- I – da folha de pagamento, adicionada de honorários de diretores, retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, e outras formas de remuneração;
- II – do aluguel de máquinas e equipamentos utilizados na prestação do serviço, ou, quando forem próprios, o equivalente a percentual de 1% (um por cento) sobre o seu valor, computados ao mês ou fração; no caso de aluguel de imóveis, o equivalente a percentual de 1% (um por cento) do valor estabelecido no Cadastro Imobiliário Fiscal – CIF, computados ao mês ou fração;
- III – das despesas gerais e demais encargos obrigatórios do contribuinte, tais como tributos federais, estaduais e municipais, entre outros;
- IV – das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período.

### Seção IV

#### Da fixação do arbitramento da receita bruta de prestação de serviços

Art. 96. A receita bruta será arbitrada, para fins de fixação do valor do ISS, quando o sujeito passivo incorrer em qualquer um desses incisos:

- I – não possuir os documentos necessários à fiscalização de operações e prestações realizadas, principalmente nos casos de perda, extravio, ou inutilização de livros ou documentos fiscais de exibição obrigatória;
- II – depois de intimado, deixar de exibir os documentos necessários à fiscalização das operações e prestações realizadas;
- III – omitir, por inobservância de formalidades intrínsecas e extrínsecas, ou por não merecer fé, seus livros ou documento exibidos, ou quando tais documentos não possibilitam a apuração da receita;
- IV – praticar atos qualificados como crimes ou contravenções, ou que, mesmo sem essa qualificação, tais atos sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, evidenciados pelo exame de seus livros e documentos, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais não refletirem o preço real

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



dos serviços prestados;

- V – não prestar os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, após regularmente intimado;
- VI – exercer qualquer atividade que constitua fato gerador do ISS, sem estar devidamente inscrito no CMC;
- VII – praticar, comprovadamente, subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;
- VIII – apresentar recolhimento de ISS em valores incompatíveis ou considerados insuficientes, em razão do volume dos serviços prestados;
- IX – efetuar a prestação de serviços, comprovadamente, sem a determinação do preço ou sob a premissa de que tenha sido a título de cortesia;
- X – quando detectado omissão de receita tributável;
- XI – outras hipóteses definidas em regulamento.

Art. 97. Quando o ISS for calculado sobre a receita bruta arbitrada, deverão ser considerados, entre outros, os seguintes elementos:

- I – os recolhimentos de ISS realizados pelo contribuinte, em outros exercícios, em períodos idênticos, ou excepcionalmente, por outros contribuintes da mesma atividade, em semelhantes condições;
- II – as peculiaridades inerentes à atividade exercida;
- III – os fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do contribuinte;
- IV – o preço corrente dos serviços prestados, à época a que se refere a apuração.

§ 1º A receita bruta mensal arbitrada não poderá ser inferior a soma dos valores correspondentes aos incisos deste parágrafo, acrescido do percentual de 30% (trinta por cento) sobre o respectivo somatório:

- I – das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
- II – das folhas de pagamento durante o período, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, e de todas as respectivas obrigações trabalhistas, sociais e tributárias;
- III – aluguel de máquinas e equipamentos utilizados na prestação do serviço, ou, quando forem próprios, o equivalente a percentual de 1% (um por cento) sobre o seu valor, computados ao mês ou fração; no caso de aluguel de imóveis, o equivalente ao percentual de 1% (um por cento) do valor estabelecido no Cadastro Imobiliário Fiscal – CIF, computados ao mês ou fração;
- IV – das despesas operacionais e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

§ 2º Do valor total do imposto que resultar do arbitramento serão deduzidos os valores recolhidos no período correspondente.

## CAPÍTULO VII DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO DO ISS

### Seção I Do lançamento

Art. 98. O lançamento do ISS far-se-á:

- I – anualmente, pelo órgão da Secretaria de Tributação e Arrecadação, em relação aos contribuintes que exerçam suas atividades sob a forma de trabalho pessoal;
- II – por ocasião da prestação do serviço, pelo órgão da Secretaria de Tributação e Arrecadação, em relação aos contribuintes com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam suas atividades em caráter temporário ou intermitente;
- III – mensalmente, por homologação, em relação aos demais contribuintes, inclusive os que prestam serviço sob a forma de trabalho pessoal, em sociedade de profissionais.

Art. 99. O lançamento do ISS será procedido de ofício, quando:

- I – calculado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes que independam do preço do serviço, a critério do Fisco;
- II – em consequência de levantamento fiscal ou de revisão interna de declarações prestadas pelo contribuinte ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto, devendo ser lançado através de auto de infração.

Parágrafo único. Na hipótese em que ocorrer retenção e recolhimento do ISS por terceiro, ou ainda pelo próprio contribuinte, em qualquer caso, a regularidade do recolhimento estará sujeita a exame e controle posterior pelo Fisco.

### Seção II Do recolhimento

Art. 100. O sujeito passivo deverá recolher, de uma só vez ou em prestações, mensais e sucessivas, até o 20º dia do mês subsequente à emissão da NF ou NF-e, o ISS correspondente aos serviços prestados e retidos na fonte, registrando nos livros fiscais correspondentes a que esteja obrigado.

Art. 101. É facultado ao Fisco, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade, adotar forma diversa de recolhimento, determinando que este se faça antecipadamente, sazonalmente, prestação por prestação, ou por estimativa em relação aos serviços de cada mês.

Art. 102. Quando o pagamento do ISS for decorrente do regime de substituição tributária, o regulamento fixará acerca do seu recolhimento.

Art. 103. A prova de quitação do ISS será indispensável quando o Município efetuar o pagamento em sede de contratos de que seja parte, e ainda, em outras situações definidas em regulamento.

### Seção III Dos acréscimos moratórios

Art. 104. Sem prejuízo da atualização monetária, da multa indenizatória e dos juros moratórios, a falta de pagamento ou retenção e recolhimento do ISS, nos prazos estabelecidos pelo regulamento, implicará, quando apurados em procedimentos de fiscalização, na imposição de penalidades e cobrança de multa previstos neste Código.

§ 1º Os juros moratórios e as multas indenizatórias incidirão a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

§ 2º O percentual de juros de mora será de 1% (um por cento) ao mês, ou fração de mês.

§ 3º O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, terá o seu valor atualizado, exceto quando garantido pelo depósito do seu montante integral.

## CAPÍTULO VIII DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

### Seção I Da inscrição e alteração cadastral

Art. 105. Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades relacionadas no Anexo II deste Código, bem como as que exerçam atividades comerciais, industriais, assistenciais ou filantrópicas, ficam obrigadas à inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes – CMC, ainda que imunes ou isentas do pagamento do ISS.

§ 1º Ficam também obrigadas a inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuinte os órgãos públicos da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios.

§ 2º No caso de pessoa jurídica, a inscrição será instruída com cópia do ato constitutivo, devidamente registrado no órgão competente.

§ 3º A inscrição no CMC será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma estabelecida em regulamento, nos seguintes prazos:

I – até trinta dias após registro dos atos constitutivos no órgão competente, no caso de pessoas jurídicas;

II – antes do início da atividade, no caso de pessoas físicas.

§ 4º A inscrição deverá ser requerida antes do início das atividades, com os dados necessários à identificação e à localização das pessoas referidas no caput, deste artigo.

§ 5º Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única pelo local do domicílio do prestador de serviço.

§ 6º As declarações prestadas no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais não implicam sua aceitação pelo Fisco, o qual poderá revê-las a qualquer tempo, independentemente de prévia comunicação.

§ 7º A inscrição, retificação, alteração, a pedido ou de ofício, não eximem o infrator das multas que lhe couber.

Art. 106. As pessoas jurídicas não domiciliadas no Município de Baixa Grande do Ribeiro que tomarem, nesse Município, os serviços definidos nos incisos I a XXVI do art. 69 deste Código serão obrigadas a proceder a sua inscrição, em caráter especial, no Cadastro Mercantil de Contribuintes.

§ 1º Também serão obrigadas a proceder a sua inscrição, em caráter especial, as pessoas físicas, domiciliadas ou não no Município de Baixa Grande do Ribeiro, que prestem serviços sujeitos à incidência do ISS nesse Município, ainda que esporadicamente.

§ 2º A inscrição a que se refere o caput e o § 1º deste artigo não estará sujeita ao cumprimento das obrigações acessórias definidas na legislação municipal, bem como ao recolhimento da taxa de licença de localização, instalação, funcionamento e fiscalização – TLIF.

Art. 107. Quando as pessoas a que se refere o art. 105 deste Código mantiverem mais de um estabelecimento, em relação a cada um deles será exigida a inscrição.

Art. 108. Poderá ser efetuada diligência cadastral na inscrição, reativação, mudança de endereço ou de atividade, ou ainda a critério do Fisco, sempre que julgar necessário.

Art. 109. O Fisco Municipal poderá promover, de ofício, inscrição, alteração cadastral, atualização ou o cancelamento da inscrição, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 110. O CMC será formado pelos dados da inscrição, podendo ser retificado ou alterado, posteriormente, de ofício ou voluntariamente, pelo contribuinte ou pelo responsável, após o início de suas atividades e sempre que ocorram fatos ou circunstâncias que impliquem sua modificação.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo deverá ser observado inclusive quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento e de encerramento de atividade.

Art. 111. O contribuinte do ISS será identificado, para efeitos fiscais, pelo respectivo número no CMC, o qual deverá constar nos documentos emitidos pelo contribuinte.

Art. 112. Além da inscrição e respectivas alterações, o contribuinte do ISS fica sujeito à apresentação de quaisquer declarações de dados, solicitadas na forma e nos prazos dispostos em regulamento.

(Continua na próxima página)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
 PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
 CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
 EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
 FONE: (89)3570-1473  
 ADM:2017-20



## CAPÍTULO IX DO DOCUMENTÁRIO FISCAL

### Seção I Das espécies de documentos fiscais relativos ao ISS

#### Seção II Da suspensão e da baixa de inscrição

Art. 113. A inscrição no CMC poderá ser suspensa:

I - mediante prévia solicitação do contribuinte, pelo prazo máximo de dois anos, não renovável;

II - de ofício, pelo Fisco Municipal, a qualquer tempo.

Art. 114. O contribuinte é obrigado a requerer junto à Secretaria de Tributação e Arrecadação a baixa de inscrição, no prazo de trinta dias, contados do arquivamento do distrato social ou equivalente no órgão competente.

§ 1º Poderá ser baixada de ofício, a critério da autoridade fiscal, a inscrição do contribuinte do ISS no CMC, quando:

I - resultar comprovada a fraude, adulteração, falsificação ou utilização de documentos fiscais, próprio ou de terceiros, considerados inidôneos e com deliberado propósito de furta-se ao pagamento do imposto;

II - comprovada a inconsistência de registros e dados que importem na inexistência de veracidade ou inautenticidade de informações cadastrais;

III - quando, passado o prazo da suspensão voluntária a que se refere o caput do art. 113 deste Código, o contribuinte não reativar a inscrição suspensa.

§ 2º No caso de baixa promovida de ofício, os documentos fiscais em poder do contribuinte serão considerados inidôneos e não poderão ser utilizados, salvo expressa autorização do Fisco, após reativada a inscrição e sanadas as irregularidades pelo cumprimento das obrigações tributárias.

Art. 115. Determinada a suspensão ou baixa de ofício da inscrição no CMC, o contribuinte será considerado não inscrito, sujeitando-se, caso continue a exercer a atividade, às penalidades que lhe são próprias, e ainda:

I - à apreensão dos documentos fiscais encontrados em seu poder;

II - à proibição de transacionar com órgãos da Administração Municipal direta e indireta;

III - ao fechamento do estabelecimento.

§ 1º Tornar-se-ão sujeitos à aplicação das medidas previstas no caput deste artigo e respectivos incisos os contribuintes que continuarem a desempenhar suas atividades, quando indeferido o pedido de reativação ou de nova inscrição.

§ 2º A suspensão ou baixa de inscrição serão homologadas após apuração e quitação dos débitos fiscais, caso existentes.

§ 3º Na hipótese do indeferimento dos pedidos de nova inscrição ou de reativação, caberá pedido de reconsideração ao Secretário de Finanças do Município, mediante a instauração de procedimento no qual é assegurado amplo direito de defesa e contraditório.

Art. 116. As inscrições no CMC poderão ser suspensas, a critério do Fisco, após a verificação das seguintes irregularidades fiscais praticadas pelo sujeito passivo, quando:

I - não for encontrado em atividade no local informado, conforme verificação fiscal decorrente de diligência cadastral;

II - confeccionar, utilizar ou possuir notas fiscais ou documentos fiscais equivalentes ou impressos sem autorização do Fisco;

III - deixar de exibir a documentação fiscal, quando solicitada pelo agente do Fisco, salvo motivo devidamente justificado;

IV - negar-se a fornecer ou deixar de fornecer nota fiscal ou documento equivalente relativo à prestação de serviços ou ainda, fornecer documentação fiscal inidônea;

V - ocorrer o terceiro auto de infração por embarço à fiscalização em função de o contribuinte recusar-se ao atendimento das exigências relativas ao procedimento fiscal;

VI - deixar de apresentar ou apresentar sem movimento 12 (doze) Declarações Mensais de Serviços - DMS sucessivas;

VII - não atender à convocação para recadastramento;

VIII - ocorrerem outras hipóteses previstas em regulamento.

Art. 117. As suspensões de ofício previstas neste Código não ultrapassarão o prazo de doze meses, ao fim do qual serão tomadas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para cobrança do crédito e baixa de ofício da inscrição no CMC.

Parágrafo único. Os titulares, sócios ou diretores de empresas cujas inscrições tenham sido suspensas ou baixadas de ofício, bem como aquelas com pendências cadastrais ou de débitos tributários, ficarão impedidos de participar de outras empresas, até que sejam solucionadas as pendências junto ao Fisco Municipal.

Art. 118. A baixa de ofício poderá implicar na inidoneidade dos documentos fiscais, hipótese em que o Fisco Municipal poderá requisitar força policial para a apreensão de livros e documentos fiscais.

Parágrafo único. Nos casos em que o Fisco verificar que o contribuinte, após a baixa de ofício, continue no desenvolvimento de atividades, sua inscrição será reativada, para efeito de regularização dos débitos fiscais, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 119. O encerramento da atividade em função da baixa da inscrição no CMC não implica quitação ou dispensa do pagamento de quaisquer débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à emissão de certidão de baixa, ou de mera declaração, obtida pelo contribuinte.

Art. 120. É obrigatória pelos contribuintes sujeitos ao regime de recolhimento mensal do ISS a emissão de Nota Fiscal em todas as operações que constituam fato gerador do imposto, quando da prestação de serviço.

Parágrafo único. A Nota Fiscal de Serviços deverá ser emitida individualmente por alíquota incidente sobre os serviços prestados, sendo vedada a consignação de serviços sujeitos a alíquotas diversas em um mesmo documento fiscal.

Art. 121. São documentos fiscais inerentes ao contribuinte do ISS no Município de Baixa Grande do Ribeiro:

I - Nota Fiscal de Serviços;

II - Recibo de Profissional Autônomo;

III - Declaração Mensal de Serviços - DMS;

IV - Declaração Digital de Serviços Tomados ou Intermediados - DDS

V - Comprovante de Retenção na Fonte;

VI - Carnê, boleto bancário, ou qualquer outro documento comprobatório de pagamento de serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

§ 1º O documento a que se refere o inciso I deste artigo deverá ser emitido obrigatoriamente por meio eletrônico, e, aos prestadores de serviços obrigados a emissão da NFS-e, recairá também o dever de afixar em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa ou adesivo contendo a informação de que o prestador de serviço é obrigado a emitir a NFS-e.

§ 2º Os documentos a que se referem os incisos anteriores observarão as seguintes condições, dentre outras estabelecidas em eventual regulamento:

I - obrigatoriedade e dispensa de emissão;

II - tipos, conteúdo e indicações;

III - forma de utilização;

IV - autenticação, impressão e prazo de validade.

§ 3º A Declaração Mensal de Serviços - DMS deverá ser apresentada, mensalmente, ao Fisco Municipal, contendo informações fiscais sobre todos os serviços prestados e/ou tomados já constantes na DDS - Declaração Digital de Serviços Tomados e/ou intermediados, instruídos ou não com documentos fiscais, em que haja incidência ou não de ISS, através de processamento eletrônico de dados, por todas as pessoas jurídicas de direito privado e todos os órgãos da administração pública, direta e indireta, de quaisquer dos poderes da União, Estados e Municípios, estabelecidos no Município de Baixa Grande do Ribeiro.

§ 4º O reconhecimento de imunidade, a concessão de isenção ou o estabelecimento de regime diferenciado para o pagamento do ISS não afasta a obrigatoriedade de cumprimento do disposto no § 3º deste artigo.

§ 5º A Declaração Mensal de Serviços - DMS e a Declaração Digital de Serviços Tomados e/ou intermediados - DDS referente ao valor do ISS próprio e retido na fonte constitui confissão de dívida.

§ 6º O reconhecimento do débito tributário pelo contribuinte ou pelo responsável tributário através da DMS ou da DDS, com a indicação precisa do sujeito passivo e a quantificação do montante devido, equivale ao próprio lançamento.

§ 7º O débito vencido a que se refere o parágrafo anterior torna-se exigível logo após seu efetivo lançamento, podendo a administração fazendária inscrevê-lo imediatamente em Dívida Ativa.

§ 8º Os valores de ISS informados nas notas fiscais emitidas e recebidas provenientes da DMS ou da DDS serão objeto de análise e procedimento de auditoria interna, antes de enviá-los à Dívida Ativa.

Art. 122. A Declaração Mensal de Serviço - DMS e a Declaração Digital de Serviços - DDS serão utilizadas como instrumentos de controle e acompanhamento dos serviços prestados e tomados e/ou intermediados.

Art. 123. A DMS e DDS, preenchidas por processamento eletrônico de dados, serão escrituradas na página eletrônica da NFS-e até o dia 20 do mês subsequente à data de emissão da NFS ou NFS-e, por todas as pessoas físicas ou jurídicas de Direito Privado que exerçam atividade econômica de forma contínua e organizada para a produção ou circulação de bens e/ou serviços, bem como todos os órgãos da administração pública Direta ou Indireta, de quaisquer poderes da União, Estados e Municípios, estabelecidas no município de Baixa Grande do Ribeiro.

§ 1º Para a escrituração da DMS e da DDS, os prestadores, tomadores ou intermediadores de serviços devem promover, previamente, o recadastramento e o credenciamento na página eletrônica da NFS-e ([www.baixagrandedoribeiro.pi.gov.br](http://www.baixagrandedoribeiro.pi.gov.br)).

§ 2º A falta de prestação das informações a que se refere o caput desse artigo, ou sua apresentação de forma incompleta, sujeita o infrator às seguintes penalidades:

I - multa de 150 URM por cada mês em que for constatado o erro ou a omissão.

II - multa de 300 URM na hipótese de atraso na entrega de declaração no prazo estabelecido, independente do pagamento do imposto.

§ 3º A retificação da DMS e/ou DDS deverá ser efetuada por meio eletrônico, mediante apresentação de novas declarações, e terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, substituindo-a integralmente e servindo para aumentar ou reduzir os valores de débitos de ISS já informados.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



§ 4º A retificação de DMS e/ou DDS que resulte em alteração dos valores objeto de lançamento de ofício, de auto de infração e de inscrição em Dívida Ativa do Município, somente poderá ser efetuada nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração.

§ 5º. Ficam dispensadas da substituição tributária, da retenção na fonte e de informar na DMS e/ou DDS:

- I – os serviços prestados, tomados ou intermediados documentados por NFS-e emitida pelo sistema disponibilizado pelo município de Baixa Grande do Ribeiro;
- II – os serviços prestados documentados por NFS-e avulsa, emitida presencialmente na prefeitura municipal de Baixa Grande do Ribeiro, por contribuintes não cadastrados no sistema on-line.
- III – os tomadores de serviço, quando da agricultura familiar ou quando sejam microempreendedores individuais, após comprovação e dispensa junto ao município.

Art. 124. Todo aquele que se enquadrar como tomador de serviços prestados por empresas ou por profissionais autônomos deverá exigir respectivo documento fiscal.

Parágrafo único. Serão considerados inidôneos os documentos que não observarem o disposto na legislação, quando de sua emissão, inclusive os que não forem utilizados até três anos após a data de sua autorização.

Art. 125. Os contribuintes com alvará atrasado e/ou demais débitos em aberto com o Município, bem como aqueles que não estiverem cumprindo as obrigações acessórias previstas neste Código - inclusive aquelas relativas ao Simples Nacional - terão seu cadastro de emissão da NFS-e suspenso até que se regularizem perante o Fisco Municipal.

§1º Em qualquer das situações descritas no *caput* deste artigo, os contribuintes serão obrigados a retirar as notas fiscais presencialmente no Município, pagando o imposto antecipadamente, até que promovam a regularização da situação perante o Fisco.

§2º No caso dos contribuintes optantes do Simples Nacional que praticarem as condutas descritas no *caput*, além das penalidades previstas neste artigo, também estarão sujeitas à exclusão do regime pelo Fisco de Tributos do Município.

§3º Na hipótese descrita no §2º deste artigo, o contribuinte só poderá optar novamente pelo regime do Simples Nacional no exercício financeiro seguinte.

Art. 126. Os promotores de diversas públicas, cuja atividade é enquadrada no item 12 e em seus subitens constantes no Anexo II deste Código, deverão emitir declaração ao fisco municipal por evento, como fonte de informação para fixação de uma base de cálculo arbitrária, levando em consideração:

- I – o número de ingressos vendidos
- II – o título, o local, a data e o horário do evento;
- III – o valor do ingresso.

#### Seção II

##### Da escrituração de livros e dos documentos fiscais

Art. 127. Os contribuintes do ISS deverão escriturar e manter, em seus estabelecimentos, os seguintes livros fisco-contábeis:

- I – Livro de Registro de Prestação de Serviços eletrônico, gerado por meio da DMS;
- II – Livro de Registro de Contratos;
- III – Livros contábeis obrigatórios pela legislação federal.

§ 1º Estão também obrigados à escrituração fiscal os prestadores de serviços isentos e imunes.

§ 2º Os livros a que se refere o inciso III deste artigo terão sua escrituração e formalidades definidas em conformidade com a legislação federal.

Art. 128. Constituem instrumentos complementares da escrita fiscal e contábil as guias de pagamento do imposto e demais documentos, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem direta ou indiretamente com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.

Art. 129. Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representação, terá escrituração fiscal própria, vedada a sua centralização na matriz ou estabelecimento principal.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco de examinar livros, arquivos eletrônicos ou não, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviço, bem como qualquer bem móvel, de acordo com o disposto no art. 195, do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966).

§ 2º Os agentes do Fisco apreenderão, mediante termo, todos os livros fiscais e contábeis encontrados fora do estabelecimento, devolvendo-os, ao sujeito passivo, após a lavratura do auto de infração.

Art. 130. Os livros fiscais impressos e de folhas numeradas tipograficamente somente poderão ser utilizados após exibidos à repartição fiscal e nesta autenticados por agente do Fisco Municipal, que observará a regularidade de sua forma e os dados constantes de seu Termo de Abertura.

Art. 131. O Fisco poderá dispensar a emissão de documentos fiscais para estabelecimentos que utilizem sistemas de controle do seu movimento, capazes de assegurar o seu registro e respectiva autenticidade de forma satisfatória para os interesses da fiscalização.

Art. 132. O tomador que utilizar serviços sujeitos à incidência do ISS deverá exigir do prestador o documento fiscal, cuja utilização esteja prevista em regulamento ou autorizada por regime especial.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo excetua-se quando o prestador estiver, na forma estabelecida na legislação, desobrigado à emissão, ressalvada a exigência da apresentação da inscrição, do comprovante do recolhimento no exercício anterior, se for o caso, ou ainda de recibo que o identifique como contribuinte do ISS, endereço, atividade e o valor do serviço.

§ 2º A inobservância da ressalva a que se refere o §1º deste artigo implicará na responsabilidade pela retenção e recolhimento do ISS pelo tomador do serviço.

## CAPÍTULO X DA FISCALIZAÇÃO DO ISS Seção única Da ação fiscal

Art. 133. A fiscalização será exercida de forma sistemática sobre todos os sujeitos de obrigações tributárias previstas na legislação do ISS, inclusive os que gozarem de isenção ou forem imunes, podendo ocorrer nos estabelecimentos, vias públicas e demais locais onde se exerçam atividades tributáveis.

Art. 134. Mediante intimação escrita, o sujeito passivo é obrigado a exhibir ou entregar, conforme o caso, documentos, livros, papéis ou arquivos eletrônicos de natureza fiscal, comercial e contábil.

§ 1º Também deverão prestar informações solicitadas pelo Fisco as pessoas inscritas ou obrigadas à inscrição cadastral, e todas as que tomarem parte em prestações relacionadas ao ISS.

§ 2º No exercício de sua atividade, o agente fiscal poderá ingressar nos estabelecimentos e demais locais onde são praticadas atividades tributáveis, a qualquer hora do dia ou da noite, desde que os mesmos estejam em funcionamento, ainda que interno.

§ 3º Em caso de embaraço ou desacato no exercício da função, o agente fiscal poderá requisitar auxílio de autoridade policial, com aplicação de penalidades previstas em lei.

Art. 135. Os documentos e livros fiscais serão conservados nos próprios estabelecimentos até que ocorra a prescrição do crédito tributário, e serão exibidos à fiscalização quando exigidos, não podendo ser retirados, salvo para apresentação em juízo, ou quando apreendidos ou solicitados pelos agentes fazendários, nos casos previstos na legislação.

Art. 136. O Agente Fiscal, no exercício de suas funções, ao comparecer ao estabelecimento de contribuinte para efetuar levantamento fiscal, deverá:

- I – apresentar identificação funcional;
- II – lavrar termo de início e conclusão de fiscalização;
- III – exigir dos proprietários, ocupantes a qualquer título ou administradores de bens imóveis, as informações necessárias aos lançamentos, correção, revisão e fiscalização do imposto;
- IV – lavrar termo de apreensão de livros e documentos fiscais, quando necessário;
- V – lavrar auto de infração, em conformidade à previsão legal;
- VI – efetuar qualquer outro procedimento definido na legislação.

§ 1º O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo, desde que devidamente intimado, e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

§ 2º O Levantamento Fiscal a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser concluído no prazo de sessenta dias, prorrogável por até mais dois períodos iguais e sucessivos, desde que haja motivo justificado e por escrito.

§ 3º A exigência do crédito tributário decorrente de multa será formalizada em lançamento de auto de infração.

Art. 137. Considera-se iniciada a ação fiscal:

- I – com a lavratura do Termo de Início de Fiscalização;
- II – com a prática de qualquer ato tendente à apuração do crédito tributário ou do cumprimento de obrigações acessórias.

Art. 138. Para efeito de caracterização de omissão de receita tributável, serão considerados, dentre outros elementos, os seguintes:

- I – a auferição de receita sem a devida comprovação contábil da origem;
- II – a escrituração de suprimentos sem a respectiva documentação comprobatória, com datas, valores, bem como as importâncias entregues pelo supridor, comprovada, em todo o caso, a disponibilidade financeira doméstica;
- III – a ocorrência de saldo credor nas contas relativas ao ativo circulante ou do realizável contábil;
- IV – a efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira;
- V – qualquer irregularidade verificada em equipamento emissor de cupom fiscal;
- VI – a adulteração de livros ou de documentos fiscais;
- VII – a emissão de documento fiscal consignando preço inferior ao valor real da operação;
- VIII – a prestação de serviços sem a correspondente emissão de documento fiscal e sem o respectivo lançamento na escrita fiscal e comercial;
- IX – o início de atividades sem inscrição no CMC.

Art. 139. O contribuinte do ISS que reincidir em infração às normas do referido imposto se sujeitará às penalidades dispostas nesta Lei Complementar.

Art. 140. Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização, a autoridade fiscal competente poderá exigir a adoção de instrumentos ou documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Art. 141. Ficam sujeitos à retenção, na forma disposta neste Código, os bens móveis existentes no estabelecimento ou em trânsito, bem como os livros, documentos, papéis e arquivos eletrônicos que constituam prova material de infração à legislação municipal atinente ao ISS.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



## CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES GERAIS, ESPECIAIS E FINAIS RELATIVAS AO ISS

### Seção I Do termo de acordo

Art. 142. É facultado ao Poder Executivo firmar acordos com estabelecimentos de ensino e de serviços médico-hospitalares visando a estabelecer processo permanente e automático de encontro de contas, compensando créditos tributários referentes ao ISS com créditos líquidos e certos das firmas e estabelecimentos acima relacionados.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras disposições que venham a ser estabelecidas pelas partes, os Termos de Acordos a que se refere o *caput* deste artigo obedecerão aos seguintes critérios básicos:

- I – os estabelecimentos acordantes recolherão ISS com base em apuração normal ou estimativa;
- II – mensalmente, se efetuará o confronto do imposto devido com os valores faturados, a fim de se processar e de se efetuar o pagamento da diferença, por qualquer das partes, até o final do mês seguinte ao do evento;
- III – o valor do serviço prestado ou utilizado pelo Município será igual:

- a) no caso de estabelecimento de educação, a preço vigente no estabelecimento;
- b) no caso de serviços médico-hospitalares, ao preço estipulado pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 143. Os Termos de Acordo referidos neste capítulo poderão ser coletivos, aperfeiçoando-se, entretanto, com a assinatura de Termo específico para cada um dos tipos de atividades que caracterizam os grupos de contribuintes signatários.

§ 1º O não cumprimento, pelo signatário, de qualquer das cláusulas do Termo de Acordo, implicará na sua exclusão do mesmo, sendo exigido imediatamente o imposto devido, sem prejuízo das cominações aplicáveis.

§ 2º A exclusão de um ou alguns contribuintes signatários de Termo de Acordo firmado coletivamente não o invalida, prejudica ou o altera em seus propósitos, permanecendo vigentes suas cláusulas com relação aos signatários remanescentes.

Art. 144. As entidades imunes ao ISS que desejarem colaborar com o Município, na solução de problemas educacionais e de assistência social, poderão pleitear sua inclusão nos Termos de Acordos a que se refere este Capítulo, caso em que a compensação compreenderá tributos municipais não alcançados pela imunidade.

Art. 145. A inclusão de contribuintes e de entidades imunes nos Termos de Acordos, como estabelece este Código, far-se-á mediante solicitação dos interessados, obedecidas as condições a serem fixadas em aviso publicado na imprensa oficial ou órgão de circulação local.

Parágrafo único. Incluído no Termo de Acordo a que se refere o *caput* deste artigo, o enquadramento de contribuintes em sistema de estimativa mensal a que se refere o art. 142, parágrafo único, inciso I deste Código, independe de notificação por parte do Fisco Municipal.

### Seção II Disposições especiais Especificidades da Lista de Serviços

#### Subseção I Serviços Relativos a Hospedagem, Turismo, Viagens e Congêneres

Art. 146. No serviço de hospedagem de qualquer natureza em hotéis, hotéis residência, pousadas, pensões e congêneres, integram a base de cálculo do imposto o valor da alimentação e dos demais serviços fornecidos ao hóspede, quando incluídos no preço da diária, bem como os valores cobrados a parte, a título de imposto.

#### Subseção II Serviços de Diversões Públicas, Lazer, Entretenimento e Congêneres

Art. 147. Os Promotores de diversões públicas, isto é, aqueles cuja atividade é enquadrada no item 12 e seus subitens do Anexo II deste Código, deverão solicitar autorização à Secretaria de Tributação e Arrecadação para a realização de cada evento desta natureza, seja em estabelecimento próprio ou não, em ambiente público ou privado, aberto ou fechado, cujo acesso do público se faça mediante pagamento ou de formagratuita.

Art. 148. A base de cálculo do imposto sobre serviços de diversões públicas, lazer, entretenimento e congêneres, especificados nos subitens 12.1 a 12.17 do Anexo II deste Código, será calculado sobre:

- I – o preço cobrado por bilhete de ingresso ou qualquer outro meio, a título de entrada, em qualquer divertimento público, quer em recintos fechados, quer ao ar livre;
- II – o preço cobrado, por qualquer forma, a título de consumação mínima, cobertura musical, couvert e contradança, bem como pelo aluguel ou venda de mesas e lugares em clubes ou quaisquer outros estabelecimentos diversionais;
- III – o preço cobrado pela utilização de aparelhos, armas e outros apetrechos, mecânicos ou não, assim como a ocupação de recintos instalados em parques de diversões ou em outros locais permitidos.

Parágrafo único. Integra a base de cálculo do imposto, indistintamente, o valor dos ingressos, abadás, cartões ou qualquer outro meio de entrada, distribuídos a título de “cortesia”, quando dados em contraprestação de publicidade, hospedagem, ou qualquer tipo de benefício ou favor.

Art. 149. O contribuinte ou responsável por qualquer casa ou local em que se realizem espetáculos, shows ou exposições de filmes e congêneres é obrigado a observar as seguintes normas:

- I – dar bilhete específico a cada usuário de lugar avulso, camarote ou frisa;

- II – colocar placa na bilheteria, visível do exterior, de acordo com as instruções emanadas da Secretaria de Tributação e Arrecadação, indicando o preço dos ingressos;
- III – comunicar previamente à Secretaria de Tributação e Arrecadação a lotação de seus estabelecimentos, bem como as datas e horários de seus espetáculos e os preços dos ingressos;
- IV – solicitar à Secretaria de Tributação e Arrecadação autorização prévia para mandar confeccionar qualquer espécie de ingresso, e, após a confecção, submetê-los à chancela.

#### Subseção III

#### Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres

Art. 150. Na prestação dos serviços constantes do subitem 19.01 do Anexo II deste Código, integra-se à base de cálculo os valores pagos a título de premiação ou qualquer título.

#### Subseção IV

#### Serviços de Registros Públicos, Cartorários e Notariais

Art. 151. Na prestação dos serviços constantes do subitem 21.01 do Anexo II deste Código, considera-se base de cálculo os valores das receitas relacionadas aos serviços de registros e de atos notariais.

#### Subseção V

#### Serviços de educação, instrução, treinamento e avaliação pessoal e congêneres

Art. 152. A base de cálculo do imposto devido pelos estabelecimentos de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação, em relação aos serviços da mesma natureza, compõe-se:

- I – das mensalidades ou anuidades cobradas, inclusive as taxas de inscrição e/ou matrícula;
- II – da receita oriunda do transporte dos alunos;
- III – da receita obtida pelo fornecimento de alimentação aos alunos;
- IV – de outras receitas eventualmente definidas em regulamento.

Parágrafo único. Os elementos constantes dos incisos II, III e IV deste artigo só integram a base de cálculo do serviço de ensino quando cobrados no preço da mensalidade.

Art. 153. Os contribuintes cujas atividades são enquadradas no item 8 (e seus subitens) do Anexo II deste Código deverão solicitar autorização para emitir os documentos fiscais a que se refere o art. 121, inc. VI deste Código.

§ 1º A obrigatoriedade da emissão dos documentos fiscais a que se refere o art. 121, inc. VI deste Código, não exclui a obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal de Serviço, na forma disposta nesta Lei Complementar.

§ 2º O contribuinte a que se refere o *caput* deste artigo está obrigado a cobrar pelos seus serviços utilizando um dos documentos fiscais a que se refere o art. 121, inc. VI deste Código.

§ 3º O não atendimento da exigência do parágrafo anterior sujeitará o contribuinte a que se refere o *caput* deste artigo às penalidades cabíveis.

Art. 154. O chancelamento dos documentos fiscais a que se refere o art. 121, inc. VI deste Código só poderá ser solicitado por contribuintes devidamente inscritos no Cadastro Mercantil de Contribuintes – CMC, da Secretaria de Tributação e Arrecadação.

§ 1º A falta de autorização e de chancelamento dos documentos fiscais a que se refere o art. 121, inc. VI deste Código, utilizados em estabelecimentos de ensino, implica em apreensão dos mesmos pela Fiscalização, através da lavratura do Auto de Apreensão, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

§ 2º O chancelamento dos documentos fiscais a que se refere o art. 121, inc. VI deverá ser solicitado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da entrega dos documentos ao órgão competente.

Art. 155. Os documentos fiscais a que se refere o art. 121, inc. VI deverão conter, na sua impressão, as seguintes características:

- I – número de ordem sequencial;
- II – razão social, CNPJ e inscrição municipal do estabelecimento;
- III – nome e CPF do tomador do serviço;
- IV – valor da mensalidade;
- V – outros valores cobrados;
- VI – prazo de validade;
- VII – as inscrições

§ 1º Os documentos fiscais a que se refere o art. 121, inc. VI serão numerados e confeccionados nos moldes definidos pelo órgão competente.

§ 2º Serão considerados inidôneos os documentos fiscais a que se refere o art. 121, inc. VI, confeccionados em desacordo com os moldes definidos pelo órgão competente, servindo de prova em favor do Fisco Municipal, inclusive como fonte de informação para fixação de uma base de cálculo arbitrária.

#### Subseção VI

#### Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres

Art. 156. Para efeito de tributação de ISS, considera-se obras de construção civil descritas nos itens 7.02 e 7.05 do Anexo II deste Código:

- I – as obras de construção civil propriamente dita e obras hidráulicas;
- II – instalação e montagem de centrais telefônicas, sistema de refrigeração, elevadores,

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



**TÍTULO VI  
DAS TAXAS**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS TAXAS**

**Seção I  
Do fato gerador**

produtos, peças e equipamentos incorporados à obra;

III – instalação e ligações de água, energia elétrica, de proteção catódica, de comunicação, de vapor, de ar comprimido, sistema de condução e exaustão de gases e de combustão, inclusive dos equipamentos relacionados com esses serviços.

§ 1º O Fisco Municipal poderá estabelecer em regulamento outros serviços complementares e/ou assemelhados à construção civil.

§ 2º A dedução de material prevista para composição da base de cálculo dos itens descritos no caput deste artigo observará a forma e os percentuais definidos em regulamento.

Art. 157. O proprietário ou administrador de obras de construção civil, quando utilizar serviços de empresas ou profissionais autônomos, na forma descrita no art. 74, incisos II e VI deste Código, é responsável pela retenção na fonte e pelo recolhimento do ISS devido pelos mesmos, em razão dos serviços por eles prestados.

**Subseção VII**

**Serviços relativos a propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e materiais publicitários**

Art. 158. Para efeito de tributação de ISS, consideram-se serviços de propaganda e publicidade descritos no item 17.06 do Anexo II deste Código:

I – serviços de concepção, redação e produção de propaganda e publicidade, que compreendem o estudo prévio do produto ou serviço de anunciar, criação de plano geral de propaganda e de mensagens adequadas a cada veículo de divulgação, elaboração de textos publicitários e desenvolvimento de desenhos/projetos, através da utilização de ilustração e de outras técnicas necessárias à materialização do plano como foi concebido e redigido;

II – serviços especiais ligados a atividade de propaganda e publicidade, tais como pesquisa de mercado, promoção de vendas, relações públicas, assessoria na edição de boletins e revistas informativas ou publicitárias, anúncios fúnebres, de emprego, publicação de demonstrações financeiras, dentre outras.

§ 1º Serão deduzidos da base de cálculo do item descrito no caput deste artigo somente os serviços de veiculação de propaganda e publicidade, por encontrarem-se fora do campo de incidência do ISS.

§ 2º As comissões e/ou honorários resultantes do agenciamento de propaganda e publicidade, inclusive veiculação por quaisquer meios, estão previstos no item 10.08, do Anexo II deste Código, não compondo, assim, a base de cálculo dos serviços a que se refere esta Subseção.

**Subseção VIII**

**Disposições Especiais Sobre Outros Serviços**

Art. 159. Não se considera serviço de locação o fornecimento de veículo, máquina, equipamento ou qualquer bem em que seja fornecido conjuntamente motorista ou operador para fins de execução do serviço, mediante quantia certa e previamente estipulada ao usuário, cujo serviço será executado sob a responsabilidade do prestador.

Art. 160. Considera-se também serviço de transporte de natureza municipal a cessão de veículo com motorista, mediante quantia certa e previamente estipulada, ao contratante, para transporte de pessoas dentro do município, sob a responsabilidade do cedente.

Art. 161. Nos serviços de saúde, assistência médica e congêneres, prestados por hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios, casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres, integram a base de cálculo o valor dos medicamentos, da alimentação e de qualquer material cobrado do plano de saúde, do intermediário ou do usuário final do serviço.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também aos serviços de medicina e assistência veterinária e seus congêneres.

Art. 162. O imposto devido por empresas funerárias tem como base de cálculo a receita bruta proveniente:

- I – do fornecimento de urnas, caixões, coroas e paramentos;
- II – do fornecimento de flores;
- III – do aluguel de capelas;
- IV – do transporte por conta deterceiros;
- V – das despesas referentes a cartórios e cemitérios;
- VI – do fornecimento de outros artigos funerários ou de despesas diversas;
- VII – de transporte próprio e outras receitas deservidos;

**Seção III**

**Disposições finais ao ISS**

Art. 163. É assegurado ao contribuinte do ISS o direito de consulta sobre a aplicação da legislação relativa ao referido tributo, na forma estabelecida neste Código.

Art. 164. O Município de Baixa Grande do Ribeiro deverá prestar assistência judicial aos agentes fiscais quando este forem parte em ações judiciais decorrentes do exercício da atividade de fiscalização.

Art. 165. As taxas de competência do Município de Baixa Grande do Ribeiro são decorrentes e têm como fato gerador:

- I – o exercício regular do poder de polícia;
- II – a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição

Parágrafo único. As taxas referidas no caput deste artigo não podem ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.

Art. 166. Considera-se poder de polícia, para os fins estabelecidos neste Código, a atividade desenvolvida pela Administração do Município que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão do interesse público concernente à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, ao meio ambiente, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao uso e ocupação do solo, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização, à tranquilidade pública, à disciplina das construções ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.

Parágrafo único. A regularidade do exercício do poder a que se refere o caput deste artigo ocorre quando desempenhado por órgão competente, nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, sem abuso ou desvio, diante de atividade considerada discricionária.

Art. 167. Consideram-se, os serviços públicos:

- I – utilizados pelo contribuinte:
  - a) efetivamente, quando por eles usufruídos a qualquer título;
  - b) potencialmente, quando compulsoriamente, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

II – específicos, quando podem ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;

III – divisíveis, quando susceptíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

**Seção II**

**Da incidência, lançamento e recolhimento da taxa**

Art. 168. Qualquer que seja a hipótese de incidência de taxas devidas ao Município de Baixa Grande do Ribeiro, estas serão lançadas de ofício, com base nos elementos constantes de cadastros próprios do Município, ou de dados e informações de que disponha o Fisco para este fim.

Art. 169. Quando for de incidência anual o fato gerador da taxa, considera-se este ocorrido na data de início da atividade, relativamente ao primeiro ano em que esta incidir.

Parágrafo único. A taxa, estabelecida conforme o disposto neste Código será fixada na respectiva tabela constante dentre seus anexos, atendida à sua peculiaridade, devendo ser recolhida na forma, condições e prazos disciplinados nesta Lei Complementar e, eventualmente, em lei específica.

Art. 170. Quando do recolhimento de taxa ao Município de Baixa Grande do Ribeiro, esta conterá no campo próprio do documento de arrecadação, parâmetros que a identifique, na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 171. Para efeito da incidência de taxa, consideram-se como estabelecimentos distintos:

- I – os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade ou não, pertençam a diferentes pessoas, físicas ou jurídicas;
- II – os que, embora com idêntico ramo de atividade, pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que localizados no mesmo imóvel.

Parágrafo único. É irrelevante para a incidência da taxa que os serviços públicos sejam prestados diretamente ou por meio de autorização, permissão, concessão ou através de serviços contratados para estefim.

Art. 172. Quando a taxa for lançada juntamente com impostos ou com contribuições, ou ainda cumulativamente com impostos e contribuições, o Poder Executivo Municipal poderá:

- I – conceder descontos pelo seu pagamento antecipadamente;
- II – autorizar o seu pagamento parcelado, limitado às mesmas condições e à quantidade de parcelas estabelecida para os impostos, ou quando for o caso, para as contribuições.

Parágrafo único. O lançamento e o pagamento das taxas não implicam reconhecimento da regularidade do estabelecimento ou da atividade exercida, perante o Fisco Municipal.

Art. 173. Em relação às taxas previstas neste Código, é irrelevante, para efeitos de incidência e pagamento:

- I – quando estabelecidas em razão do exercício regular do poder de polícia:
  - a) o cumprimento de quaisquer exigências legais ou regulamentares;
  - b) a licença, autorização, permissão ou concessão outorgadas pelo Município, pelo Estado ou pela União;

(Continua na próxima página)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
 PRAÇA CHOUQUINHO ERBQUEIL, 2222, CENTRO  
 CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
 EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
 FONE: (89)3570-1473  
 ADM:2017-20



- c) a existência de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;  
 d) a finalidade ou o resultado econômico da atividade, ou a exploração dos locais;  
 e) o pagamento de preços, tarifas, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de licenças, alvarás, de autorização ou vistorias;  
 f) o efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;  
 g) o caráter permanente, eventual ou transitório da atividade.

II – quando estabelecidas em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, que tais serviços públicos sejam prestados:

- a) diretamente, pelo órgão público;  
 b) indiretamente, por quem tenha recebido autorização, permissão, concessão ou sido contratado por órgão público.

Art. 174. O contribuinte de taxa está obrigado:

- I – a conservar e apresentar ao Fisco, quando solicitado, documento que, de algum modo se refira à situação que constitua seu fato gerador;  
 II – a prestar, sempre que for solicitado, esclarecimento referente ao fato gerador;  
 III – a facilitar as tarefas de cadastramento, lançamento, fiscalização e cobrança.

Art. 175. Sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis, a falta de pagamento de taxa devida ao Município, na época do seu vencimento, implicará na incidência de multa e juros de mora, conforme estabelecido neste Código.

§ 1º Estará sujeito ao pagamento de multa o contribuinte que, de algum modo, não cumprir com as obrigações acessórias previstas neste Código.

§ 2º Todas as pessoas físicas ou jurídicas licenciadas estão sujeitas à constante fiscalização das autoridades municipais, sem prévia notificação, comunicação ou aviso de qualquer natureza.

§ 3º Aplica-se à taxa a regra de solidariedade relativa às pessoas expressamente designadas neste Código.

§ 4º O pagamento das taxas viscendas será efetuado em cota única, podendo, no entanto, serem parcelados os débitos vencidos em exercícios anteriores, limitados ao máximo de 12 (doze) parcelas no valor de, no mínimo, 100 URM.

#### Subseção I

##### Da notificação de lançamento da taxa

Art. 176. Considera-se que o sujeito passivo esteja regularmente notificado do lançamento de taxa com a entrega da respectiva notificação, pelo agente do Fisco, pelo Correio ou por quem legalmente esteja autorizado a fazê-lo.

§ 1º Considera-se pessoal a notificação efetuada diretamente ao sujeito passivo, prepostos e empregados, por quaisquer dos agentes designados e identificados no *caput* deste artigo.

§ 2º A notificação, quando não for efetuada por agente do Fisco, na forma de que dispõe o § 1º deste artigo, presume-se realizada quando precedida de publicação de edital no Diário Oficial do Município – DOM, e ocorrer a divulgação em outros meios de comunicação social existentes no Município, com inferência à data da postagem, considerada a entrega aos Correios ou quem esteja autorizado a este mister, aludindo-se, ainda, sobre prazos e datas de vencimento.

§ 3º Para todos os efeitos legais, presume-se efetuada a notificação do lançamento quinze dias após transcorrida a data de postagem.

§ 4º A presunção referida no § 3º deste artigo poderá ser ilidida pela comunicação do não recebimento, em comparecendo, o sujeito passivo ou seu representante legal, à Secretaria de Tributação e Arrecadação, até a data do vencimento, momento em que será pessoalmente notificado em conformidade com o respectivo lançamento.

#### Seção III

##### Da inscrição cadastral do contribuinte de taxa

Art. 177. A inscrição cadastral do contribuinte de taxa devida ao Município de Baixa Grande do Ribeiro, quando for o caso, será iniciada no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início das atividades, na forma regulamentar, com as informações e os elementos necessários à identificação do sujeito passivo, a atividade que exercita e seu respectivo local.

§ 1º Serão promovidas tantas inscrições quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividades, sendo obrigatória a indicação das diversas atividades exercidas no mesmo local.

§ 2º Qualquer alteração nos dados apresentados na inscrição em decorrência de fatos e circunstâncias que impliquem sua modificação e, essencialmente, quando ocorrer alteração de endereço, venda ou transferência de estabelecimento, da atividade ou do seu encerramento, deverão ser comunicados ao Fisco Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 178. A Secretaria de Tributação e Arrecadação poderá promover, de ofício, inscrições ou alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando não efetuadas pelo sujeito passivo ou, em tendo sido, apresentarem erro, omissão ou falsidade, podendo também exigir a apresentação de quaisquer declarações de dados.

#### CAPÍTULO II DAS ESPÉCIES DE TAXAS

Art. 179. Serão adotados pelo Município de Baixa Grande do Ribeiro critérios objetivos no lançamento, cobrança e pagamento de taxas, quando da concessão de licença, realização de procedimentos de vistoria, controle, registro, inspeção e fiscalização, de acordo com o poder de polícia e com a prestação de serviços.

Art. 180. A classificação e a denominação das taxas observarão o disposto neste Código.

§ 1º Serão exigidas, em razão do exercício do poder de polícia, quando da concessão de licença, realização de vistoria, controle, registro, inspeção, ou ainda quando de procedimentos de fiscalização, transcorrendo o lançamento de taxa, estas, deverão subsumir-se às seguintes denominações:

- I – Taxa de Licença de Localização, Instalação, Funcionamento e Fiscalização – TLIF;  
 II – Taxa de Licença e Fiscalização de Obras – TLFO;  
 III – Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA;  
 IV – Taxa de Licença e Fiscalização de Anúncios – TLFA;  
 V – Taxa de Registro e Fiscalização Sanitária – TRFS;  
 VI – Taxa de Desmembramento e Remembramento de imóveis urbanos e rural – TDRI.

#### CAPÍTULO III

##### DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DE POLÍCIA

#### Seção I

##### Taxa de Licença de Localização, Instalação, Funcionamento e Fiscalização – TLIF

#### Subseção I

##### Dos pressupostos à expedição da TLIF

Art. 181. A Taxa de Licença de Localização, Instalação, Funcionamento e Fiscalização – TLIF é devida em decorrência do poder de polícia do Município, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, visando regular, em função do interesse público, o exercício de atividades ou a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia concessão ou autorização.

Art. 182. Qualquer pessoa, física ou jurídica, situada na zona urbana ou rural, dependerá de licença prévia, e estará obrigada a se inscrever nos cadastros municipais, para, no território do Município de Baixa Grande do Ribeiro, de forma permanente, intermitente ou temporária, em estabelecimento fixo ou não:

I – exercer quaisquer atividades, industriais, produtoras, prestação de serviços ou comerciais, incluídas as de ambulante ou outras semelhantes;

II – ocupar, nos limites da lei, áreas em vias e logradouros públicos.

§ 1º A obrigatoriedade de inscrição nos cadastros municipais de que trata o *caput* deste artigo deverá obedecer ao prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de abertura do estabelecimento ou início das atividades.

§ 2º No exercício da ação reguladora, as autoridades municipais, visando conciliar a atividade pretendida com o planejamento físico e o desenvolvimento socioeconômico do Município, levarão em conta, entre outros fatores:

- I – o ramo da atividade a ser exercida;  
 II – a localização do estabelecimento, se for o caso;  
 III – benefícios resultantes para a comunidade.

Parágrafo único. A licença ou alvará competente será expedido após a verificação do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, à localização de estabelecimentos, à higiene, saúde, segurança, respeito à propriedade, ordem e tranquilidade pública e aos direitos individuais e coletivos, bem como o exame das condições de funcionamento e aferição de compatibilidade dos dados e registro cadastrais.

Art. 183. Considera-se estabelecimento, para fins da TLIF:

I – o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades previstas no inciso I do art. 182 deste Código, sendo irrelevante a denominação que utilizar, e suficiente para caracterizar ou indicar sua existência, a conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:

- a) manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos;  
 b) estrutura organizacional ou administrativa;  
 c) inscrição nos órgãos previdenciários;  
 d) indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;  
 e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás.

II – o local onde forem exercidas as atividades de diversão pública de natureza itinerante;  
 III – a residência da pessoa física, quando de acesso ao público em razão do exercício de atividade profissional.

Parágrafo único. A circunstância da atividade, por sua natureza, ser executada, habitual ou eventualmente fora do estabelecimento, não o descaracteriza para os efeitos do *caput* deste artigo.

Art. 184. O contribuinte deverá informar à Secretaria de Tributação e Arrecadação acerca de seu funcionamento, atualizando os dados cadastrais, no prazo de 30 (trinta) dias, sempre que ocorrer:

- I – alteração da razão social, nome de fantasia, endereço, ramo de atividade, capital social ou sócios;  
 II – alterações físicas do estabelecimento;  
 III – alterações em sua publicidade, na forma disciplinada na legislação específica;  
 IV – fusão, cisão, incorporação e transformação de sociedade.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



### Subseção II Sujeito Passivo da TLIF

Art. 185. Contribuinte da TLIF é a pessoa física ou jurídica sujeita ao licenciamento municipal em razão da localização, instalação, funcionamento e fiscalização de estabelecimento ou de atividades previstas neste Código, pertinente ao zoneamento urbano e rural, e observância das normas de posturas municipais.

Art. 186. Quando do requerimento da Licença de Localização, Instalação, Funcionamento e Fiscalização, além da apresentação dos atos constitutivos, comprovante de endereço e das licenças ambiental e sanitária previstas neste Código, o interessado apresentará a consulta prévia devidamente aprovada pelo órgão competente, onde constará:

- I – a qualificação do interessado;
- II – natureza da atividade a ser desenvolvida;
- III – o endereço e a área construída ou coberta onde a atividade será desenvolvida.

### Subseção III Do cálculo e lançamento da TLIF

Art. 187. O cálculo da TLIF será estabelecido conforme os valores constantes no Anexo III, parte integrante deste Código.

Art. 188. A Secretaria de Tributação e Arrecadação poderá notificar o contribuinte para, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da notificação, prestar declarações sobre a atividade desenvolvida pela pessoa ou pelo estabelecimento, com base nas quais poderá ser lançada a TLIF.

Parágrafo único. Ocorrerá também o lançamento de ofício da TLIF quando:

- I – o contribuinte deixar de efetuar o seu pagamento, no início de suas atividades;
- II – em consequência de diligência ou de sua revisão, o agente do Fisco verificar elementos distintos e correspondentes a valor superior a que serviu de base ao lançamento da referida Taxa, caso em que será cobrada a diferença devida.

Art. 189. O pagamento da TLIF será efetuado em quota única, antes da expedição da licença.

Art. 190. A fim de obter a baixa da inscrição, o contribuinte é obrigado a comunicar a cessação da atividade mediante requerimento simples apresentado junto à Secretaria de Tributação e Arrecadação, desde que anexado o comprovante de baixa da situação cadastral junto ao CNPJ e dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A baixa, cassação, restrição ou qualquer modificação nos termos da concessão da licença não exoneram o sujeito passivo do pagamento de quaisquer débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente, e não ensejará restituição do que já houver sido recolhido.

Art. 191. A pessoa física ou o estabelecimento dependente de prévia autorização ou concessão que exerce suas atividades sem a devida licença será considerado clandestino, sujeito à embargo, na forma do art. 318, inciso III do Código de Obras e Postura do Município, sem prejuízo de outras penalidades.

§ 1º A interdição processar-se-á em conformidade com o Código de Obras e Postura do Município ou outra legislação aplicável, precedida de notificação ao contribuinte ou responsável para a devida regularização, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º Verificada a adequação do requerimento às condições estabelecidas para a atividade, instruída com o respectivo comprovante de pagamento da TLIF, será fornecido Alvará ou Licença no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º Em casos especiais, a concessão do Alvará ficará condicionada ao atendimento, pelo interessado, a determinadas exigências estabelecidas na legislação ou em ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º É obrigatória a fixação do Alvará em local visível do estabelecimento, e será apresentado aos agentes do Fisco competentes ao exercício da atividade de fiscalização, sempre que solicitado.

### Seção II Taxa de Licença e Fiscalização de Obras – TLFO

Art. 192. A Taxa de Licença e Fiscalização de Obras – TLFO, fundada no poder de polícia do Município, quanto à disciplina do uso do solo urbano e rural, à tranquilidade e bem estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a execução de obras dentro da zona urbana, de expansão urbana e rural do Município, em observância à legislação específica de uso e ocupação do solo e ao zoneamento urbano, e ao Código de Obras e Postura do Município.

Art. 193. Qualquer pessoa física ou jurídica dependerá de licença prévia, para, nos termos do artigo anterior executar obras relativas à reforma, reparo, acréscimo, demolição, construção ou reconstrução de casas, edifícios e quaisquer obras em imóveis;

Art. 194. Contribuinte da TLFO é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel onde estejam sendo executadas as obras mencionadas nos artigos 192 e 193 deste Código.

Art. 195. A Taxa de Fiscalização de Obras não incide sobre:

- I - limpeza ou pintura externa ou interna de Prédios;
- II - construção de muros e passeios;
- III - construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras.

Art. 196. A Taxa de Fiscalização de Obras será lançada quando da comunicação do início da obra, ou, na sua falta, a partir do efetivo início da obra.

Parágrafo único. O lançamento será notificado ao sujeito passivo, através da entrega da guia de recolhimento da taxa ou, a critério da administração, através de publicação no órgão oficial.

Art. 197. A TLFO será calculada de acordo com o Anexo IV deste Código, e será cobrada pela autoridade administrativa no prazo de 10 dias contados da data da comunicação do início da obra, ou, na sua falta, da data do efetivo início da obra apurado pela fiscalização.

Art. 198. Será expedida a licença, mediante pagamento da taxa, quando da fiscalização e aprovação dos procedimentos e obras a que se refere o art. 195 deste Código.

Art. 199. A licença será expedida após a verificação do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, à disciplina das construções e do desenvolvimento urbano e rural, à estética da cidade, à higiene, saúde, segurança, respeito à propriedade, ordem e tranquilidade pública e aos direitos individuais e coletivos.

Art. 200. O pagamento da Taxa de Licença de Fiscalização de Obras – TLFO será efetuado em cota única, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, antes da expedição do alvará ou da licença competente.

§ 1º Do valor da taxa referente ao alvará de construção será deduzido o valor pago a título de consulta prévia.

§ 2º Em relação à forma de pagamento, o contribuinte deverá também observar o disposto no art. 175, §4º deste Código, nos casos em que optar pelo parcelamento da taxa devida.

Art. 201. Será exigido o comprovante de quitação da taxa quando da renovação de alvará, baixa de construção e recebimento definitivo das obras de urbanização.

### Seção III Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA

Art. 202. A Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA tem como fato gerador o exercício do poder de polícia do Município de Baixa Grande do Ribeiro, para fiscalizar a realização de empreendimentos, obras e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de significativa degradação ao meio ambiente, em conformidade com as normas ambientais específicas.

Art. 203. Os empreendimentos, obras e as atividades que no Município de Baixa Grande do Ribeiro produzirem impacto ambiental serão objetos de fiscalização para adequação às normas específicas, observando-se o disposto na Lei Orgânica do Município e na legislação pertinente, notadamente em relação:

- I – ao parcelamento do solo;
- II – pesquisa, extração e tratamento de minérios;
- III – construção de conjunto habitacional;
- IV – instalação de indústrias;
- V – construção civil de unidades unifamiliar e multifamiliar em área de interesse ambiental;
- VI – postos de serviços que realizam abastecimento, lubrificação e lavagem de veículos;
- VII – obras, empreendimentos ou atividades modificadoras ou poluidoras do meio ambiente;
- VIII – empreendimentos de turismo e lazer; e
- IX – demais atividades que exijam o exame para fins de licenciamento.

Art. 204. Os licenciamentos ambientais, no Município de Baixa Grande do Ribeiro estão sujeitos à análise e aprovação, por parte do órgão de controle do meio ambiente, mediante prévio pagamento da taxa respectiva.

§ 1º Em razão do grau de complexidade e natureza da atividade, as licenças ambientais poderão ser expedidas em conformidade com os seguintes estágios:

- I – Licença Ambiental Prévia;
- II – Licença Ambiental de Instalação;
- III – Licença Ambiental de Operação;
- IV – Licenças Ambientais Diversas.

§ 2º As bases de cálculo para as licenças ambientais prévias, de instalação, de operação e diversas serão fixadas de acordo com a classificação constante no Anexo V, deste Código, bem como em Lei específica.

§ 3º As Licenças Ambientais de Operação referentes aos incisos I a IX do art. 203 deste Código, quando necessário, serão renovadas anualmente, mediante recolhimento da respectiva taxa.

Art. 205. A expedição da licença ambiental dependerá da realização e apresentação de serviços técnicos, da elaboração de estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório, ou, sendo o caso, de estudo, parecer, perícia, audiência pública, análise, vistoria ou realização de outros serviços, em razão do grau de complexidade e natureza.

Art. 206. Os custos correspondentes aos serviços técnicos necessários ao licenciamento correrão a cargo do requerente.

Art. 207. As licenças ambientais serão expedidas pelo Município depois de concluído e aprovado o procedimento nos âmbitos estadual e federal, se necessária a manifestação destes entes, e serão válidas por prazo determinado, entre 1 (um) e 5 (cinco) anos, de acordo com as características, duração, porte e potencial poluidor da atividade e critérios definidos pelo órgão ambiental municipal ou por Resolução específica do COMDEMA.

Parágrafo único. Os pedidos de renovação de Licença deverão ser protocolados com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade fixado na respectiva licença, ficando automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental do Município.

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI

PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473

ADM:2017-20



Art. 208. A realização de obra, empreendimento ou atividade sem regular licenciamento, sujeitará o infrator à advertência através de notificação, com vista a cessar a irregularidade, sob pena de multa e outras sanções, dentre as quais:

- I - embargo;
- II - interdição;
- III - suspensão de atividades, até correção das irregularidades;
- IV - desfazimento, demolição ou remoção;
- V - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais eventualmente concedidos pelo Município.

§ 1º A aplicação das penalidades poderá ser cumulativa e a multa variável de um até cem vezes o valor da respectiva Licença, podendo ser aplicada em dobro ou por dia, em caso de reincidência.

§ 2º O não recolhimento da multa, na data de seu vencimento, implicará em inscrição na Dívida Ativa, acrescida das demais cominações previstas na legislação.

§ 3º A multa poderá ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator corrigir a degradação ambiental, no prazo estipulado.

Art. 209. A modificação na natureza do empreendimento ou da atividade, assim como o seu funcionamento ou exercício em desacordo com as normas e padrões para implantação ou instalação fixadas em legislação específica, após concedida a respectiva licença, ensejará sua imediata cassação.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo sujeitará o infrator ao pagamento de multa correspondente a cem vezes o valor da licença, além da responsabilização por danos causados ao meio ambiente ou a terceiros.

Art. 210. O órgão ambiental do Município poderá, mediante decisão motivada e justificada, modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença quando ocorrer:

- I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;
- III - superveniência de riscos ambientais e a saúde.

§ 1º Tanto o deferimento quanto o indeferimento das licenças ambientais, bem como a suspensão, revogação e modificação das condicionantes das mesmas, deverão basear-se em parecer técnico específico obrigatório, que deverá fazer parte do corpo da decisão.

§ 2º Do indeferimento de Licença Ambiental, caberá recurso ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação da decisão.

§ 3º Após recebimento da Licença todo e qualquer empreendimento licenciado deverá expor os dados do documento em local de fácil visualização, inclusive o número da licença correspondente.

Art. 211. A notificação e o respectivo procedimento e processo administrativo que se originar em decorrência da necessidade de licenciamento ambiental observará os procedimentos e normas constantes na legislação específica.

Art. 212. O valor da TLA será o constante no Anexo V, parte integrante deste Código.

#### Seção IV Taxa de Licença e Fiscalização de Anúncios – TLFA

##### Subseção I Do fato gerador e da incidência da TLFA

Art. 213. A Taxa de Licença e Fiscalização de Anúncios – TLFA, fundada no poder de polícia, tem como fato gerador o licenciamento e fiscalização do cumprimento das normas que disciplinam a exploração ou utilização de anúncio, a pertinência aos bens públicos de uso comum e ao controle da estética e do espaço visual urbanos, e em observância às normas municipais de posturas, por qualquer meio ou processo:

- I – de anúncios;
- II – de engenhos de divulgação de propaganda e publicidade.

§ 1º A TLFA incidirá sobre todos os anúncios e engenhos instalados, inclusive nos imóveis particulares, em locais visíveis ou de acesso, e, ainda, nas vias e logradouros públicos situados no Município.

§ 2º Para efeito do inciso I deste artigo, considera-se anúncio qualquer instrumento ou forma de comunicação visual ou audiovisual de mensagens, inclusive aquele que contiver dizeres ou apenas desenho, sigla, dístico ou logotipo indicativo ou representativo de nome, produto, local ou atividade de pessoa física e jurídica, mesmo quando afixado em veículo de transporte.

§ 3º Para efeito do inciso II deste artigo, considera-se engenho de divulgação, de propaganda e de publicidade:

- I – tabuleta ou out-door: engenho fixo, destinado à colocação de cartazes em papel ou outro material substituído periodicamente;
- II – painel ou placa: engenho fixo ou móvel, luminoso ou não, constituído por materiais que, expostos por longo período de tempo, não sofrem deterioração substancial, caracterizando-se pela baixa rotatividade da mensagem;
- III – letreiro: afixação ou pintura de signos ou símbolos em fachadas, marquises, toldos, elementos do mobiliário urbano ou em estrutura própria, bem como pintura executada sobre muro;
- IV – faixa, bandeira ou estandarte: aqueles executados em material não rígido, de caráter transitório;

V – cartaz: constituído por material facilmente deteriorável e que se caracteriza pela alta rotatividade da mensagem, caracterizado por ter formato e dimensão superior a 210 x 297mm (A4);

VI – dispositivo de transmissão de mensagem: engenho que transmite mensagens publicitárias por meio de visores, telas e outros dispositivos afins ou similares.

§ 4º São considerados engenhos de divulgação, quando utilizados para veicular mensagem publicitária:

- I – mobiliário urbano;
- II – tapumes de obras;
- III – muros de vedação;
- IV – veículos motorizados ou não;
- V – aviões e similares;
- VI – balões e bóias.

§ 5º Não constituem veículos de divulgação o material ou engenho caracterizado como lesivo à limpeza urbana.

Art. 214. No caso de existir em uma única fachada um engenho com diversas publicidades, o cadastramento será efetuado com base no somatório das áreas das mesmas.

§ 1º Se o estabelecimento alterar ou diferenciar a fachada para compor a publicidade, a classificação do anúncio - para efeito do cadastro e da TLFA - será estabelecida conforme se apresentarem os engenhos de divulgação.

§ 2º São formas de apresentação dos engenhos de divulgação:

- I – luminosos e iluminados;
- II – luminosos intermitentes;
- III – inflados.

§ 3º Para efeito do disposto no § 2º, são engenhos:

- I – luminosos, aqueles que possuem fonte luminosa integrada à sua estrutura interna;
- II – iluminados, aqueles em que a fonte luminosa é externa, podendo ser acoplada ou não, à estrutura do engenho;
- III – inflados, os balões e bóias que contêm ar ou gás estável, independentemente do seu formato ou dimensões.

§ 4º São engenhos provisórios os executados com material perecível como pano, tela, papel, papelão, plásticos não rígidos pintados e que contenham expressão do tipo “vende-se”, “aluga-se”, “liquidação”, “oferta” ou similares, sendo isentos os que contenham área útil menor ou igual a um metro quadrado.

Art. 215. Quaisquer alterações procedidas quanto ao tipo, características ou tamanho do anúncio, assim como a sua transferência para local diverso, acarretará nova incidência da Taxa.

#### Subseção II Da não-incidência da TLFA

Art. 216. A TLFA não incide quanto:

- I – aos anúncios destinados a fins filantrópicos, ecológicos, religiosos, patrióticos e eleitorais, no que concerne, quanto a este último, à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;
- II – aos anúncios no interior de estabelecimentos, divulgando artigos ou serviços neles negociados ou explorados, ou no exterior do estabelecimento, quando afixados em sua própria fachada, observadas as exigências estabelecidas em lei;
- III – aos anúncios e emblemas de entidades públicas, ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais e representações diplomáticas, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;
- IV – aos anúncios e emblemas de hospitais, sociedades cooperativas, educacionais, culturais e esportivas, desde que sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública por lei municipal, e quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;
- V – aos anúncios que indiquem uso, lotação, capacidade ou quaisquer avisos técnicos elucidativos do emprego ou finalidade da coisa, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;
- VI – às placas ou letreiros destinados, exclusivamente, à orientação do público, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário, e que em sua totalidade não exceda a um metro quadrado;
- VII – aos anúncios que recomendem cautela ou indiquem perigo e sejam destinados exclusivamente à orientação do público, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;
- VIII – às placas indicativas de oferta de emprego, afixadas no estabelecimento do empregador, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;
- IX – às placas de profissionais liberais, autônomos ou assemelhados, quando colocadas nas respectivas residências e locais de trabalho, e contiverem, tão-somente, o nome, profissão, telefone e e-mail;
- X – aos anúncios de locação ou venda de imóveis em cartazes ou em impressos, quando colocados no respectivo imóvel, pelo proprietário, e sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;
- XI – aos anúncios em cartazes ou em impressos, com dimensão de até um metro quadrado, quando colocados na própria residência, onde se exerça o trabalho individual;
- XII – ao painel ou tabuleta afixada por determinação legal no local da obra de construção civil durante o período de sua execução, desde que contenha, tão-só, as indicações exigidas e as dimensões recomendadas pela legislação própria;
- XIII – aos anúncios de fixação obrigatória decorrente de disposição legal ou regulamentar, sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário;
- XIV – exclusivamente indicativos de vias e logradouros públicos e os que contenham os caracteres numerais destinados a identificar as edificações;
- XV – destinados exclusivamente à sinalização de trânsito de veículos e de pedestres;
- XVI – aos nomes, siglas, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias de empresas que, nas condições legais e regulamentares, se responsabilizem, gratuitamente, pela

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



colocação e manutenção de recipientes destinados à coleta de lixonas vias e logradouros públicos, ou se encarreguem da conservação, sem ônus para o Município, de parques, jardins, e demais logradouros públicos arborizados, ou, ainda, do plantio e proteção de árvores.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso XVI, a não incidência da TLFA restringe-se, unicamente, aos nomes, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias afixadas nos recipientes destinados à coleta de lixo, em medidas definidas no ato que autorizar e estabelecer a responsabilidade pela conservação do logradouro.

### Subseção III Do sujeito passivo da TLFA

Art. 217. Contribuinte da TLFA é a pessoa física ou jurídica que, na forma e nos locais mencionados no art. 213 deste Código:

- I – fizer qualquer espécie de anúncio;
- II – explorar ou utilizar a divulgação de anúncios de terceiros;
- III – for proprietária do engenho de divulgação de publicidade.

### Subseção IV

#### Do lançamento e da inscrição cadastral de contribuintes da TLFA

Art. 218. A TLFA será lançada de ofício, antes da concessão da licença, observados os elementos constantes do cadastro de divulgadores de anúncios do Município de Baixa Grande do Ribeiro, a periodicidade mensal ou anual, a classificação e as características dos anúncios e dos engenhos de divulgação de propaganda.

§ 1º O sujeito passivo da TLFA deverá promover sua inscrição cadastral independentemente de prévio licenciamento e cadastramento do anúncio, nos seguintes prazos:

- I - na hipótese do art. 217, incisos I e II, 30 (trinta) dias antes de realizar o anúncio ou de explorar ou utilizar a divulgação de anúncios de terceiros;
- II - na hipótese do art. 217, inciso III, em até 30 (trinta) dias após o registro do ato constitutivo da empresa de divulgação de publicidade ou no momento em que ceder, gratuitamente ou não, a utilização do engenho de divulgação de publicidade a terceiro.

§ 2º Do cadastro a que se refere o *caput* deste artigo constarão as licenças outorgadas com as respectivas especificações técnicas dos engenhos de divulgação e publicidade, somente podendo ser instalado o que tenha sido autorizado, mediante recolhimento da TLFA devidamente realizado.

§ 3º A Administração Tributária Municipal poderá promover, de ofício, a inscrição, as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 219. O pagamento da TLFA será efetuado em cota única, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, antes da veiculação do respectivo anúncio.

Parágrafo único. Em relação à forma de pagamento, o contribuinte deverá também observar o disposto no art. 175, §4º deste Código, quando optar pelo parcelamento.

Art. 220. A TLFA será exigida segundo suas características e classificações, sendo o seu valor determinado de acordo com as tabelas constantes no Anexo VI deste Código.

### Subseção V Das infrações e Penalidades

Art. 221. Sujeitar-se-á à multa no patamar de 100 a 300 URM, o sujeito passivo que descumprir as normas relativas à TLFA, nos casos de:

- I - infrações relativas à inscrição e às alterações cadastrais aos que deixarem de efetuar, na forma e nos prazos regulamentares, a inscrição inicial, as alterações de dados cadastrais, ou seu respectivo cancelamento, quando apuradas por meio de ação fiscal ou denunciadas após o seu início;
- II - infrações relativas às declarações de dados de natureza tributária aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que estejam obrigados, ou o fizerem com dados inexatos ou omissões de elementos indispensáveis à apuração do valor da TLFA devida, na forma e prazos previstos neste Código;
- III - infrações relativas à ação fiscal aos que recusarem a exibição do registro de anúncio, da inscrição, da declaração de dados ou de quaisquer outros documentos fiscais, embarçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para apuração da TLFA.

Parágrafo único. O valor da multa será analisado pelo órgão competente, observado o disposto nos incisos deste artigo e respeitado os limites de valores previstos no *caput*.

Art. 222. A instalação ou manutenção de engenho de divulgação de publicidade em desacordo com o disposto neste Código ou em lei específica importará na aplicação de notificação preliminar, com vista a sanar a irregularidade no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único. Quando no período de um ano for cometida mais de uma infração pelo mesmo sujeito passivo, em razão do descumprimento do que estabelece este Código, considerar-se-á reincidência, devendo aplicar-se a multa em dobro e, cumulativamente, realizar-se a apreensão do material empregado.

Art. 223. Em qualquer caso, quando ocorrer remoção de engenho de divulgação de publicidade sem a devida licença ou nos casos de sua utilização irregular, o proprietário poderá reavê-lo, resgatando-o no prazo de sessenta dias, desde que prontamente recolhido o valor da penalidade e pagas as despesas com a remoção e guarda.

### Subseção VI Das proibições relativas aos anúncios e publicidade

Art. 224. A Administração Municipal definirá os locais e logradouros, praças e avenidas nos quais não poderão ser veiculados anúncios.

Parágrafo único. É proibida a fixação de engenhos de divulgação de publicidade, sejam quais forem a forma, a composição e as finalidades do anúncio:

- I – nas árvores de logradouros públicos, com exceção de sua afixação nas grades que a protegem, e desde que autorizadas pela autoridade municipal competente, mediante prévio requerimento do interessado à Prefeitura, e em respeito às normas estabelecidas em legislação específica;
- II – nas fachadas de edifícios residenciais, com exceção daqueles que possam ser colocados na cobertura ou de pintura mural em fachada cega;
- III – nos locais em que prejudiquem, de qualquer maneira, a sinalização de trânsito ou outra sinalização destinada à orientação pública, ou que possam causar insegurança ao trânsito de veículos ou pedestres;
- IV – nos locais em que, perturbando as exigências da preservação da visão em perspectiva, forem considerados poluentes visuais, nos termos da legislação específica, ou prejudiquem os direitos de terceiros;
- V – nos imóveis edificados, quando prejudicarem a aeração, insolação, iluminação e circulação nos mesmos ou nos imóveis edificados vizinhos;
- VI – em prédios ou monumentos tombados, ou em suas proximidades, quando prejudicarem a sua visibilidade;
- VII – em áreas consideradas de preservação ambiental.
- VIII - de modo a obstruir aberturas destinadas à circulação, iluminação ou ventilação;
- IX - que avancem sobre passeios, devendo ser estabelecida a altura mínima e máxima, quando apoiadas no solo ou em fachada.

### Subseção VII Disposições Gerais da TLFA

Art. 225. O lançamento ou o pagamento da TLFA não importa em reconhecimento da regularidade do anúncio.

Art. 226. A instalação de engenho tipo *outdoor*, painel ou tabuleta em terrenos não edificados terá a sua autorização e permanência no local condicionada à regularidade das obrigações tributárias perante o Município, bem como à limpeza e conservação do terreno.

Art. 227. Os engenhos de divulgação de publicidade já existentes que não se enquadram nas normas estabelecidas neste Código e em Lei específica deverão ser retirados, sob pena de incorrerem nas penalidades previstas, ou mantidos, se o interessado, no prazo de 60 (sessenta) dias da data de vigência deste Código, regularizar a situação.

### Seção V Taxa de Registro e Fiscalização Sanitária – TRFS

Art. 228. A Taxa de Registro e Fiscalização Sanitária – TRFS, fundada no poder de polícia do Município, e, concernente ao controle da saúde pública e bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização - para fins de registro e renovação - exercida sobre estabelecimentos, produtos, embalagens, utensílios, equipamentos, serviços, atividades e unidades, em observância às normas sanitárias vigentes.

§ 1º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, atentar-se-á, no procedimento de fiscalização, quanto ao fabrico, à produção, à manipulação, ao acondicionamento, à conservação, ao depósito e à armazenagem, ao transporte e à distribuição de alimentos ou de outra atividade pertinente à higiene pública.

§ 2º Serão fiscalizados, para fins de expedição do registro sanitário e por ocasião da sua renovação anual, os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, relacionados com o consumo humano e com o interesse para a saúde pública, bem como sujeitos às ações de vigilância da saúde dos trabalhadores pelos riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Art. 229. Os estabelecimentos e atividades licenciados pela vigilância sanitária são classificados conforme critério de risco e grau de complexidade especificado, conforme relacionado abaixo:

#### SERVIÇOS DESAÚDE

Grupo de risco I – Alta complexidade:

- Hospitais;
- Serviços de terapia renal substitutiva;
- Serviços de radiodiagnóstico;
- Serviços de radiologia intervencionista;
- Estabelecimentos de atividades hemoterápicas;
- Banco de órgãos, tecidos, medula óssea e leite humano;
- Serviços de nutrição enteral.

Grupo de risco II – Média complexidade:

- Casas de repouso para idosos/asilos;
- Clínicas e consultórios médicos e paramédicos;
- Clínicas e consultórios odontológicos;
- Laboratórios e oficinas de prótese odontológica;
- Serviços de diagnósticos por imagem (exceto radiações ionizantes);
- Estabelecimentos de acupuntura;
- Unidades de transporte de pacientes com procedimentos;
- Clínicas de fisioterapia e reabilitação;
- Lavanderias de roupa hospitalar isoladas do hospital;

(Continua na próxima página)





PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI

PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
 CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
 EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
 FONE: (89)3570-1473

ADM:2017-20



- Creches; Estabelecimentos de tatuagens e congêneres;
- Serviços de home-care.

Grupo de risco III – Baixa complexidade:

- Óticas;
- Unidades de transporte de pacientes sem procedimentos;
- Estabelecimentos de massoterapia emmassofilaxia;
- Academias de atividades físicas;
- Estabelecimentos relacionados à beleza.

#### ALIMENTOS

Grupo de risco II – Média complexidade:

- Cozinhas industriais e similares;
- Hipermercados.

Grupo de risco III – Baixa complexidade:

- Supermercados e mercados;
- Restaurantes;
- Bares;
- Lanchonetes e similares;
- Padarias;
- Açougues;
- Galeterias sem abate;
- Pizzarias;
- Confeitarias;
- Peixarias;
- Lojas de conveniências;
- Quitandas e mercadinhos;
- Buffets;
- Marmitarias;
- Trailers fixos;
- Estabelecimentos de produção artesanal de alimentos.

#### MEDICAMENTOS

Grupo de risco I – Alta complexidade:

- Serviços de quimioterapia;
- serviços de nutrição parenteral;
- laboratórios de análises clínicas, citopatologia, anatomia patológica e congêneres;
- laboratórios de radioimunoensaio;
- estabelecimentos que realizam esterilização com/de produtos correlatos - centrais de esterilização.

Grupo de risco II – Média complexidade:

- empresas distribuidoras de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos;
- empresas distribuidoras de cosméticos, perfumes e produtos de higiene;
- empresas distribuidoras de saneantes domissanitários;
- farmácias (com manipulação);
- postos de coleta para análises clínicas (isolado);
- farmácias hospitalares.

Grupo de risco III – Baixa complexidade:

- Depósitos de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos;
- Depósitos de produtos saneantes e domissanitários;
- Depósitos de correlatos;
- Depósitos de cosméticos, perfumes e produtos de higiene;
- Empresas de transporte de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos;
- Drogarias, ervanárias e postos de medicamentos;
- Dispensários de medicamentos;
- Comércio de correlatos;
- Comércio de cosméticos, perfumes e produtos de higiene;
- Comércio de produtos saneantes e domissanitários;
- Estabelecimentos de artigos médicos hospitalares.

#### SAÚDE AMBIENTAL

Grupo de risco II – Média complexidade:

- Estabelecimentos carcerários;
- canteiros de obra;
- sistemas público e privado de abastecimento de água para consumo humano.

Grupo de risco III – Baixa complexidade:

- rodoviárias;
- ferroviárias;
- estabelecimentos de ensino;
- piscinas;
- oficinas;
- borracharias;
- sucatarias;
- lavanderias;
- agências bancárias;

- shoppings centers;
- cinemas;
- teatros;
- museus;
- templos religiosos;
- clubes recreativos;
- hotéis, motéis, congêneres;
- centros de velório;
- necrotérios;
- locais de lazer.

Art. 230. O cálculo da TRFS será estabelecido conforme os valores constantes no Anexo VII deste Código.

Art. 231. A TRFS será devida quando da solicitação do Registro Sanitário ou de sua renovação anual, cujo prazo de validade será de 12 (doze) meses, contados da data da sua expedição.

Art. 232. O pagamento da TRFS será efetuado em cota única, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, antes da concessão da licença requerida ou de sua renovação anual.

Parágrafo único. Em relação à forma de pagamento, o contribuinte deverá também observar o disposto no art. 175, §4º deste Código, quando optar pelo parcelamento da taxa.

#### Seção VI

##### Taxa de Desmembramento e Remembramento de imóveis urbano e rural – TDRI

Art. 233. A taxa de licença para aprovação e execução de loteamento, arruamento, desmembramento ou remembramento, fundada no poder de polícia do Município, tem como fato gerador a implementação destes serviços em terrenos particulares, e será exigida pela permissão outorgada pela Prefeitura, na forma da legislação específica.

Art. 234. São contribuintes desta taxa as pessoas físicas e jurídicas que executarem as obras descritas no caput do artigo anterior.

Parágrafo único. Nenhum plano ou projeto de arruamento, loteamento, desmembramento ou reunificação poderá ser executado sem o prévio pagamento da licença prevista nesta seção.

Art. 235. A taxa será cobrada de ofício e arrecadada de acordo com o prazo, forma e valores estabelecidos em legislação específica.

Parágrafo único. Em relação à forma de pagamento, o contribuinte deverá também observar o disposto no art. 175, §4º deste Código, quando optar pelo parcelamento da taxa.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

#### Seção única

##### Taxa de Serviços Municipais Diversos – TSMD

Art. 236. Será cobrada a Taxa de Serviços Municipais Diversos – TSMD em decorrência da prestação dos seguintes serviços, de acordo com termos, atos e contratos emanados de autoridades municipais:

- I – depósito e liberação de bens, animais e mercadorias apreendidas;
- II – inspeção *ante mortem* e *post mortem* de animais;
- III – inspeção de produtos derivados do leite;
- IV – exame de anemia infecciosa equina;
- V – numeração de unidades imobiliárias;
- VI – expediente;
- VII – remoção de lixo extradomiciliar;
- VIII – cemitérios.

Parágrafo único. As taxas a que se refere este artigo são devidas:

- I - na hipótese do inciso I, pelo proprietário, possuidor a qualquer título ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que requeira ou promova ou tenha interesse na liberação;
- II - na hipótese do inciso II, por ocasião do abate;
- III - na hipótese do inciso III, por ocasião da inspeção;
- IV - na hipótese do inciso IV, pelo proprietário ou possuidor a qualquer título do animal, por ocasião de exame;
- V - na hipótese do inciso V, pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, por ocasião da numeração das unidades imobiliárias;
- VI - na hipótese do inciso VI, pela apresentação de documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação, despacho ou arquivamento pelas autoridades municipais ou pela lavratura de atos em geral, inclusive inscrição em Cadastro, emissões de guias para pagamento de tributos, termos, contratos e demais atos emanados do Poder Público Municipal;
- VII - na hipótese do inciso VII, pela pessoa física ou jurídica que requeira a remoção do lixo extra domiciliar;
- VIII - na hipótese do inciso VIII, pelo ato de prestação dos serviços relacionados com cemitérios.

Art. 237. O fato gerador da TSMD ocorre com a efetiva prestação do serviço, e o seu respectivo valor será o constante na Tabela do anexo VIII, integrante deste Código.

Art. 238. O lançamento da TSMD será feito em nome do contribuinte, com base em dados cadastrais, quando for o caso, e seu recolhimento efetuado em cota única, anteriormente à execução do serviço.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRACA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: [prefeituraдебaixagrande@bol.com.br](mailto:prefeituraдебaixagrande@bol.com.br)  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



Parágrafo único. Em relação à forma de pagamento, o contribuinte deverá também observar o disposto no art. 175, §4º deste Código.

## TÍTULO VII DAS CONTRIBUIÇÕES

### CAPÍTULO I DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

#### Seção I

#### Fato gerador e incidência da Contribuição de Melhoria

Art. 239. A Contribuição de Melhoria, de competência do Município de Baixa Grande do Ribeiro, tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel de propriedade privada, localizado em área beneficiada pela obra pública.

Parágrafo único. É devida a Contribuição de Melhoria quando da realização de qualquer das seguintes obras executadas pelos órgãos da administração municipal:

- I – abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
- II – construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
- III – construção ou ampliação de sistema de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
- IV – serviços de obras e abastecimento de água potável, esgotos sanitários, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações da comodidade pública;
- V – proteção contra secas, inundações, erosão e obras de saneamento e drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;
- VI – construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;
- VII – aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriação em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico;
- VIII – construção de estrada de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
- IX – quaisquer outras obras ou serviços de que decorra valorização de imóveis de propriedade do contribuinte.

#### Seção II

#### Da não-incidência da Contribuição de Melhoria

Art. 240. Não incide a Contribuição de Melhoria:

- I – na hipótese de simples recapeamento ou reparação de vias e logradouros públicos;
- II – sobre o acréscimo do valor do imóvel integrante do patrimônio de quaisquer das unidades federativas, suas autarquias ou fundações, localizado em área beneficiada direta ou indiretamente por obra pública municipal;
- III – em face dos templos de qualquer culto;
- IV – sobre os imóveis integrantes do patrimônio dos partidos políticos e de instituições de educação e de assistência social, desde que atendidas as disposições legais atinentes.

Parágrafo único. Excetua-se da hipótese prevista no inciso II os imóveis prometidos à venda, e os submetidos a regime de enfiteuse ou aforamento.

#### Seção III

#### Dos contribuintes da Contribuição de Melhoria

Art. 241. Está sujeito ao pagamento da Contribuição de Melhoria a pessoa física ou jurídica, titular da propriedade ou do domínio útil da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo de valor, localizado na área beneficiada por obra pública municipal.

§ 1º A responsabilidade a que se refere o *caput* deste artigo se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse ou aforamento, responde pela contribuição de melhoria o enfiteuta ou foreiro.

§ 3º Não terá nenhum efeito perante o Fisco a convenção particular ou cláusula de instrumento de locação que atribua ao locatário ou à pessoa diversa a responsabilidade pelo pagamento, no todo ou em parte, da Contribuição de Melhoria lançada sobre o imóvel.

Art. 242. Para fins de atribuição da responsabilidade pelo pagamento da Contribuição de Melhoria, os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário, cabendo àquele que for lançado exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

§ 1º A critério da Administração Tributária do Município de Baixa Grande do Ribeiro, a Contribuição de Melhoria poderá vir a ser exigida:

- I – por quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;
- II – por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade dos demais e do possuidor direto.

§ 2º O disposto nos incisos I e II do § 1º deste artigo aplica-se ao espólio das pessoas neles referidas.

#### Seção IV

#### Do cálculo da Contribuição de Melhoria

Art. 243. O cálculo da Contribuição de Melhoria tem como limite:

I – total: a despesa realizada;

II – individual: o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

§ 1º Na verificação do custo da obra serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outros de praxe em financiamentos ou empréstimos.

§ 2º Serão incluídos nos orçamentos de custos das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios dela sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 244. O cálculo da Contribuição de Melhoria será procedido da seguinte forma:

I – a Administração Municipal decidirá sobre a obra ou sistema de obras a serem ressarcidas mediante a cobrança da Contribuição de Melhoria, lançando a sua localização em planta própria;

II – a Administração Municipal elaborará o memorial descritivo da obra e o seu orçamento detalhado de custo, computando-se as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outros de praxe, em financiamento ou empréstimos;

III – a Secretaria de Tributação e Arrecadação delimitará, na planta a que se refere o inciso I, uma área suficientemente ampla ao redor da obra objeto da cobrança, de modo a garantir o relacionamento de todos os imóveis que, direta ou indiretamente, sejam beneficiados pela obra, sem preocupação de exclusão, nessa fase, de imóveis que, mesmo próximos à obra, não venham a ser por ela beneficiados;

IV – a Secretaria de Tributação e Arrecadação relacionará em lista própria todos os imóveis que se encontrarem dentro da área delimitada na forma do inciso anterior, atribuindo-lhe um número de ordem;

V – a Secretaria de Tributação e Arrecadação estimará, através de avaliação, o valor presumido de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV, independentemente dos valores que constarem do Cadastro Imobiliário Fiscal;

VI – a Secretaria de Tributação e Arrecadação fixará, através de novas avaliações, o valor presumido de cada imóvel após a execução da obra, levando em conta a hipótese de que a obra está concluída e em condições de influenciar no processo de formação do valor do imóvel;

VII – a Secretaria de Tributação e Arrecadação lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em duas colunas separadas e na linha correspondente à identificação de cada imóvel, os valores estimados na forma do inciso V, e fixados na forma do inciso VI;

VIII – a Secretaria de Tributação e Arrecadação lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em outra coluna e na linha correspondente à identificação de cada imóvel, a valorização presumida em decorrência da execução da obra pública, assim entendida a diferença, para cada imóvel, entre o valor fixado na forma do inciso VI e o estimado na forma do inciso V;

IX – a Secretaria de Tributação e Arrecadação somará as quantias correspondentes a todas as valorizações presumidas, obtidas na forma do inciso anterior;

X – a Administração Municipal decidirá que proporção do valor da obra será recuperada através da cobrança da Contribuição de Melhoria;

XI – a Secretaria de Tributação e Arrecadação calculará o valor da Contribuição de Melhoria devido por parte de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV através de um sistema de proporção simples (“regra-de-três”), no qual o somatório das valorizações (inciso IX) está para cada valorização (inciso VIII), assim como a parcela do custo a ser recuperado (inciso X) está para cada Contribuição de Melhoria;

§ 1º A percentagem do custo da obra a ser cobrada como Contribuição de Melhoria, a que se refere o inciso X, será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

§ 2º Para a fiel observância do limite individual da Contribuição de Melhoria, a parcela do custo da obra a ser recuperado mediante cobrança não poderá ser superior à soma das valorizações, obtida na forma do inciso IX deste artigo.

#### Seção V

#### Do lançamento e da cobrança da Contribuição de Melhoria

Art. 245. Será lançada a Contribuição de Melhoria em nome do sujeito passivo, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, aplicando-se, no que couber, as normas referentes ao IPTU.

Art. 246. A notificação de lançamento ocorrerá pela entrega ao contribuinte ou à pessoa que resida no imóvel, representante, preposto ou inquilinos.

§ 1º No caso de terreno, a notificação far-se-á pela entrega desta no endereço de correspondência indicado pelo sujeito passivo, para efeito da notificação do IPTU.

§ 2º Comprovada a impossibilidade da entrega da notificação, esta será feita por edital, observadas as disposições regulamentares;

Art. 247. Para o lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria será publicado edital contendo, dentre outros, os seguintes elementos:

- I – memorial descritivo do projeto;
- II – orçamento do custo da obra;
- III – determinação da parcela de custo da obra a ser financiada ou ressarcida pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente valor a ser pago por parte de cada um dos imóveis calculados na forma prevista neste Capítulo;
- IV – delimitação da zona beneficiada;
- V – determinação do fator de absorção do benefício de valorização para toda a zona, ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contida, bem como a relação dos imóveis nela compreendidos.

§ 1º A providência a que alude os incisos IV e V deste artigo atenderá à observação de que a Secretaria de Tributação e Arrecadação delimitará, em planta própria, uma área ampla e suficiente no entorno da obra objeto da cobrança, garantindo o relacionamento de todos os imóveis que, direta ou indiretamente, sejam beneficiados, podendo excluir imóveis que, mesmo próximos à obra, não venham a ser por ela beneficiados.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo também às obras públicas em execução, constantes de projeto ainda não concluído.

Art. 248. O contribuinte da Contribuição de Melhoria, assegurado o contraditório e ampla defesa, poderá, no prazo de trinta dias, a partir da data da publicação do edital, para fins de cobrança, apresentar impugnação fundamentada de qualquer dos elementos nele constantes.

§ 1º O impugnante deverá, de forma fundamentada, invocar toda a matéria que entender oponível à exigência tributária, produzindo, em igual ato, prova documental, ou indicando-as, com a pretensão de trazê-la, no curso da demanda, em prazo razoável, não superior ao definido em regulamento.

§ 2º Ao procedimento tributário relativo à impugnação do lançamento, pelo contribuinte da Contribuição de Melhoria aplicar-se-á, no que couber, ao previsto na legislação do IPTU.

Art. 249. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custo.

Art. 250. O órgão encarregado do lançamento deverá notificar o proprietário, diretamente ou por edital, do:

- I – valor da Contribuição de Melhoria lançada;
- II – prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
- III – prazo para a impugnação; e
- IV – local de pagamento.

Parágrafo único. Dentro do prazo estabelecido na notificação de lançamento, que será de 90 (noventa) dias, o contribuinte poderá apresentar ao órgão lançador da Secretaria de Tributação e Arrecadação reclamação por escrito contra:

- I – o erro na localização ou quaisquer outras características do imóvel;
- II – o valor da contribuição, determinado na forma do inciso XI do art. 244;
- IV – o número de prestações.

Art. 251. Os requerimentos de impugnação, de reclamação, assim como quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar à Administração Fiscal, na prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.

#### Seção VI Do pagamento da Contribuição de Melhoria

Art. 252. A critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, a Contribuição de Melhoria poderá ser paga mediante parcelamento, ou de uma única vez, com ou sem desconto.

§ 1º O contribuinte poderá liquidar a Contribuição de Melhoria com títulos da dívida pública emitidos especialmente para o financiamento da obra pela qual foi lançado.

§ 2º Na hipótese prevista no §-1º, o pagamento será efetuado pelo valor nominal do título, caso o preço de mercado seja inferior.

§ 3º No caso de pagamento parcelado, as parcelas serão calculadas de modo que o total anual não exceda a 3% (três por cento) do valor venal do imóvel, apurado para efeito de cálculo do IPTU, constante do Cadastro Imobiliário Fiscal, no exercício da cobrança de cada uma dessas parcelas, atualizado à época da cobrança.

Art. 253. A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, nos prazos regulamentares, implicará cobrança de multa moratória, atualização monetária, bem como juros de mora, na mesma forma disposta para a cobrança de Taxas.

#### Seção VII Disposições Gerais relativas à Contribuição de Melhoria

Art. 254. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria as disposições referentes à Dívida Ativa, estabelecidas neste Código.

Art. 255. Poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal:

- I – mediante ato normativo, editar as instruções complementares que se fizerem necessárias à arrecadação da Contribuição de Melhoria;
- II – firmar convênio com a União ou com o Estado do Piauí para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra executada isoladamente por aqueles entes tributantes, ou em parceria com o Município.

#### CAPÍTULO II DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 256. A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, instituída com esteio no art. 149-A da Constituição Federal, encontra-se regulamentada por Lei Complementar Municipal específica.

#### LIVRO II PARTE GERAL TÍTULO I DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

##### CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 257. A legislação tributária do Município de Baixa Grande do Ribeiro compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e sobre as relações jurídicas a eles pertinentes.

Art. 258. Em relação aos tributos de competência do Município de Baixa Grande do Ribeiro, somente a lei municipal poderá estabelecer:

- I – a instituição ou a sua extinção;
- II – a majoração ou a sua redução;
- III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal;
- IV – a fixação de alíquota e da base de cálculo;
- V – a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
- VI – as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

Parágrafo único. Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II, a atualização monetária da respectiva base de cálculo.

Art. 259. Os decretos que regulamentarem leis tributárias do Município de Baixa Grande do Ribeiro observarão os preceitos e disposições constitucionais, as normas gerais estabelecidas no Código Tributário Nacional, as normas deste Código e a legislação pertinente.

§ 1º O alcance e o conteúdo dos decretos a que se refere o *caput* deste artigo não poderá:

- I – dispor sobre matéria não tratada em lei;
- II – criar tributo, estabelecer ou alterar base de cálculo ou alíquotas, nem fixar formas de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá, mediante decreto, atualizar a base de cálculo dos tributos, fixando valores de acordo com índice oficial previsto em norma, estando autorizado ao implemento dessa providência pela legislação tributária.

Art. 260. Consideram-se normas complementares da legislação tributária municipal os atos normativos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e pelas autoridades administrativas do Município de Baixa Grande do Ribeiro, as decisões proferidas em Processo Administrativo Tributário a que a lei atribua eficácia normativa, os convênios de que tenha sido parte o Município, e, ainda, as práticas reiteradamente observadas na Administração Municipal.

Parágrafo único. A observância das normas referidas no *caput* deste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

Art. 261. Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infrações à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas exclusivamente pelos servidores do Fisco Municipal, conforme as suas atribuições.

#### CAPÍTULO II DA VIGÊNCIA E APLICAÇÃO

Art. 262. A vigência da legislação tributária do Município de Baixa Grande do Ribeiro rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral, observando-se ainda o previsto neste Código.

Art. 263. A legislação tributária do Município de Baixa Grande do Ribeiro poderá vigorar além dos limites da circunscrição do seu território, quando for admitida a extraterritorialidade por ato normativo celebrado com outro município.

Art. 264. Salvo disposição em contrário, entram em vigor:

- I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, na data da sua publicação;
- II – as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, trinta dias após a data da sua publicação;
- III – os convênios celebrados pelo Município, na data neles prevista.

Art. 265. Respeitada a anterioridade nonagesimal, e se a Lei não dispuser de modo diverso, entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei tributária do Município que:

- I – instituem ou majoram impostos;
- II – definem novas hipóteses de incidência;
- III – extinguem ou reduzem isenções, salvo se lei municipal dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

Art. 266. A legislação tributária do Município de Baixa Grande do Ribeiro aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa.

Art. 267. A lei tributária municipal aplica-se a ato ou fato pretérito:

- I – em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
 PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
 CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
 EMAIL: [prefeitura@baixagrande.pi.gov.br](mailto:prefeitura@baixagrande.pi.gov.br)  
 FONE: (89)3570-1473  
 ADM:2017-20



II – tratando-se de ato não definitivamente julgado:

- a) quando deixe de defini-lo como infração;
- b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;
- c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei tributária municipal vigente ao tempo da sua prática.

### CAPÍTULO III INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO

Art. 268. A legislação tributária será interpretada conforme o disposto neste Capítulo.

Art. 269. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- I – a analogia;
- II – os princípios gerais de direito tributário;
- III – os princípios gerais de direito público;
- IV – a equidade.

§ 1º O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei, nem o emprego da equidade na dispensa do pagamento de tributo devido.

§ 2º Os princípios gerais de direito privado não poderão ser utilizados para a definição de efeitos tributários.

Art. 270. A lei tributária do Município de Baixa Grande do Ribeiro não alterará a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente pela Constituição Federal da República Federativa do Brasil, pela Constituição do Estado do Piauí, ou pela Lei Orgânica do Município, para definir ou limitar competências tributárias.

Art. 271. Interpreta-se literalmente a legislação tributária do Município que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Art. 272. A lei tributária do Município de Baixa Grande do Ribeiro, que define infrações ou comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

- I – à capitulação legal do fato;
- II – à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou a natureza ou extensão dos seus efeitos;
- III – à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;
- IV – à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

## TÍTULO II DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 273. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, e tem por objeto o pagamento de tributo de competência do Município ou penalidade pecuniária relativa ao tributo, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação tributária acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática ou abstenção de atos nela previstos, no interesse da tributação, arrecadação e fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 274. O sujeito passivo da obrigação tributária é obrigado ao cumprimento das disposições que estabelece a legislação tributária, observando os procedimentos inerentes ao lançamento, fiscalização e recolhimento dos tributos.

Art. 275. São obrigações tributárias, dentre outras previstas na legislação do Município de Baixa Grande do Ribeiro:

- I – a inscrição e, quando for o caso, a baixa da inscrição, junto ao setor competente da Secretaria de Tributação e Arrecadação;
- II – apresentar declarações e guias na conformidade da legislação tributária;
- III – comunicar ao Fisco municipal qualquer alteração relevante capaz de criar, modificar ou extinguir obrigações tributárias;
- IV – conservar e apresentar qualquer documento solicitado por agentes do Fisco municipal que, de algum modo, se refira à operação ou situação que constitua fato gerador, ou sirva de comprovação da veracidade de dados contidos em guias e outros documentos fiscais;
- V – prestar, quando solicitado por agente do Fisco, esclarecimentos e informações que se refiram a fato gerador da obrigação tributária.

Parágrafo único. Mesmo nos casos de imunidade ou isenção, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.

### CAPÍTULO II DO FATO GERADOR

Art. 276. Define-se fato gerador da obrigação:

- I – principal: a situação definida em lei como necessária e suficiente para justificar o

lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município;

II – acessória: qualquer situação que, na forma da legislação tributária municipal, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art. 277. Salvo disposição de lei em contrário, ocorre o fato gerador da obrigação tributária gerando seus respectivos efeitos:

- I – tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;
- II – tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos definidos em lei.

Art. 278. Para os efeitos do artigo anterior, salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

- I – sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;
- II – sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art. 279. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

- I – da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
- II – dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

## CAPÍTULO III DA SUJEIÇÃO ATIVA E PASSIVA

### Seção I Disposições Gerais

Art. 280. O Município de Baixa Grande do Ribeiro, pessoa jurídica de direito público interno, é o sujeito ativo competente para efetuar a tributação, lançamento, arrecadação e fiscalização, exigir o cumprimento da obrigação tributária definida neste Código e na legislação tributária.

§ 1º É indelegável a competência tributária do Município de Baixa Grande do Ribeiro.

§ 2º É delegável a outra pessoa jurídica de direito público interno a atribuição da função de arrecadar e fiscalizar os tributos de que trata este Código e a legislação que o complementa ou, ainda, de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

Art. 281. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa física ou jurídica obrigada ao recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária de tributos de competência municipal.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação tributária principal é definido como:

- I – contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
- II – responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Art. 282. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos previstos na legislação tributária do Município.

### Seção II Disposições gerais sobre sujeição passiva

Art. 283. São irrelevantes para excluir a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação tributária ou a decorrente de sua inobservância:

- I – a causa que, de acordo com o direito privado, exclua a capacidade civil da pessoa natural;
- II – o fato de se achar a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividade civil, comercial ou profissional, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
- III – a irregularidade formal na constituição de empresa ou de pessoa jurídica de direito privado, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional;
- IV – a inexistência de estabelecimento fixo, a clandestinidade ou a precariedade de suas instalações.

Art. 284. As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributo municipal não podem ser opostas ao Fisco Municipal para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

### Seção III Domicílio tributário

Art. 285. Ao sujeito passivo regularmente inscrito em cadastro da Secretaria de Tributação e Arrecadação, é facultado escolher e indicar o seu domicílio tributário, assim entendido o lugar onde desenvolve sua atividade, responde e pratica os demais atos que constituam ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 1º Na falta de indicação do domicílio tributário pelo contribuinte do Município de Baixa Grande do Ribeiro, considerar-se-á como tal:

- I – domicílio das pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o local habitual de sua atividade;
- II – domicílio da pessoa jurídica:
  - a) de direito privado ou das entidades empresariais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

(Continua na próxima página)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
 PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
 CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
 EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
 FONE: (89)3570-1473  
 ADM:2017-20



b) de direito público, qualquer de suas repartições na circunscrição do Município de Baixa Grande do Ribeiro.

§ 2º Quando não couber a aplicação das regras fixadas neste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação tributária respectiva.

§ 3º A Secretaria de Tributação e Arrecadação, através de seus agentes, poderá recusar o domicílio que o contribuinte ou responsável indicar, quando a localização, o acesso e qualquer aspecto seja capaz de impossibilitar ou dificultar a arrecadação ou a fiscalização, caso em que se adotará o que estabelece o § 2º deste artigo.

Art. 286. O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, reclamações, impugnações, recursos, declarações, guias, consultas e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao Fisco.

#### CAPÍTULO IV RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

##### Seção I Disposições Gerais

Art. 287. São responsáveis pelo crédito tributário do Município de Baixa Grande do Ribeiro:

- I – os contribuintes, nas condições estabelecidas para cada tributo de competência do Município;
- II – as demais pessoas as quais a lei atribui de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário, por vinculação ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo, do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive ao que se refere à multa e aos acréscimos legais;
- III – aos que, por disposição expressa do Código Tributário Nacional, forem como tais considerados.

Art. 288. A denúncia espontânea da infração exclui a responsabilidade:

- I – quando acompanhada pelo pagamento do tributo devido e de juros de mora;
- II – quando ocorrer o recolhimento do valor arbitrado pelo agente do Fisco no caso em que o montante dependerá de apuração, sendo a providência requerida, antecipadamente, pelo contribuinte ou responsável.

Art. 289. Não será espontânea a denúncia apresentada após iniciado qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

##### Seção II Da responsabilidade solidária

Art. 290. São solidariamente obrigadas as pessoas expressamente designadas na legislação tributária e as que, embora não tenham sido designadas, tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

Parágrafo único. A solidariedade referida no *caput* deste artigo não comporta benefício de ordem.

Art. 291. São efeitos da solidariedade:

- I – o pagamento, quando efetuado por um dos obrigados, aproveita aos demais;
- II – a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
- III – a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

#### TÍTULO III CRÉDITO TRIBUTÁRIO

##### CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 292. O crédito tributário constituído regularmente somente se modifica ou extingue ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos previstos em lei, fora dos quais não pode ser dispensado, sob pena de responsabilidade funcional.

##### CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

###### Seção I Do Lançamento dos Tributos

Art. 293. O crédito tributário do Município é constituído pelo lançamento, entendido como o procedimento administrativo e privativo para verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, quando for o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. Compete privativamente aos Agentes Fiscais de Tributos Municipais regularmente designados e no exercício de atividade funcional competente, constituir, de forma vinculada e obrigatória, o crédito tributário pelo lançamento, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 294. O lançamento, em todos os casos, rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, reportando-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação.

§-1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha:

- I – instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização;
- II – ampliado os poderes de investigação dos agentes do Fisco, ou outorgado ao crédito tributário maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 295. O lançamento regularmente notificado só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo, do reexame necessário ou por iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 299 deste Código.

Art. 296. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pelo agente do Fisco, no exercício da atividade de lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

##### Seção II Modalidades de Lançamento

Art. 297. O lançamento do crédito tributário compreende as seguintes modalidades:

- I – Lançamento Direto ou Lançamento de Ofício: quando sua iniciativa competir ao Fisco, sendo o mesmo procedido com base nos dados cadastrais da Secretaria de Tributação e Arrecadação, ou apurado diretamente pelo agente do Fisco junto ao contribuinte ou responsável, ou junto a terceiro que disponha desses dados;
- II – Lançamento por Homologação: quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa;
- III – Lançamento por Declaração: quando for efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

§ 1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante a comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§ 2º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pelo Fiscal de Tributos.

§ 3º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos do inciso II deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação ao lançamento.

§ 4º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando a extinção total ou parcial do crédito.

§ 5º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

Art. 298. A omissão ou erro de lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

Art. 299. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

- I – quando a lei assim o determine;
- II – quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;
- III – quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso II deste artigo, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recusa-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
- IV – quando se comprove:

- a) falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- b) a omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamentos por homologação;
- c) ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- d) que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

V – quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

VI – quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional do servidor que o efetuou, ou omissão, pelo mesmo servidor, de ato ou formalidade essencial.

VII – quando houver lançamento aditivo, no caso em que o lançamento original consigne diferença a menor contra o Fisco, em decorrência de erro de fato em qualquer das suas fases de execução;

VIII – quando ocorrer lançamento substitutivo, no caso em que, em decorrência de erro de fato, houver necessidade de anulação do lançamento anterior, cujos defeitos o invalidaram para todos os fins de direito.

Art. 300. O lançamento e suas alterações serão comunicadas ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

- I – por notificação direta;
- II – por publicação no Diário Oficial do Município – DOM;
- III – por via postal;

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: [prefeitura@baixagrande.pi.gov.br](mailto:prefeitura@baixagrande.pi.gov.br)  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



IV – por outra forma estabelecida na legislação tributária do Município.

Art. 301. O prazo para homologação do pagamento será de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador. Expirado esse prazo sem que o Fisco Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

### CAPÍTULO III SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

#### Seção I Disposições Gerais

Art. 302. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I – moratória;
- II – o depósito do seu montante integral;
- III – as reclamações e os recursos, nos termos do Processo Administrativo Tributário;
- IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- VI – o parcelamento sem exclusão de juros e multa, concedido na forma e condições estabelecidas na legislação tributária municipal.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

#### Seção II Da Moratória

Art. 303. A moratória somente pode ser concedida:

- I – em caráter geral, por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;
- II – em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei, nas condições do inciso I deste artigo e a requerimento do sujeito passivo.

Art. 304. A lei que conceder moratória em caráter geral ou autorizar a sua concessão, em caráter individual, mediante despacho, especificará, dentre outros requisitos:

- I – o prazo dedução;
- II – as condições da concessão, em caráter individual;
- III – sendo o caso:
  - a) os tributos a que se aplica;
  - b) o número de parcelas e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, deste artigo, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;
  - c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado, no caso de concessão em caráter individual.

§ 1º Quando do parcelamento, a quantidade de prestações não excederá a doze e o seu vencimento será mensal e consecutivo, e o saldo devedor será atualizado monetariamente na forma disciplinada neste Código.

§ 2º O disposto no §1º deste artigo não se aplica aos alvarás previstos neste Código, os quais deverão ser pagos em cota única, ressalvados os casos de débitos já vencidos.

§ 3º O não pagamento de três ou mais parcelas poderá implicar em cancelamento automático do parcelamento, independentemente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se de imediato a inscrição do saldo devedor remanescente em dívida ativa, para fins de execução.

Art. 305. A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único. A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

Art. 306. O despacho que conceder moratória, em caráter individual, não gera direito adquirido e será revogado, de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

- I – com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;
- II – sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo, não se computa o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito;

§ 2º No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

#### Seção III Do Parcelamento

Art. 307. O parcelamento será concedido na forma e condições estabelecidas neste Código e em leis específicas.

§ 1º Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário não exclui a incidência de juros e multas moratórios.

§ 2º Aplicam-se ao parcelamento, subsidiariamente, as disposições desta Lei Complementar, relativas à moratória.

§ 3º Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

§ 4º A inexistência da lei específica a que se refere o § 3º deste artigo importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica.

§ 5º O débito objeto de parcelamento ou reparcelamento ficará sujeito ao acréscimo de 1% (um por cento) de juros financeiros mensais sobre o principal atualizado.

§ 6º A renegociação de parcelamento ou reparcelamento só será admitida quando o contribuinte não possuir outro parcelamento ou reparcelamento em atraso.

### CAPÍTULO IV EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

#### Seção I Disposições Gerais

Art. 308. Extingue-se o crédito tributário municipal:

- I – pelo pagamento;
- II – pela compensação;
- III – pela transação;
- IV – pela remissão;
- V – pela prescrição e pela decadência;
- VI – pela conversão de depósito em renda;
- VII – pelo pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos da legislação tributária;
- VIII – pela consignação em pagamento, na forma disposta na legislação;
- IX – pela decisão administrativa irrevogável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;
- X – pela decisão judicial transitada em julgado;
- XI – pela dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

Parágrafo único. A lei disporá quanto aos efeitos da extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição, observado o disposto na legislação.

#### Seção II Disposições gerais sobre as demais modalidades de extinção

##### Subseção I Do pagamento

Art. 309. A imposição de penalidade não elide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 310. O pagamento será efetuado em moeda corrente do País, ou por cheque, caso em que só se considerará extinto o crédito após a compensação.

Art. 311. O vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento, se outro prazo não dispuser o termo de notificação.

Parágrafo único. A legislação tributária fixará as formas e prazos para pagamento dos tributos municipais, podendo, inclusive conceder, quando for o caso, desconto pela antecipação, nas condições que estabeleça.

Art. 312. O crédito não integralmente pago no vencimento ficará sujeito a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sem prejuízo da aplicação da multa correspondente e da atualização monetária do débito, na forma prevista neste Código.

Parágrafo único. O erro no pagamento não dá direito à restituição, salvo nos casos expressamente previstos na legislação tributária.

Art. 313. O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

- I – quando parcial, das prestações em que se decompõem;
- II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 314. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com o Município, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, o agente do Fisco determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem a seguir enumerada:

- I – em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;
- II – primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos;
- III – na ordem crescente dos prazos de prescrição e na ordem decrescente dos montantes.

Art. 315. O regulamento fixará as formas e os prazos para o pagamento dos tributos de competência do Município.

##### Subseção II Da compensação

Art. 316. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal, sempre que o interesse do Município o exigir.

Parágrafo único. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo a que se refere o *caput* deste artigo, o seu montante será apurado com redução correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês ou fração, pelo tempo que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAGA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeituradebaixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



Art. 317. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

#### Subseção III Da transação

Art. 318. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá autorizar a Secretaria de Tributação e Arrecadação, após prévio Parecer da Procuradoria Geral do Município, a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária transação que, mediante concessões mútuas, importe em término de litígio e consequente extinção do crédito tributário.

#### Subseção IV Da remissão

Art. 319. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá, quando autorizado por lei específica, conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I – à situação econômica do sujeito passivo;
- II – ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto à matéria de fato;
- III – à diminuta importância do crédito tributário;
- IV – a considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso;
- V – a condições peculiares a determinada região do território do Município;
- VI – ao caráter social ou cultural da promoção ou atividade.

Parágrafo único. O despacho referido no *caput* não gera direito adquirido e será revogado de ofício, se apurado que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração:

- I – com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro em benefício daquele;
- II – sem imposição de penalidade nos demais casos.

Art. 320. Entende-se por remissão, para os efeitos do disposto no art. 319 deste Código:

- I – a dispensa parcial ou total do pagamento de tributos já lançados, no caso de tributos de lançamento direto;
- II – o perdão total ou parcial da dívida já formalizada, no caso de tributos para pagamento mensal ou por declaração.

#### Seção III Da prescrição e da decadência

Art. 321. O direito do Fisco Municipal de constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados:

- I – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II – da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- III – da ocorrência do fato gerador, e, expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação.

§ 1º O direito a que se refere o *caput* deste artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

§ 2º Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do art. 323 deste Código, no tocante à apuração das responsabilidades e à caracterização da falta.

Art. 322. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

- I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
- II – pelo protesto judicial;
- III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 323. Ocorrendo a prescrição e não tendo sido ela interrompida na forma do parágrafo único do art. 322 deste Código, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da legislação aplicável.

§ 1º O servidor do Fisco responderá civil e administrativamente pela prescrição de débitos tributários sob sua responsabilidade, cabendo-lhe indenizar o Município pelos débitos tributários que deixaram de ser recolhidos.

§ 2º Constitui falta de exação no cumprimento do dever o servidor que deixar prescrever débitos tributários sob sua responsabilidade.

#### Seção IV Da conversão do depósito em renda

Art. 324. Extingue o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

- I – para a garantia de instância, se for o caso;
- II – em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

Parágrafo único. Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do Fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

- I – o saldo a favor do Fisco Municipal será exigido através de intimação ao contribuinte, aplicando-se o disposto no Processo Administrativo Tributário;
- II – o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

#### Seção V Da consignação

Art. 325. Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário nos casos:

- I – de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
  - II – de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;
  - III – de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de Direito Público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.
- § 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignatário se propõe a pagar.  
§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda.  
§ 3º Julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido de juro de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sem prejuízo das penalidades cabíveis.  
§ 4º Na conversão da importância consignada em renda aplicam-se as normas do parágrafo único do art. 324 deste Código.

#### CAPÍTULO V DA COBRANÇA, DO RECOLHIMENTO E DO PAGAMENTO

Art. 326. A cobrança e o pagamento dos tributos municipais far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária municipal, facultada a concessão de descontos por antecipação de pagamentos dos tributos de lançamento direto.

Art. 327. É facultado ao Fisco Municipal proceder à cobrança amigável após o término do prazo para pagamento dos tributos e antes da inscrição do débito para execução, sem prejuízo das cominações legais em que o infrator houver incorrido.

Art. 328. Esgotado o prazo concedido para a cobrança amigável, será promovida a cobrança judicial, na forma estabelecida na legislação aplicável.

Art. 329. Todo recolhimento de tributo de competência municipal será feito através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

Parágrafo único. No caso de emissão fraudulenta de documento de arrecadação responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido ou qualquer que tenha dele se beneficiado.

Art. 330. O pagamento não importa em quitação do crédito tributário, valendo o recibo como prova da importância nele referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer qualquer diferença que venha a ser apurada.

Art. 331. Na cobrança a menor do tributo ou penalidade pecuniária respondem solidariamente tanto o servidor responsável pelo erro quanto o contribuinte, cabendo àquele o direito regressivo de reaver o total do desembolso.

Art. 332. Não se procederá nenhuma ação contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado em relação ao crédito tributário em litígio, mesmo que, posteriormente, o entendimento venha a ser modificado.

Art. 333. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá estabelecer convênios com instituições financeiras ou de natureza diversa, desde que tenha função precípua de pagamentos e recebimentos de tributos e tarifas, visando ao recebimento de tributo municipal, vedada a atribuição de qualquer parcela da arrecadação a título de remuneração, bem como o recebimento de juros desses depósitos.

#### CAPÍTULO VI DA RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 334. As quantias indevidamente recolhidas relativas a créditos tributários serão restituídas, no todo ou em parte, mediante requerimento, seja qual for a modalidade do pagamento, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo do tributo municipal indevido ou maior do que o devido, em face da legislação tributária aplicável, bem como da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na identificação do sujeito passivo na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 335. A restituição total ou parcial de tributos municipais dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as decorrentes de infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Art. 336. A restituição de tributos municipais que comportam, pela sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por ele expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 337. Não serão restituídas as multas ou parte das multas pagas anteriormente à vigência da lei que abolir ou diminuir a pena fiscal.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: [prefeituraдебaixagrande@bol.com.br](mailto:prefeituraдебaixagrande@bol.com.br)  
FONE: (89)3670-1473  
ADM:2017-20



Art. 338. O direito de pleitear a restituição de tributos municipais extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos, contados:

- I – nas hipóteses dos incisos I e II do art. 334 deste Código, da data da extinção do crédito tributário;
- II – na hipótese do inciso III do art. 334 deste Código, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 339. Na forma do que estabelece a legislação específica, prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, pela metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial do Fisco Municipal.

#### CAPÍTULO VII DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 340. Quando não recolhidos nos prazos legais, os débitos para com o Fisco Municipal serão atualizados anualmente com base na variação do IPCA-E, calculado pelo IBGE.

Parágrafo único. A atualização monetária prevista no *caput* deste artigo aplicar-se-á inclusive aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o contribuinte houver depositado a importância questionada.

Art. 341. Em caso de extinção do IPCA-E, a atualização monetária será realizada por outro índice a ser definido em lei municipal.

#### CAPÍTULO VIII DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

##### Seção I Disposições gerais

Art. 342. Excluem o crédito tributário:

- I – a isenção;
- II – a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário municipal não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído ou dela consequente.

##### Seção II Isenção

Art. 343. A isenção, ainda quando prevista em contrato, será sempre decorrente de lei específica que determinará as condições e requisitos exigidos para sua concessão, indicando os tributos a que se aplica, e sendo o caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção concedida expressamente para um determinado tributo não aproveita aos demais, não sendo extensiva:

- I – às taxas e à contribuição de melhoria;
- II – aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 344. A isenção pode ser concedida:

- I – em caráter geral, por lei que pode, inclusive, circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área geográfica do Município em função de condições a ela peculiares;
- II – em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa competente, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para a sua concessão.

§ 1º Tratando-se de tributo municipal lançado por período certo de tempo, o despacho referido no inciso II do *caput* deste artigo deverá ser renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º O despacho a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo não gera direito adquirido, revogando-se de ofício, se apurado que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o crédito tributário deverá ser cobrado acrescido de juros de mora equivalente a 1% (um por cento) ao mês ou fração:

- I – com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro em benefício daquele;
- II – sem imposição de multa, nos demais casos.

Art. 345. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto na legislação tributária.

##### Seção III Anistia

Art. 346. A anistia abrange exclusivamente os atos infracionais cometidos anteriormente à vigência da lei municipal específica que a concede, não se aplicando:

- I – aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro, em benefício daquele;
- II – às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas;
- III – aos atos qualificados em Lei como Crime Contra a Ordem Tributária.

Art. 347. A anistia pode ser concedida no Município de Baixa Grande do Ribeiro:

- I – em caráter geral;
- II – limitadamente:
  - a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
  - b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
  - c) a determinada área do Município, em função de condições a ela peculiares;
  - d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a concede, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

Art. 348. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa competente, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Parágrafo único. O despacho referido no *caput* deste artigo, concessivo de anistia, não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão, cobrando-se o crédito acrescido de juros demora:

I – com imposição da penalidade cabível nos casos de dolo ou simulação do beneficiário, ou de terceiro, em benefício daquele;

II – sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da anistia e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Art. 349. A infração anistiada não constitui antecedente para efeito de imposição ou graduação de penalidade por outras infrações de qualquer natureza a ela subsequente.

#### CAPÍTULO IX DAS GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

##### SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 350. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art. 351. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

Art. 352. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

§ 1º A indisponibilidade de que trata o *caput* deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

§ 2º Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o *caput* deste artigo enviarão imediatamente ao juiz a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houverem promovido.

Art. 353. As garantias atribuídas ao crédito tributário municipal não excluem outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

##### SEÇÃO II Preferências

Art. 354. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Parágrafo único. Na falência:

- I – o crédito tributário não prefere aos créditos extra concursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;
- II – a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho;
- III – a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

Art. 355. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

*(Continua na próxima página)*





PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI

PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3670-1473

ADM:2017-20



Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

- I – União;
- II – Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró rata;
- III – Municípios, conjuntamente e *pro rata*.

Art. 356. São extra concursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

§ 1º Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acrescidos, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Pública interessada.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.

Art. 357. São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do *de cujus* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1 do artigo anterior.

Art. 358. São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

Art. 359. A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.

Art. 360. A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, observados os dispositivos pertinentes à matéria previstos nesta Lei Complementar.

Art. 361. Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio ou às suas rendas.

Art. 362. Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública do Município ou suas autarquias celebrarão contrato ou aceitarão proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos ao Fisco Municipal.

#### CAPÍTULO X DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 363. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá conceder benefícios e incentivos fiscais quando da instalação de novos empreendimentos, ou quando da ampliação de unidades já instaladas no Município de Baixa Grande do Ribeiro, na forma prevista em lei específica.

Art. 364. É assegurado à Microempresa – ME tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, no âmbito tributário municipal, na forma da lei.

Art. 365. O tratamento previsto neste Capítulo é condicionado ao cumprimento das disposições estabelecidas em lei, sem prejuízo dos demais benefícios previstos neste Código e na legislação tributária municipal, quando for o caso.

#### TÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

##### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE FISCALIZAÇÃO

Art. 366. São competentes privativamente para promoverem ações fiscais os servidores ocupantes do cargo de Fiscal de Tributos Municipais.

Art. 367. A fiscalização será exercida sobre todos os sujeitos de obrigações tributárias previstas na legislação tributária do Município, inclusive os que gozarem de isenção, forem imunes ou não estejam sujeitos ao pagamento de imposto.

Art. 368. Os Agentes Fiscais de Tributos Municipais regularmente designados e com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações dos contribuintes e responsáveis e, visando determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, poderão:

- I – exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e fatos, operações e prestações que constituam ou possam constituir fato gerador de obrigação tributária de tributos municipais;
- II – fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens e serviços que constituam matéria tributável;
- III – exigir informações escritas ou verbais;
- IV – notificar o contribuinte ou responsável para comparecer ao órgão fazendário;
- V – requisitar o auxílio da força policial ou requerer ordem judicial quando indispensável à realização de procedimentos e diligências fiscais, bem como vistorias, exames e inspeções, necessárias à verificação da legalidade do crédito tributário;
- VI – apreender bens móveis, inclusive mercadorias, documentos, arquivos eletrônicos ou não, computadores, livros, cofres, e qualquer objeto de interesse da ação fiscal existentes em estabelecimentos comercial, industrial, empresarial, agrícola ou profissional do contribuinte ou de terceiro, aberto ou fechado ao público, em outros lugares ou em trânsito, que constituam material da infração;
- VII – outras atribuições previstas na legislação municipal.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, às pessoas naturais ou jurídicas que gozem de imunidade ou sejam beneficiadas por isenções ou quaisquer outras formas de exclusão ou suspensão do crédito tributário.

§ 2º Para os efeitos da legislação tributária do Município, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar bens, mercadorias, inclusive eletrônicos, livros, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais e prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibí-los.

§ 3º Em relação ao inciso VI deste artigo, havendo prova ou fundada suspeita de que os bens se encontram em residência particular, ou lugar reservado à moradia, serão promovidas busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 369. Mediante intimação escrita, o sujeito passivo ou responsável é obrigado:

I – a exibir ou entregar documentos, livros, papéis ou arquivos eletrônicos de natureza fiscal ou que estejam relacionados com tributos de competência do Município, sejam próprios ou de terceiros;

II – a prestar ao Fisco Municipal todas as informações que disponha com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros e a não embaraçar o procedimento fiscal:

- a) as pessoas inscritas ou obrigadas a inscrição cadastral no Município e todos que tomarem parte em operações ou prestações sujeitas a tributos de competência do Município;
- b) os servidores ou funcionários públicos federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta;
- c) os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
- d) os bancos e demais instituições financeiras e as empresas seguradoras;
- e) as empresas de administração de bens;
- f) os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- g) os síndicos, comissários, liquidatários e inventariantes;
- h) os locadores, locatários, comodatários, titulares de direito de usufruto, uso e habitação;
- i) os síndicos ou qualquer dos condôminos, nos casos de condomínio;
- j) os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classe;
- k) imobiliárias, construtoras e incorporadoras imobiliárias;
- l) quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informação sobre bens, negócios ou atividades de terceiros relacionados com os tributos de competência municipal.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 370. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte do Fisco Municipal ou de seus servidores de informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo, além dos casos previstos neste Código, os seguintes:

- I – requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;
- II – solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 1º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 2º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

- I – representações fiscais para fins penais;
- II – inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;
- III – parcelamento ou moratória.

Art. 371. As diligências necessárias à ação fiscal serão exercidas sobre documentos, papéis, livros e arquivos eletrônicos de natureza fiscal e contábil, em uso ou já arquivados, e ensinarão, quando necessário, pelo Fiscal de Tributos do Município, a aposição de lacres dos móveis e arquivos onde presumivelmente se encontrem tais elementos, exigindo-se, para tanto, lavratura de termo com indicação dos motivos que o levaram a esse procedimento, do qual se entregará via ou cópia ao contribuinte ou responsável.

Parágrafo único. Configurada a hipótese prevista no *caput* deste artigo, o setor competente da Secretaria de Tributação e Arrecadação providenciará, de imediato, por intermédio da Procuradoria-Geral do Município, a exibição, inclusive judicial, conforme o caso, dos livros e documentos, papéis e arquivos eletrônicos omitidos, sem prejuízo da lavratura de auto de infração por embaraço à fiscalização.

Art. 372. A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

Art. 373. O Fiscal de Tributos do Município, quando vítima de desacato ou da manifestação de embaraço ao exercício de suas funções ou quando, de qualquer forma, se fizer necessário a efetivação de medida prevista na legislação tributária, poderá solicitar o auxílio de autoridade policial a fim de que as diligências pretendidas possam ser consumadas, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 374. O Fiscal de Tributos do Município que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará o prazo máximo para a conclusão daquelas.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: [prefeitura@baixagrande.pi.gov.br](mailto:prefeitura@baixagrande.pi.gov.br)  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



Parágrafo único. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados nos livros fiscais exibidos; ou em separado, quando se entregar, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia assinada.

Art. 375. Os livros de escrituração fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se referam.

Art. 376. A Administração Fiscal do Município de Baixa Grande do Ribeiro poderá instituir livros, declarações por meios eletrônicos ou não, e registros obrigatórios de bens, serviços e operações tributárias, a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização.

Parágrafo único. Os livros, declarações e registros a que se refere o *caput* deste artigo terão sua forma, prazo, obrigatoriedade, e todas as demais características definidas em lei.

## CAPÍTULO II DAS DILIGÊNCIAS ESPECIAIS

Art. 377. Quando, pelos elementos apresentados pelo sujeito passivo, em procedimento fiscal regular, não se apurar convenientemente o movimento do estabelecimento, colher-se-ão os elementos necessários através de livros, documentos, papéis, arquivos, inclusive eletrônicos, de outros contribuintes ou de estabelecimentos que mantiverem transação com o referido sujeito passivo.

Art. 378. Mediante ato específico das autoridades competentes, qualquer ação fiscal poderá ser repetida em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não atingido pela decadência o direito de lançar o tributo ou impor a penalidade.

§ 1º A decadência prevista no *caput* deste artigo não prevalecerá nos casos de dolo, fraude ou simulação.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se, inclusive, aos casos em que o tributo correspondente tenha sido lançado e arrecadado.

Art. 379. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá celebrar com a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, convênio e intercâmbio de assistência mútua para a fiscalização dos tributos de sua competência, e de permuta de informações, no interesse da arrecadação e fiscalização, em caráter geral ou específico.

## CAPÍTULO III DO REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Art. 380. Aplicar-se-á o Regime Especial de Fiscalização e Controle nas hipóteses de:

- I - prática reiterada de desrespeito à legislação tributária municipal;
- II - reincidência do sujeito passivo em infração à legislação tributária;
- III - dúvida ou fundada suspeita quanto à veracidade ou à autenticidade dos registros referentes às prestações realizadas e aos tributos devidos;
- IV - a critério do Fisco Municipal.

Parágrafo único. A autoridade competente aplicará regime especial de fiscalização e controle, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis, que compreenderá o seguinte:

- I - execução, pelo órgão competente, em caráter prioritário, de todos os débitos fiscais;
- II - fixação de prazo especial e sumário para recolhimento do tributo devido;
- III - cancelamento, temporário ou definitivo, de todos os benefícios fiscais que, porventura goze o contribuinte;
- IV - manutenção de Agente Fiscal de Tributos Municipais ou grupo de agentes fiscais, em constante rodízio, com o fim de acompanhar todas as operações, prestações ou negócios do contribuinte, no estabelecimento ou fora dele, a qualquer hora do dia ou da noite, desde que esteja em funcionamento.

Art. 381. As providências previstas nesta Seção poderão ser adotadas conjunta ou isoladamente, e quando necessário, recorrer-se-á ao auxílio da autoridade policial.

## CAPÍTULO IV DO DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO FISCAL

Art. 382. Antes de qualquer ação fiscal, o agente do Fisco exibirá ao contribuinte ou a seu preposto, identidade funcional e o ato designatório que o credencia à prática do ato administrativo.

Art. 383. A ação fiscal iniciará com a lavratura do Termo de Início de Fiscalização, do qual constará necessariamente, além de outros requisitos previstos na legislação, a identificação do ato designatório do contribuinte, hora e data do início do procedimento fiscal, a solicitação dos livros, documentos e arquivos, eletrônicos ou não, necessários à ação fiscal, seguido do prazo de 20 (vinte) dias para a apresentação destes, e o período objeto de fiscalização.

Parágrafo único. Emitida a Ordem de Serviço ou Portaria, conforme o caso, lavrado o Termo de Início, o agente do Fisco terá o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, contados da data da ciência do sujeito passivo, prorrogável por igual período, a critério e conforme autorização da autoridade designante, e desde que o sujeito passivo seja devidamente cientificado da prorrogação.

Art. 384. Encerrado o procedimento de fiscalização, será lavrado o Termo Final de Fiscalização, do qual constará, além de outros requisitos previstos na legislação, os elementos constantes do Termo de Início, e, ainda, o resumo do resultado do procedimento.

§ 1º O prazo de conclusão dos trabalhos de fiscalização, na hipótese de a notificação ser efetuada através de Aviso de Receção - AR, terá como termo final a data de sua postagem nos Correios.

§ 2º Verificada alguma irregularidade, da qual decorra autuação, no Termo Final de Fiscalização deverá constar:

- I - o número e a datado auto ou dos autos lavrados;
- II - o motivo da autuação e os dispositivos legais infringidos;
- III - a base de cálculo e a alíquota aplicável para o cálculo do imposto, quando for o caso, e a imposição de multa.

§ 3º Inexistindo qualquer irregularidade, deverá constar do Termo Final de Fiscalização a expressa indicação dessa circunstância, ocasião em que os livros, arquivos e documentos fiscais serão devolvidos ao sujeito passivo, por meio de comprovante de entrega.

Art. 385. Para fins de formação do processo, o auto de infração somente será recebido no órgão fiscal competente se acompanhado dos Termos de Início e do Termo Final de Fiscalização, além dos documentos que embasaram a respectiva autuação, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 1º Todos os documentos e papéis, livros, inclusive arquivos eletrônicos que serviram de base à ação fiscal, devem ser mencionados ou anexados ao Termo Final de Fiscalização, respeitada a indisponibilidade dos originais, se for o caso.

§ 2º Os anexos utilizados no levantamento de que resultar autuação deverão ser entregues ao autuado, juntamente com as vias correspondentes ao auto de infração e o respectivo Termo Final de Fiscalização, inclusive cópia do ato designatório da respectiva ação fiscal.

## CAPÍTULO V DO SELO FISCAL DE AUTENTICIDADE

### Seção Única Da aplicação dos selos fiscais

Art. 386. Os selos fiscais de autenticidade, instituídos por leis específicas, para controle, comprovação e legitimidade de documentos, operações e prestações, observarão, além das disposições regulamentares atinentes, o seguinte:

- I - Dar-se-á a aplicação do selo fiscal de autenticidade nos seguintes documentos:
  - a) Certidão Negativa de Débito;
  - b) Certidão Negativa de Imóvel;
  - c) Certidão de Imunidade;
  - d) Certidão de Isenção;
  - e) Certidão de Não-Incidência;
  - f) Certificado de Microempresa;
  - g) Declaração de Integração do Imóvel ao Cadastro;
  - h) Cópia Autêntica de Título de Aforamento;
  - i) Termo de Concessão de Direito Real de Uso;
  - j) Termo de Concessão de Uso de Imóvel Público;
  - k) Alvará;
  - l) Certificado de Incentivo Fiscal;
  - m) Certificado de Sociedade de Profissionais.

II - Dar-se-á a aplicação do selo fiscal de autenticidade para notas fiscais de serviços nos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal, série única;
- b) Nota Fiscal, série "A";
- c) Nota Fiscal, série "A-1";
- d) Nota Fiscal Avulsa;
- e) Formulários Contínuos.

Parágrafo único. Exclui-se da obrigatoriedade prevista no inciso II do *caput* deste artigo, a Nota Fiscal simplificada ao Consumidor - série "A-1", devidamente autenticada.

## TÍTULO V DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

### CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES

Art. 387. Infração é toda ação ou omissão, voluntária ou não, praticada por qualquer pessoa, que resulte em inobservância de norma estabelecida pela legislação tributária municipal.

Art. 388. A infração será apurada de acordo com as formalidades processuais específicas, aplicando-se as penalidades respectivas, por intermédio da competente autuação.

Art. 389. A responsabilidade por infrações à legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

§ 1º Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2º Entende-se como infração qualificada a sonegação, a fraude e o conluio definidos na Lei de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária.

### CAPÍTULO II DAS PENALIDADES

#### Seção I Do rol de penalidades

Art. 390. Serão aplicadas às infrações as seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:
 

- I - multa;
- II - sujeição a regime especial de fiscalização e controle;
- III - cancelamento de benefícios fiscais;

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3670-1473  
ADM:2017-20



- IV – proibição de transacionar com os órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município;
- V – interdição do estabelecimento ou suspensão da atividade;
- VI – cassação de regime especial para pagamento, emissão de documentos fiscais ou escrituração de livros fiscais.

Art. 391. As multas serão calculadas tomando-se por base o valor do respectivo tributo, da operação ou da prestação.

Art. 392. A imposição de penalidades:

I – não exclui:

- a) pagamento de tributos;
- b) a fluência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração;
- c) a atualização monetária do débito.

II – não exime o infrator:

- a) do cumprimento de obrigação tributária acessória;
- b) de outras sanções civis, administrativas ou penais que couberem.

#### Seção II Das multas

Art. 393. As infrações à legislação tributária municipal sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do tributo, quando for o caso:

I – com relação ao atraso no pagamento de tributo de lançamento direto: multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento);

II – na hipótese do descumprimento de obrigação acessória, independentemente do recolhimento total ou parcial do tributo: Multa de 100 URM a 500 URM;

III – com relação à falta de recolhimento do ITBI:

- a) decorrente de atraso no pagamento do imposto, antes da lavratura do auto de infração: multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento);
- b) após a lavratura do auto de infração, e quando ocorrer falta de recolhimento, no todo ou em parte, aos que deixarem de recolher o imposto utilizando-se omissão ou inexistência na declaração relativa a elementos que possam influir na base de cálculo do imposto ou nas transmissões realizadas sem o pagamento do tributo sob a alegação de isenção, imunidade ou não incidência sem a apresentação de documento expedido pelo Fisco Municipal: multa de 50% (cinquenta por cento) do valor ou da diferença do imposto devido;
- c) nas transmissões realizadas sem pagamento do imposto, com verificação de dolo, fraude ou simulação: multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto devido, independentemente da ação penal cabível.

IV – Com relação à falta de recolhimento do ISS:

- a) decorrente de atraso no pagamento devido pelo prestador do serviço ou pelo responsável, antes da lavratura do auto de infração: multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento);
- b) após a lavratura do auto de infração, e quando ocorrer falta de recolhimento, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, em relação ao imposto de lançamento por homologação, pelo prestador do serviço: multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido;
- c) após a lavratura do auto de infração, e quando ocorrer falta de retenção na fonte do imposto devido por terceiros: multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido;
- d) após a lavratura do auto de infração, e quando ocorrer falta de recolhimento, no todo ou em parte, do imposto retido pelo responsável tributário: multa de 70% do valor do imposto retido;
- e) após a lavratura do auto de infração, e tratando-se de infração dolosa devidamente comprovada: multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto devido, independentemente da ação penal cabível.

Art. 394. Os Agentes Fiscais, quando da apuração de obrigação tributária ou infração, sempre que constatarem situação que, em tese, possa configurar também crime contra a ordem tributária definido nos arts: 1º ou 2º, da Lei Federal no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, deverão formalizar representação fiscal para fins penais.

§ 1º Para os crimes definidos no art. 1º, da Lei Federal nº 8.137/1990, a notícia sobre crime contra a ordem tributária será encaminhada ao Ministério Público Estadual quando:

- I – após a constituição do crédito tributário, não for este pago integralmente nem apresentada impugnação;
- II – após o julgamento de primeira instância administrativa, mantida a exigência fiscal, total ou parcialmente, não for pago integralmente o crédito tributário nem apresentado o recurso cabível;
- III – após o julgamento de segunda instância administrativa, mantida a exigência fiscal, total ou parcialmente, não for pago integralmente o crédito tributário.

§ 2º Para os demais crimes contra a ordem tributária, a comunicação ao Ministério Público será imediata.

Art. 395. Quando resultantes concomitantemente do não cumprimento da obrigação tributária principal e acessória, as multas aplicadas serão cumulativas.

Art. 396. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, aplicar-se-á a pena de multa de 100URM a 500 URM ao:

- I – síndico, leiloeiro, corretor, despachante ou quem quer que proporcione, facilite ou auxilie, por qualquer forma, a sonegação no todo ou em parte do tributo devido;

II – árbitro que, por negligência, imperícia ou má fé, prejudicar a Fazenda Pública Municipal nas avaliações;

III – qualquer pessoa que embaraçar ou dificultar a ação do Fisco Municipal, inclusive na hipótese de promover o rompimento do laço previsto quando do procedimento de fiscalização;

IV – os estabelecimentos gráficos e congêneres que:

- a) aceitarem encomendas para confecção de livros e documentos fiscais sem autorização da autoridade competente;
- b) não mantiverem, na forma da legislação, registros atualizados de encomendas, execução e entrega de livros e documentos fiscais.

Art. 397. A variação gradativa dos valores relativos às multas por descumprimento de obrigação acessória, a serem aplicadas aos infratores será estipulada pelo Fiscal de Tributos, levando em consideração os parâmetros estipulados neste Código e em legislação específica, se houver.

#### Seção III Da redução e majoração das multas

Art. 398. O valor da multa sofrerá redução:

I – na ocorrência de recolhimento integral do crédito tributário lançado:

- a) de 50% (cinquenta por cento), antes de transcorrido o prazo para interposição de impugnação contra o auto de infração;
- b) de 40% (quarenta por cento), após a interposição de impugnação contra o auto de infração e antes da decisão de primeira instância administrativa;
- c) de 30% (trinta por cento), da data da notificação da decisão de primeira instância administrativa, e antes de transcorrido o prazo para a interposição do recurso voluntário;
- d) de 20% (vinte por cento), após a notificação da decisão de primeira instância administrativa, até trinta dias após transcorrido o prazo para a interposição do recurso voluntário.

II – na ocorrência de parcelamento do crédito tributário:

- a) de 40% (quarenta por cento), antes de transcorrido o prazo para interposição de impugnação do auto de infração;
- b) de 30% (trinta por cento), após a interposição de impugnação contra o auto de infração e antes da decisão de primeira instância administrativa;
- c) de 20% (vinte por cento), da data da notificação da decisão de primeira instância administrativa e antes de transcorrido o prazo para interposição do recurso voluntário;
- d) de 10% (dez por cento), da data da notificação da decisão de primeira instância administrativa e até trinta dias após transcorrido o prazo para a interposição de recurso voluntário.

§ 1º Os benefícios de que trata este artigo não alcançam os débitos oriundos de atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo, ou por terceiro em benefício daquele.

§ 2º No caso de ser cancelado o parcelamento, será extinto o benefício de que trata o caput deste artigo, cobrando-se o crédito remanescente, devidamente corrigido e acrescido de juros de 1% (um por cento), ao mês ou fração, a partir do lançamento do crédito respectivo.

Art. 399. Para efeito da aplicação gradativa da penalidade tributária, considera-se:

I – atenuante, para efeito de imposição e graduação de penalidade, a procura espontânea do órgão fazendário pelo sujeito passivo, a fim de sanar a infração à legislação tributária, antes do início de qualquer procedimento fiscal;

II – agravante, para os efeitos do presente Código, a ação do sujeito passivo caracterizada por:

- a) suborno ou tentativa de suborno a servidor do órgão fazendário;
- b) dolo, fraude ou evidente má-fé;
- c) desacato a agente fiscal no curso do procedimento de fiscalização;
- d) não atendimento quando notificado por infringência à legislação tributária;
- e) ocorrência de reincidência devidamente constatada em procedimento regular.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para os efeitos do agravamento de penalidade a ser aplicada, a repetição, por um mesmo contribuinte, de infração tributária similar ou não à anteriormente cometida no prazo de cinco anos, contados da data em que a decisão condenatória administrativa se tornou irreformável.

Art. 400. Na graduação das penalidades cominadas neste Código, elevam-se as multas, respectivamente, em:

- I – 100% (cem por cento) as agravantes discriminadas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso II do art. 399 deste Código;
- II – 50% (cinquenta por cento) as agravantes discriminadas nas alíneas "d" e "e" do inciso II do art. 399 deste Código.

Art. 401. As multas não pagas no prazo assinalado serão inscritas em dívida ativa para execução fiscal, sem prejuízo da fluência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e da aplicação da atualização monetária.

Art. 402. Não se procederá qualquer penalidade contra sujeito passivo que tenha recolhido o tributo, ou servidor que tenha agido de acordo com interpretação constante de consulta tributária, à época do recolhimento ou do ato administrativo, mesmo que esta interpretação venha a ser posteriormente modificada.

#### CAPÍTULO III DÍVIDA ATIVA

Art. 403. Constitui a Dívida Ativa tributária os valores concernentes a tributos e seus acréscimos, lançados e não recolhidos, a partir da data de sua inscrição regular, após esgotado o prazo fixado.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
 PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
 CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
 EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
 FONE: (89)3570-1473  
**ADM:2017-20**



para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único. A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

Art. 404. O Termo de inscrição em Dívida Ativa indicará obrigatoriamente:

- I – o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;
- II – o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei;
- III – a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;
- IV – a indicação de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;
- V – a data e o número da inscrição do Livro da Dívida Ativa;
- VI – sendo o caso, o número do Processo Administrativo Tributário ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 405. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no art. 404 deste Código, ou o erro a eles relativo são causas da nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 406. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere o *caput* deste artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Art. 407. Compete à Procuradoria-Geral do Município proceder à inscrição dos débitos tributários e não tributários em dívida ativa, dos contribuintes que inadimplirem com suas obrigações, após esgotado o prazo fixado para o pagamento, pela lei ou decisão final proferida em processo regular.

§ 1º. Sobre os débitos inscritos em dívida ativa incidirão atualização monetária, multa, juros e honorários advocatícios a contar da data de vencimento dos mesmos.

§ 2º. Antes de serem encaminhados à execução judicial, os débitos inscritos em dívida ativa poderão ser objeto de cobrança na via administrativa, podendo, inclusive, serem parcelados até o prazo máximo de 90 (noventa) parcelas, mensais e consecutivas.

§ 3º. O parcelamento de débito inscrito na Dívida Ativa será concedido mediante requerimento do interessado e implicará o reconhecimento e confissão pública da dívida.

§ 4º. O não pagamento de qualquer das prestações, na data fixada, importará no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança total do crédito, permitindo-se somente a possibilidade de um novo e único parcelamento, a critério da autoridade competente.

§ 5º. O tributo e demais créditos tributários não pagos na data do vencimento terão seu valor atualizado e acrescido de multa de mora e juros de mora, de acordo com as normas estabelecidas neste Código.

§ 6º. Os honorários advocatícios serão recolhidos pelo devedor no momento do pagamento do crédito inscrito em Dívida Ativa e corresponderão a 10% (dez por cento) do pagamento realizado.

§ 7º. Os honorários advocatícios também serão recolhidos pelo devedor em caso de acordo, compensação ou outra sanção envolvendo créditos inscritos em Dívida Ativa.

§ 8º. Os honorários a que se referem o § 6º:

I – Serão recolhidos no momento do pagamento de cada parcela, na hipótese de parcelamento do débito;

II – Na hipótese de parcelamentos especiais que objetivem a regularização de débitos tributários em condições mais favoráveis ao sujeito passivo, tais como nos programas de refinanciamento municipal e de incentivo à adimplência de sujeitos passivos:

- a) corresponderão a 10 % (dez por cento) sobre o pagamento realizado;
- b) somente incidirão quando houver o ajuizamento da ação, ainda que inscrita a dívida;

Art. 408. A prescrição dos créditos inscritos em dívida ativa será apreciada e declarada pela Procuradoria-Geral do Município, de ofício ou a requerimento da parte.

#### CAPÍTULO IV DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 409. A prova de quitação de tributo será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à sua identificação, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o requerimento, além de outras exigências fiscais contidas em regulamento.

§ 1º A certidão será fornecida no prazo de dez dias da data do requerimento no órgão fazendário, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 2º Havendo débito em aberto, a certidão será indeferida e o pedido arquivado.

Art. 410. A expedição da certidão negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.

Art. 411. Tem os efeitos previstos no art. 409 deste Código a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva, em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 412. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o servidor que a expedir, pelo crédito tributário e pelos demais acréscimos legais.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional, se couber, e é extensiva a quantos colaborarem, por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

Art. 413. A venda, cessão ou transferência de qualquer espécie de estabelecimento ou de qualquer imóvel situado no Município de Baixa Grande do Ribeiro não poderá efetivar-se sem a apresentação da certidão negativa dos tributos a que estiverem sujeitos, sem prejuízo da responsabilidade solidária:

- I - do adquirente;
- II - do cessionário;
- III - dos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;
- IV - ou de quem quer que os tenha recebido em transferência.

Art. 414. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

##### Seção I Dos prazos

Art. 415. Os prazos fixados nesta Lei Complementar ou na legislação tributária do Município de Baixa Grande do Ribeiro serão computados em dias úteis, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Secretaria de Tributação e Arrecadação, no local em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º Não ocorrendo a hipótese prevista no § 1º deste artigo, o início ou o fim do prazo será transferido ou prorrogado para o primeiro dia de expediente normal imediatamente seguinte ao anteriormente estabelecido.

##### Seção II Disposições finais relativas à Parte Geral

Art. 416. Entende-se:

- I – por crédito tributário, o somatório dos valores correspondentes ao tributo de competência municipal, multa, juros e demais acréscimos legais, bem como a atualização monetária, quando for o caso;
- II – por atividade de fiscalização, toda tarefa relacionada com exigência dos tributos municipais.

#### LIVRO III DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

##### TÍTULO I DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

##### CAPÍTULO I DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art. 417. O Contencioso Administrativo Tributário integra a estrutura da Secretaria de Tributação e Arrecadação, vinculado diretamente ao titular da respectiva Secretaria, e tem a sua organização definida em regulamento.

Parágrafo único. Compete ao Contencioso Administrativo Tributário na qualidade de órgão preparador, organizar e sanear o processo administrativo, colocando-o pronto para ser julgado em primeira e segunda instâncias administrativas, referente às questões da relação jurídica que se estabelece entre o Município de Baixa Grande do Ribeiro e o sujeito passivo de obrigação tributária, relativa aos tributos municipais, nos seguintes casos:

- I – constituição e exigência de crédito tributário;
- II – restituição de tributos municipais pagos indevidamente;
- III – consulta à legislação tributária municipal;
- IV – penalidades e demais encargos relacionados com os incisos I e II deste artigo.

##### CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Art. 418. O Contencioso Administrativo Tributário é composto pelo Secretário de Tributação e Arrecadação e pelo Prefeito.

Parágrafo único. De forma suplementar, participarão do contencioso administrativo tributário do Município as assessorias jurídicas que guardem relação com a matéria apreciada e o Fiscal de Tributos, auxiliando os servidores em suas decisões através da elaboração de pareceres técnicos.

(Continua na próxima página)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



Art. 419. O julgamento do processo administrativo tributário compete:

- I – em primeira instância, ao Secretário de Tributação e Arrecadação;
- II – em segunda instância, ao Prefeito.

Parágrafo único. O Secretário de Tributação e Arrecadação, mediante ato expresso poderá:

- I – expedir as instruções que se fizerem necessárias à fiel execução deste Código;
- II – delegar competência às autoridades fazendárias para expedir atos normativos complementares.

### CAPÍTULO III DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 420. Não sendo necessário realizar perícia ou diligência fiscal, nem apresentação de contra-razões pelo autuante, e restando pronto e saneado o processo administrativo tributário, o seu julgamento ocorrerá no prazo de sessenta dias, prorrogável por igual período.

§ 1º Ao proceder a exame e análise e proferir decisão, a autoridade julgadora não ficará restrita às alegações das partes, devendo decidir de acordo com sua convicção e em face das provas trazidas aos autos.

§ 2º Considerando necessária a elucidação dos fatos, o julgador de primeira instância determinará realização de perícia ou diligência, ou, ainda, a produção de novas provas.

§ 3º Não sendo proferida a decisão no prazo do *caput* deste artigo, nem convertido o julgamento em diligência, sem causa justificada, poderá o interessado requerer ao Prefeito a avocação do processo administrativo, que será, de imediato, remetido da primeira à segunda instância, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 4º Na hipótese do § 3º deste artigo, a primeira instância remeterá o processo ao Prefeito no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da requisição daquele, ensejando as providências estabelecidas em regimento, sem prejuízo de sanção administrativa estabelecida em lei.

Art. 421. A decisão de primeira instância conterá:

- I – relatório, no qual serão mencionados os elementos, os atos informadores, os instrutórios e os probatórios, de forma resumida;
- II – fundamentos de fato e de direito;
- III – conclusão;
- IV – o tributo devido e a imposição da penalidade;
- V – a ordem de intimação.

§ 1º As inexistências materiais devidas a lapso manifesto, os erros de escrita ou de cálculo e as obscuridades existentes na decisão poderão ser corrigidas de ofício pela própria autoridade julgadora, ou a requerimento do sujeito passivo, não comportando a alteração da decisão.

§ 2º O sujeito passivo será cientificado da decisão para cumpri-la no prazo de vinte dias, contados da data da ciência, ou para interpor recurso ao Prefeito.

§ 3º Da decisão de primeira instância não caberá pedido de reconsideração.

Art. 422. A decisão, redigida com simplicidade e clareza, declarará nulo ou extinto o processo, ou decidirá pela procedência, parcial procedência ou improcedência do auto de infração, da notificação de lançamento ou do pedido, e, em quaisquer casos, definirá os efeitos que lhe são correspondentes.

Parágrafo único. Quando proferir decisão contrária ao Erário Municipal, no todo ou em parte, o julgador de primeira instância promoverá, obrigatoriamente, a remessa do processo administrativo à segunda instância, para que se opere o reexame necessário, exceto quando o crédito tributário originário exigido for de diminuto valor.

Art. 423. Ultrapassadas as questões preliminares de mérito e não havendo necessidade de perícia, diligência ou contra-razões, a decisão de primeira instância pronunciará o mérito, momento em que mencionará também o prazo para cumprimento da decisão ou para interpor recurso.

### CAPÍTULO IV DA SEGUNDA INSTÂNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 424. O Prefeito é o responsável pelo julgamento em segunda instância, dos processos de natureza tributária junto à Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Finanças, sem subordinação hierárquica, com autonomia administrativa e decisória, e rege-se pelos dispositivos deste Código.

### CAPÍTULO V DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO AUTO DE INFRAÇÃO

#### Seção I Aspectos Gerais

Art. 425. Toda infração à legislação tributária será apurada e formalizada através de auto de infração, o qual será lavrado exclusivamente pelo Agente Fiscal, em efetivo exercício, na atividade de fiscalização de tributos municipais.

Parágrafo único. O servidor municipal que tiver conhecimento de infração à legislação tributária municipal e não tiver competência funcional ou estiver impedido para formalizar a exigência, comunicará o fato ao órgão competente para que adote a providência.

#### Seção II Aspectos Específicos

Art. 426. O procedimento fiscal que resultar de apuração de liquidez e certeza do crédito tributário tramitará no Contencioso Administrativo Tributário, após sua conversão em relação contenciosa, seja pela reclamação ou impugnação.

Art. 427. Constituído o crédito tributário, por decisão definitiva, sem que o pagamento tenha sido efetuado no prazo de 8 (oito) dias úteis, ou reclamado/impugnado no prazo de 20 dias (úteis), o processo administrativo será encaminhado à cobrança administrativa ou inscrição em Dívida Ativa, funcionando a Secretaria de Tributação e Arrecadação como órgão privativo do controle da legalidade da inscrição.

Parágrafo único. Quando a decisão definitiva julgar improcedente o auto de infração, arquivar-se-á o processo, examinando-se, nos casos de extinção ou nulidade, a viabilidade da realização de revisão fiscal.

Art. 428. O sujeito passivo será autuado pelo cometimento de infração à legislação tributária:

- I – quando encontrado no exercício de atividade tributável, sem prévia inscrição, ou, embora inscrito, em atraso no pagamento do tributo, conforme o que estabelecer a legislação;
- II – nas revisões, em que se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a elemento de declaração obrigatória, ou ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.

#### Subseção Única Elementos essenciais ao auto de infração

Art. 429. O auto de infração conterá, entre outros elementos definidos na legislação, os seguintes:

- I – a qualificação do autuado;
- II – dia e hora da lavratura;
- III – descrição clara e precisa do fato que se alega constituir infração, com referência às circunstâncias pertinentes, e indicação do lugar onde se verificou a infração, quando esse não seja o da lavratura do auto;
- IV – valor do tributo e dos acréscimos legais;
- V – indicação do dispositivo legal infringido, a penalidade aplicável e a referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, se for o caso;
- VI – intimação ao infrator para pagar os tributos e multas, quando devidos, ou defender-se impugnando, produzindo as provas, com indicação do respectivo prazo e data do seu início;
- VII – assinatura do autuante, mesmo em auto de infração emitido por meio eletrônico, assinatura do sujeito passivo, se for possível, ou termo relativo a sua recusa, se houver, salvo se a intimação for feita por carta com aviso de recebimento ou por edital;
- VIII – indicação do órgão integrante da Secretaria de Tributação e Arrecadação por onde deverá tramitar o processo.

§ 1º A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto de infração, e a sua recusa em apor ciência não implica em confissão, nem agrava a penalidade.

§ 2º O auto de infração poderá conter, para maior elucidação dos fatos, além dos requisitos definidos neste artigo, outros elementos, contábeis e fiscais, comprobatórios da infração, mencionando em anexo documentos, papéis, livros e arquivos que serviram de base à ação fiscal.

§ 3º O auto de infração deve ser preenchido em todos os seus campos, sem rasuras, entrelinhas ou borrões, descrevendo de forma clara e sucinta as circunstâncias materiais da autuação.

§ 4º Havendo alteração dos elementos constantes do auto de infração que resulte em prejuízo para a defesa, deverá o autuado ser cientificado para manifestar-se no prazo de vinte dias.

### CAPÍTULO VI ASPECTOS FUNDAMENTAIS NA FORMAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

#### Seção I Dos Princípios

Art. 430. Rege-se-á o processo administrativo tributário em obediência, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, impessoalidade, publicidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, segurança jurídica, interesse público, eficiência, celeridade, economia processual, verdade material, informalismo, oficialidade, revisibilidade, além do contraditório e da ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes.

#### Seção II Dos direitos e deveres do autuado

Art. 431. É assegurado ao sujeito passivo de obrigação tributária, quando autuado, os seguintes direitos, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados na legislação processual:

- I – ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o cumprimento de suas obrigações;
- II – tomar ciência de todos os atos e vista dos autos no Contencioso Administrativo Tributário, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;
- III – formular alegações, produzindo provas documentais, na fase instrutória e antes da decisão, as quais serão objetos de consideração pelo órgão competente;
- IV – comparecer pessoalmente ou fazer-se assistido, facultativamente, por seu representante legal.

Art. 432. São deveres do sujeito passivo interessado no processo administrativo tributário, sem prejuízo de outros, previstos em ato normativo:

- I – expor os fatos conforme a verdade;
- II – proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;
- III – não agir de modo temerário;
- IV – prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: [prefeituradebaixagrande@bol.com.br](mailto:prefeituradebaixagrande@bol.com.br)  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



### Seção III Do dever de decidir e da motivação

Art. 433. Todas as decisões serão motivadas com a indicação dos fatos e dos fundamentos, da legislação aplicável, especialmente quando:

- I – neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
- II – imponham deveres, encargos ou sanções;
- III – acatem as preliminares de mérito ou decidam em razão deste.

#### Subseção I Das medidas preliminares ou incidentes

Art. 434. O Agente Fiscal incumbido de proceder a exame, diligência ou qualquer procedimento de fiscalização, lavrará termo circunstanciado do que apurar, mencionando, dentre outros elementos necessários, o período, a data de início e fim, os livros e documentos examinados.

Art. 435. Poderão ser retidos os bens móveis, inclusive mercadorias, livros fiscais, arquivos eletrônicos ou outros documentos existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional, do contribuinte ou de terceiro, em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material da infração.

Parágrafo único. Havendo prova ou fundada suspeita de que os bens se encontram em residência particular ou lugar reservado à moradia, serão promovidas a busca e a apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 436. Da retenção administrativa lavrar-se-á termo, com os elementos do auto de infração, no que couber.

Parágrafo único. O termo de retenção conterá a descrição dos bens ou documentos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 437. Os documentos retidos poderão ser devolvidos a requerimento do autuado, ficando no processo administrativo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a este fim.

Art. 438. Os bens retidos serão restituídos, a requerimento, mediante depósito da quantia exigida, necessária à sua guarda e conservação, arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos até decisão final os espécimes necessários à prova.

Art. 439. Os bens retidos serão levados a leilão, caso o autuado não demonstre o preenchimento das exigências legais para sua liberação no prazo de sessenta dias, a contar da data da retenção.

§ 1º Quando a retenção recair em bens de fácil deterioração, o leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão ou, a critério da administração, estes poderão ser doados a entidades beneficentes.

§ 2º Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e acréscimos legais devidos, será o autuado notificado para receber o excedente.

#### Subseção II Do informalismo processual

Art. 440. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente o exigir, considerando-se válidos os atos que, realizados de outro modo, alcancem sua finalidade.

§ 1º Todos os atos do processo administrativo serão expressos no vernáculo e organizados à semelhança dos autos forenses, com folhas devidamente rubricadas e numeradas, observada a ordem cronológica de juntada.

§ 2º Aplica-se, supletivamente ao processo administrativo, as normas do Código de Processo Civil.

### CAPÍTULO VII DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS

#### Seção I Dos prazos

Art. 441. Os prazos serão contados em dias úteis, excluindo-se de sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento, e só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que tramite o processo administrativo ou deva ser praticado o ato.

§ 1º Em nenhum caso, a apresentação, no prazo legal, de reclamação, impugnação ou de recurso perante a Secretaria de Tributação e Arrecadação, prejudicará o direito da parte, fazendo-se, de ofício, o órgão recebedor, a imediata remessa ao órgão competente para conhecer e decidir.

§ 2º Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos definidos neste Código e em Regimento.

#### Seção II Das Intimações

Art. 442. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.

Parágrafo único. Os despachos de mero expediente independem de intimação.

Art. 443. A intimação far-se-á sempre na pessoa do autuado ou responsável, ou do interessado, podendo ser firmada por sócio, mandatário, preposto, ou representante legal constituído nos autos

do processo, pela seguinte forma:

- I – pelo Agente Fiscal de Tributos do Município, mediante entrega de comunicação subscrita pela autoridade competente;
- II – por carta com Aviso de Recebimento – AR;
- III – por edital.

§ 1º Quando efetuada na forma do inciso I deste artigo, a intimação será comprovada pela assinatura do intimado na via do documento que se destina ao Fisco.

§ 2º Recusando-se o intimado a apor sua assinatura, o Agente Fiscal de Tributos do Município declarará essa circunstância no documento, assinando em seguida.

§ 3º Quando efetuada na forma do inciso II deste artigo, a intimação será comprovada pela assinatura do intimado, seu representante, preposto, empregado ou assemelhado, no respectivo Aviso de Recepção – AR, ou pela declaração de recusa firmada por servidor da Empresa de Correios.

§ 4º Quando necessário, far-se-á a intimação por edital, publicado no Diário Oficial do Município – DOM, sempre que se encontrar a parte em lugar incerto e não sabido, ou quando não se efetivar por uma das formas indicadas nos incisos I e II deste artigo.

§ 5º Quando possível, adotar-se-á a intimação por *fac-símile*, via telegráfica ou via eletrônica, com a comprovação do seu recebimento no endereço indicado, para esse fim, pelo interessado.

§ 6º Os meios de intimação previstos nos incisos I e II deste artigo não estão sujeitos a ordem de preferência.

Art. 444. Considera-se realizada a intimação:

- I – na data da juntada ao processo administrativo do documento destinado ao Fisco, se efetuada por servidor municipal;
- II – na data da juntada do Aviso de Recepção – AR, se realizada por carta;
- III – vinte dias após a data da sua publicação, se realizada por edital;
- IV – quando comprovado o recebimento por *fac-símile*, via telegráfica ou via eletrônica.

Art. 445. A intimação conterá:

- I – a identificação do sujeito passivo da obrigação tributária ou do interessado no procedimento de consulta ou de restituição;
- II – a indicação do prazo, da autoridade a quem deve ser dirigida a reclamação, impugnação ou o recurso, e do endereço e local de funcionamento do Contencioso Administrativo Tributário;
- III – o resultado do julgamento contendo, quando for o caso, a exigência tributária.

### Seção III Das Nulidades

Art. 446. São absolutamente nulos os atos praticados por autoridade incompetente ou impedida, ou com preterição de qualquer das garantias processuais constitucionais, devendo a nulidade ser declarada de ofício pela autoridade julgadora.

§ 1º A participação de autoridade incompetente ou impedida não dará causa à nulidade do ato por ela praticado, desde que dele participe uma autoridade com competência plena e no efetivo exercício de suas funções.

§ 2º Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração dos fatos ou na decisão da causa.

§ 3º Não se tratando de nulidade absoluta, considera-se sanada se a parte a quem aproveite deixar de argui-la na primeira ocasião em que se manifestar no processo.

§ 4º No pronunciamento da nulidade, a autoridade declarará os atos a que ela se estende, chamando o feito à ordem para fins de regularização do processo.

§ 5º As omissões ou incorreções do auto de infração não acarretarão a sua nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da natureza da infração e da identificação do infrator.

### Seção IV Da suspensão do processo administrativo tributário

Art. 447. Suspende-se o processo administrativo tributário pela morte ou perda da capacidade processual do reclamante, impugnante ou do recorrente, ou ainda do requerente em procedimento de restituição, promovendo-se a imediata intimação do sucessor para integrar o processo. Parágrafo único. Durante a suspensão somente serão praticados os atos que não impliquem julgamento do processo ou prejuízo da defesa.

### Seção V Da extinção do processo administrativo tributário

Art. 448. Extingue-se o processo:

- I – sem julgamento do mérito:
  - a) quando o julgador acolher a alegação de coisa julgada;
  - b) quando não ocorrer qualquer pressupostos processuais, como a legitimidade da parte e o interesse processual;
  - c) pela decadência;
  - d) pela remissão;
  - e) pela anistia quando o crédito tributário se referir apenas à multa.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



II – com julgamento do mérito:

- a) quando confirmada em última instância a decisão absolutória de primeiro grau, objeto de reexame necessário;
- b) com a extinção do crédito tributário, pelo pagamento, quando confirmada em última instância a decisão parcialmente condenatória de primeiro grau, objeto de recurso.

#### Seção VI Das provas

Art. 449. Os órgãos de julgamento, por deliberação singular ou coletiva, quando de julgamento de processo administrativo tributário, deverão, em despacho fundamentado, sobre a produção das provas requeridas, indeferir as que forem manifestamente incabíveis, inúteis ou protelatórias e fixar o prazo para produção das que forem admitidas.

Art. 450. São hábeis todos os meios de provas admitidas em direito para demonstrar a verdade dos fatos em litígio, desde que produzidas na forma e nos prazos legais, sendo admissíveis, de pronto:

- I – a apresentação de documentos;
- II – a realização de:
  - a) diligência;
  - b) perícia.

Art. 451. Dos documentos anexados ao processo administrativo tributário poderão, a requerimento das partes, ser fornecidos traslados, cópias e certidões.

#### Subseção I Da diligência

Art. 452. A diligência consistirá em procedimento que terá por fim a verificação de situação ou fato que ensejou ao lançamento, e resultará de termo circunstanciado com as razões invocadas pelas partes.

Parágrafo único. Na realização de diligência a que se refere o *caput* deste artigo, poderão ser chamados a intervir os responsáveis pelo lançamento do tributo e o sujeito passivo.

Art. 453. A autoridade julgadora, de qualquer das instâncias, determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, quando entender necessárias, indeferindo as que considerar, de forma fundamentada, prescindíveis ou impraticáveis.

Parágrafo único. Será indeferido o pedido de realização de diligência quando:

- I – desnecessária à vista das provas existentes nos autos;
- II – for impraticável a sua realização, devido à natureza transitória dos fatos;
- III – seu objeto não for específico ou determinado;
- IV – o fato depender de conhecimento especial de técnico.

#### Subseção II Da perícia

Art. 454. A prova pericial consistirá em levantamento de dados, exame, vistoria ou avaliação, por representante do Fisco Municipal juntamente com o assistente pericial indicado pelo sujeito passivo. Parágrafo único. Será indeferida a realização de perícia sob os mesmos fundamentos de indeferimento da realização de diligências previstos no parágrafo único, incisos I a IV, do art. 453 deste Código.

Art. 455. Quando requerida prova pericial, constarão obrigatoriamente do pedido a formulação dos quesitos e a completa qualificação do assistente técnico que será intimado para prestar compromisso.

- § 1º Para fins de perícia, não serão admitidos quesitos impertinentes.
- § 2º Quando inexistir divergência entre o representante do Fisco e o assistente pericial, lavrar-se-á laudo conclusivo, com as assinaturas de ambos.

§ 3º Quando houver divergência na formalização de laudo pericial, o representante do Fisco e o assistente pericial poderão lançar, nos autos, conclusões isoladas, não estando, a autoridade julgadora, adstrita a quaisquer das conclusões.

Art. 456. O prazo para realização da perícia será fixado pela autoridade julgadora, atendido o grau de complexidade da mesma e valor do crédito tributário em litígio.

Art. 457. Se por ocasião da realização de diligência, perícia ou na contestação, surgirem fatos novos ou restar alterado, de qualquer forma, o procedimento inicial, resultando em agravamento da exigência, será reaberto ao autuado novo prazo para a reclamação, impugnação ou aditamento do recurso.

Art. 458. O Chefe do Contencioso Administrativo Tributário e os julgadores administrativos poderão intimar a parte, ou terceiro, para exibir documento, livro ou coisa que esteja ou deva estar na sua guarda, presumindo-se verdadeiros, no caso de recusa injustificada, os fatos contra o mesmo arguidos a serem provados pela exibição, podendo, também, ouvir pessoas para esclarecimento.

Parágrafo único. Para os fins da providência a que alude o *caput* deste artigo, o dever previsto neste artigo não abrange a prestação de informações ou a exibição de documentos a respeito dos quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar sigilo em razão do cargo, função, atividade, ministério, ofício ou profissão.

## TÍTULO II DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

### CAPÍTULO I DAS PARTES

Art. 459. São partes no processo administrativo tributário o Fisco Municipal e o sujeito passivo da

obrigação tributária, ou o requerente, no procedimento de restituição.

Parágrafo único. A parte comparecerá ao Contencioso Administrativo Tributário pessoalmente ou por seu representante legal.

## CAPÍTULO II DO INÍCIO E INSTRUÇÃO

Art. 460. O processo administrativo tributário terá início:

- I – com a reclamação, nos casos de lançamento direto, em que não haja a aplicação de penalidades, salvo multa de mora;
- II – pela impugnação do Auto de Infração;
- III – pelo pedido de reconsideração, em face do indeferimento pela administração tributária de pedido de restituição de tributo ou penalidades.

Parágrafo único. O pedido de reconsideração será dirigido ao Secretário de Tributação e Arrecadação, no prazo de vinte dias, contado do recebimento da comunicação do indeferimento, que o encaminhará ao Prefeito.

Art. 461. A instrução processual caberá ao Fiscal de Tributos do Município, que, dentre outras tarefas, certificará o recebimento de documentos, a realização de atos processuais, cientificará ou intimará os interessados, e, quando for o caso, procederá à abertura ou reabertura de prazo.

Art. 462. A defesa interposta em primeira ou segunda instância mencionará, no mínimo, o seguinte:

- I – a indicação da autoridade ou órgão julgador a quem é dirigida;
- II – a qualificação do autuado;
- III – as razões de fato e de direito em que se fundamenta;
- IV – a documentação probante de suas alegações;
- IV – a indicação das provas cuja produção é pretendida;
- V – quando requerer realização de perícia ou diligência, a exposição dos motivos e fundamentos que as justifiquem, os quesitos formulados e a indicação do assistente técnico.

Art. 463. Após a apresentação da defesa, caso entenda necessário, o Prefeito poderá encaminhá-lo para manifestação formal do autuante, no prazo de 10 (dez) dias, em face das razões da defesa.

Art. 464. Quando se tratar de infrações ou fatos conexos e continuados com a mesma fundamentação legal, poderá o sujeito passivo apresentar uma só defesa, desde que o prazo seja comum, hipótese em que os autos de infração poderão ser reunidos em um só processo.

## CAPÍTULO III DA RECLAMAÇÃO

Art. 465. A reclamação terá efeito suspensivo e deverá ser apresentada no prazo de trinta dias, a contar da data da notificação de lançamento direto, devendo o notificado alegar, de uma só vez, toda a matéria que entender oponente à exigência dos tributos ou adicionais.

Parágrafo único. A reclamação far-se-á por petição dirigida à autoridade julgadora, fundamentada e instruída com prova documental dos fatos alegados, podendo, ainda, o reclamante indicar outras provas que desejar produzir.

Art. 466. Apresentada a reclamação, abrir-se-á vista do processo administrativo à autoridade lançadora, a fim de que se pronuncie no prazo de dez dias, indicando as razões ou as provas cuja produção considerar necessária.

Art. 467. A reclamação será rejeitada ou indeferida de plano pela autoridade julgadora, quando:

- I – verificar que a mesma tem objetivo protelatório, de modo a retardar o cumprimento da obrigação tributária;
- II – for apresentada fora do prazo legal, obrigando-se, o sujeito passivo, ao pagamento do principal com atualização monetária, acrescido de juros e multas devidas.

## CAPÍTULO IV DA IMPUGNAÇÃO

Art. 468. Observados os princípios processuais constitucionais que asseguram a ampla defesa e o contraditório, o sujeito passivo poderá apresentar a impugnação, com efeito suspensivo, no prazo de vinte dias, contados da intimação do Auto de Infração.

Parágrafo único. Antes de seu vencimento e a requerimento da parte interessada, o prazo previsto no *caput* deste artigo poderá ser dilatado em até dez dias, a critério e por despacho fundamentado do chefe do Contencioso Administrativo Tributário.

Art. 469. O sujeito passivo poderá, espontaneamente, depositar o valor correspondente ao lançamento, inclusive os respectivos acréscimos e penalidades legais, calculados à data do referido depósito, ficando, a partir de então, desobrigado do pagamento de qualquer acréscimo.

Art. 470. A impugnação poderá ser restrita à parte do auto de infração, desde que se comprove com o respectivo pagamento, o parcelamento ou a dispensa, por meio hábil, da parte incontroversa da obrigação tributária.

Art. 471. Na impugnação, o sujeito passivo deverá alegar toda a matéria que entender útil à sua pretensão, indicando e requerendo as provas que deseja produzir, anexando, de pronto, as que constarem de documentos.

## CAPÍTULO V DOS RECURSOS

### Seção I Das espécies

Art. 472. Da decisão de primeira instância administrativa caberá, com efeito suspensivo:

- I – reexame necessário;
- II – recurso voluntário.

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: [prefeituradebaixagrande@bol.com.br](mailto:prefeituradebaixagrande@bol.com.br)  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



### Subseção I Do reexame necessário

Art. 473. Da decisão de primeira instância contrária, no todo ou em parte, ao Erário Municipal, haverá remessa de ofício ao Prefeito, com efeito suspensivo, para reexame necessário.

Parágrafo único. Quando a autoridade julgadora deixar de promover a providência assinalada no *caput* deste artigo, cumprirá ao servidor iniciador do processo administrativo tributário, ou qualquer outro que do fato tomar conhecimento, provocar a remessa ao Conselho de Contribuintes.

Art. 474. O reexame necessário deixará de ser efetuado quando resultar de crédito tributário originário de diminuto valor, circunstância que deverá ser anotada, no texto da decisão singular, pelo respectivo julgador.

Art. 475. Subindo o processo administrativo tributário, a título de recurso voluntário, e sendo também o caso de reexame necessário, tomará o Prefeito conhecimento pleno do processo, como se tivessem havido ambos os recursos.

Art. 476. As decisões sujeitas ao reexame necessário não se tornam definitivas na esfera administrativa enquanto não ocorrer a manifestação de segunda instância.

### Subseção II Do recurso voluntário

Art. 477. Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário, total ou parcial, para o Prefeito, a ser interposto no prazo de vinte dias, contados da ciência da decisão de primeira instância administrativa, podendo ser apresentada prova documental cuja produção não foi possível antes do julgamento de primeira instância.

Parágrafo único. Quando não for apresentado o recurso, na forma prevista neste artigo, encaminhar-se-á o processo administrativo tributário para, quando for o caso, cobrança administrativa ou inscrição em Dívida Ativa.

Art. 478. O recurso voluntário apresentado intempestivamente será considerado sem efeito, tomando irremovível na esfera administrativa a decisão de primeira instância.

## CAPÍTULO VI DA EFICÁCIA E DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 479. São definitivas, no âmbito administrativo, as decisões relativas aos processos administrativos tributários proferidas:

- I – na primeira instância, não sujeitas a reexame necessário, bem como naquelas em que, esgotado o prazo, não tenha sido interposto o recurso voluntário, nos termos deste Código;
- II – na segunda instância, quando esgotados todos os meios recursais.

Parágrafo único. Quando o recurso voluntário for parcial, tornar-se-á definitiva, desde logo, a parte da decisão que não tenha sido objeto de recurso.

Art. 480. Transitada em julgado a decisão condenatória será adotada a providência adequada pelo órgão competente, dentre as quais:

- I – a intimação do sujeito passivo para que efetue o recolhimento do crédito tributário relativo à decisão administrativa, no prazo de dez dias;
- II – a conversão do depósito em dinheiro;
- III – inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa, sem que tenha ocorrido correspondente recolhimento, na forma do inciso I deste artigo, e posterior remessa da certidão à cobrança executiva;
- IV – complementar ou levantar depósitos efetuados em garantia;
- V – liberação de bens retidos e depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação;
- VI – na simples ciência ao sujeito passivo, da decisão a ele favorável, e modificação do lançamento ou cancelamento do auto de infração, se for o caso.

Art. 481. Quando os valores depositados forem superiores ao montante do crédito tributário apontado na decisão, será o excesso restituído ao interessado, e sendo inferiores, será o devedor intimado a recolher a diferença remanescente no prazo de dez dias.

## CAPÍTULO VII DO PROCEDIMENTO DE CONSULTA

### Seção I Considerações preliminares

Art. 482. É assegurado ao sujeito passivo e às entidades representativas de categorias econômicas e profissionais, o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária e tributos de competência municipal, antes da instauração de qualquer procedimento de fiscalização.

Art. 483. A consulta será dirigida ao Secretário de Tributação e Arrecadação, a quem compete aprovar o Parecer, devendo apresentar, de forma clara e precisa, o caso concreto, os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicando, se possível, os dispositivos legais, e instruída, se necessário, com documentos.

§ 1º As consultas, quando formalmente efetuadas, serão respondidas sob a forma de Parecer, pelos servidores do Fisco e/ou suas assessorias, no prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério da autoridade competente.

§ 2º A Administração dará cumprimento a resposta à consulta, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

§ 3º O consulente poderá, a seu critério, expor a interpretação que dá aos dispositivos da legislação tributária aplicáveis à matéria consultada.

§ 4º Cada consulta deverá referir-se a uma única matéria, admitindo-se a cumulação, na

mesma petição, apenas quando se tratar de questões conexas.

§ 5º A consulta poderá ser apresentada pelo interessado, seu representante legal ou procurador habilitado na Secretaria de Tributação e Arrecadação, contra recibo, através da segunda via devidamente protocolizada.

§ 6º Para melhor instrução do procedimento, poderão ser solicitadas informações ou a realização de diligências.

Art. 484. Tratando a consulta sobre matéria já apreciada e elucidada, o órgão fiscal receptor se pronunciará com base em parecer ou legislação pertinente.

### Seção II Dos efeitos da consulta

Art. 485. A consulta formulada antes do prazo para recolhimento do tributo exime o consulente do pagamento de multa moratória e demais acréscimos legais, desde que o pagamento do tributo seja efetuado em até quinze dias, contados do recebimento da resposta.

§ 1º Quando formulada após o prazo para recolhimento do tributo devido, o consulente deverá recolher o tributo acrescido de multa moratória e demais acréscimos legais.

§ 2º O consulente poderá evitar o pagamento de multa moratória e demais acréscimos legais se efetuar pagamento ou prévio depósito administrativo correspondente ao seu débito.

§ 3º Resultando indevido o pagamento ou o prévio depósito administrativo, será restituído, atualizado monetariamente, no prazo de trinta dias, contados da notificação do consulente.

Art. 486. A mudança de orientação formulada em nova consulta somente prevalecerá após cientificado o consulente da alteração efetuada.

§ 1º A mudança de critério jurídico só poderá ser efetivada em relação a um mesmo sujeito passivo quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

§ 2º Na hipótese de mudança de entendimento fiscal, a nova orientação atingirá a todos, ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com o parecer vigente até a data da modificação.

Art. 487. Enquanto não solucionada a consulta, nenhum procedimento fiscal será promovido contra o consulente, em relação à espécie consultada durante a tramitação da consulta, exceto quando versarem sobre dispositivos incontroversos e meramente protelatórios, ou sobre decisão administrativa ou judicial reiterada e definitiva.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às consultas formuladas por entidades representativas ou profissionais liberais.

Art. 488. Nas hipóteses de tributo apurado ou destacado em documento fiscal, antes ou depois de formulada a consulta, continua o contribuinte obrigado a recolhê-lo na forma da legislação pertinente.

Art. 489. Não cabe pedido de reconsideração de decisão de consulta, salvo se, a critério do órgão consultivo, o consulente apresentar argumentos convincentes ou provas irrefutáveis de que a resposta não atendeu à correta interpretação da legislação.

Parágrafo único. O consulente deverá adotar o entendimento contido na resposta de sua consulta ou efetuar o pedido de reconsideração, no prazo de quinze dias, contado da data do seu recebimento.

Art. 490. Não produzirá qualquer efeito e será indeferida, de plano, a consulta, quando:

- I – formulada depois de iniciado o procedimento fiscal contra o consulente;
- II – formulada após a lavratura da Notificação Fiscal ou do Auto de Infração, cujos fundamentos se relacionem com a matéria consultada;
- III – formulada em desacordo com as formalidades estatuídas na legislação, ou quando não descreva, exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contenha os elementos necessários à solução, exceto se a inexistência for escusável, a critério da autoridade consultada;
- IV – o fato objeto de consulta já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;
- V – for manifestamente protelatória;
- VI – o fato estiver disciplinado em ato normativo, publicado antes de sua interposição;
- VII – o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei;

Parágrafo único. Compete à autoridade consultada declarar a ineficácia da consulta.

### Seção III Da comunicação da resposta

Art. 491. A resposta à consulta será entregue pessoalmente, mediante recibo do consulente, seu representante ou preposto, ou ainda pelos Correios, mediante Aviso de Recebimento – AR, datado e assinado pelo consulente, seu representante, preposto ou por quem, em seu nome, receba a cópia da resposta.

§ 1º Omitida a data do AR, dar-se-á por entregue a resposta quinze dias após a data da postagem.

§ 2º Se o consulente não for encontrado poderá ser intimado, por edital, para comparecer ao Contencioso Administrativo Tributário dentro do prazo de cinco dias, para receber a resposta, sob pena de ser a consulta considerada sem efeito.

### Seção IV Disposições gerais sobre consulta

Art. 492. Ao requerimento ou comunicação com natureza ou efeito de consulta, aplicam-se as

(*Continua na próxima página*)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



disposições deste Capítulo.

Art. 493. Se os fatos descritos na consulta não corresponderem à realidade, tendo por objeto o retardamento do cumprimento de obrigações tributárias, serão adotadas, imediatamente, as providências fiscais estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 494. As consultas relativas a fatos idênticos poderão ser objeto de uma só decisão, destinando-se cópia do pronunciamento a cada consulente.

### CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 495. O Microempreendedor Individual (MEI) que ultrapassar o limite de receita previsto na Lei Complementar nº 123/2016 será excluído do regime do Simples Nacional pelo Fiscal de Tributos do Município.

Art. 496. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 497. Revogam-se as disposições em contrário, observando-se que, em cada caso, enquanto não forem expedidos os atos regulamentares necessários à execução deste Código, continuam em vigor, no que não colidirem com ele, a Lei Complementar Municipal nº 021, de 22 de dezembro de 2009 e demais leis municipais tributárias, suas alterações e seus respectivos regulamentos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO, ESTADO DO PIAUÍ,  
AOS 18 (DEZOITO) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2018 (DOIS MIL E DEZOITO).

**OZIRES CASTRO SILVA**  
- PREFEITO MUNICIPAL -

Esta Lei foi sancionada, promulgada e publicada aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro do ano de 2018 (dois mil e dezoito).

**AGAMENON NERES DOS SANTOS**  
Secretário Municipal de Administração

### ANEXO I

#### LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2018

##### TABELA I

#### MÉTODO DE CÁLCULO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU

I - IMÓVEIS NÃO EDIFICADOS (INDEPENDENTE DA FINALIDADE)	
Tabela de valores (em URM) atribuídos aos imóveis, por localização	
URM	GRUPOS DE IMÓVEIS
a 60	Imóveis Localizados no Centro
b 50	Imóveis localizados em ruas pavimentadas exceto enquadrados no item a.
c 30	Demais Imóveis, exceto enquadrados nos item a, b, d.
d 20	Imóveis localizados fora do atendimento de água, energia elétrica, e pavimentação.

II - IMÓVEIS EDIFICADOS (INDEPENDENTE DA FINALIDADE)	
Tabela de valores (em URM) atribuídos aos imóveis, por localização	
URM	GRUPOS DE IMÓVEIS
a 700	Construções em geral, exceto enquadradas no item b.
b 400	Construções de padrão baixo: sem forro, sem reboco. Galpões e coberturas sem paredes.

III - ALÍQUOTAS	
Alíquota aplicável	GRUPOS DE IMÓVEIS
a 0.1%	Imóveis edificadas.
b 0.3%	Imóveis não edificadas, porém muradas por completo em suas 4 (quatro) fachadas.
c 0.5%	Imóveis não edificadas.

OBS. Para o cálculo do IPTU, observar-se-á o seguinte cálculo:

1 - O valor venal será obtido da seguinte forma:

- Multiplicar-se-á a área do terreno pela quantidade de URM estipulada na tabela I;
- Multiplicar-se-á a área da edificação pela quantidade de URM estipulada na tabela II;
- O somatório de ambas as multiplicações (valores do terreno e da edificação) resultará no valor venal do imóvel;

2- Obtido o valor venal do imóvel, multiplicar-se-á pela alíquota estipulada segundo os critérios previstos na Tabela III.

3- Por fim, o resultado final será o valor a ser pago a título de IPTU pelo contribuinte.

### ANEXO II LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2018

#### LISTA DE SERVIÇOS

- 1 – Serviços de informática e congêneres
  - 1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
  - 1.02 – Programação.
  - 1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.
  - 1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo *tablets*, *smartphones* e congêneres.
  - 1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
  - 1.06 – Assessoria e consultoria em informática.
  - 1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
  - 1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
  - 1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

- 2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
  - 2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

- 3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
  - 3.01 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
  - 3.02 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, *stands*, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
  - 3.03 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
  - 3.04 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

- 4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
  - 4.01 – Medicina e biomedicina.
  - 4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
  - 4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
  - 4.04 – Instrumentação cirúrgica.
  - 4.05 – Acupuntura.
  - 4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
  - 4.07 – Serviços farmacêuticos.
  - 4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
  - 4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
  - 4.10 – Nutrição.
  - 4.11 – Obstetrícia.
  - 4.12 – Odontologia.
  - 4.13 – Ortóptica.
  - 4.14 – Próteses sob encomenda.
  - 4.15 – Psicanálise.
  - 4.16 – Psicologia.
  - 4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
  - 4.18 – Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.
  - 4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
  - 4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
  - 4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
  - 4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres (dedutível o valor das despesas com os segurados, relativas a serviços enquadrados nos itens e subitens desta lista de serviços).
  - 4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário (dedutível o valor das despesas com os segurados, relativas a serviços enquadrados nos itens e subitens desta lista de serviços).

- 5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
  - 5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
  - 5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
  - 5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
  - 5.04 – Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres.
  - 5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
  - 5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
  - 5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
  - 5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
  - 5.09 – Planos de atendimento e assistência médico.

- 6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
  - 6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
  - 6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
  - 6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
  - 6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
  - 6.05 – Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.
  - 6.06 – Aplicação de tatuagens, *piercings* e congêneres.

- 7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

- 7.01 – Engenharia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

- 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exportação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

**8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

**9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, *apart-service* condominiais, *flat*, *apart-hotéis*, hotéis residência, *residence-service*, *suite service*, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

**10 – Serviços de intermediação e congêneres.**

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (*leasing*), de franquia (*franchising*) e de faturização (*factoring*).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

**11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

**12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, *taxi-dancing* e congêneres.

12.07 – *Shows*, *ballet*, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, *shows*, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

**13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**

13.01 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.04 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

**14 – Serviços relativos a bens de terceiros.**

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

**15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (*leasing*) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (*leasing*).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
 PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
 CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
 EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
 FONE: (89)3570-1473  
 ADM:2017-20



pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, remissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e remissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

#### 16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

#### 17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta aúdfvel, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – Franquia (*franchising*).

17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.12 – Leilão e congêneres.

17.13 – Advocacia.

17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.15 – Auditoria.

17.16 – Análise de Organização e Métodos.

17.17 – Atuação e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.20 – Estatística.

17.21 – Cobrança em geral.

17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (*factoring*).

17.23 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.24 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.1 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.1 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroviários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, aeroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

#### 21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

#### 22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

#### 23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

#### 25 – Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; *courrier* e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; *courrier* e congêneres.

#### 27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

#### 28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

#### 29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

#### 30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

#### 32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 – Serviços de desenhos técnicos.

#### 33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

#### 34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

#### 35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

#### 36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

#### 37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

#### 38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

#### 39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

#### 40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 – Obras de arte sob encomenda.

### ANEXO III LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2018

#### TABELA II

TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO, FUNCIONAMENTO E FISCALIZAÇÃO – TLIF		
Item	Discriminação	VALOR (URM)
1	Expedição de licença, quando da localização, instalação, funcionamento e fiscalização de pessoa jurídica ou de pessoa física, quando for o caso.	
1.1.	Estabelecimento industrial, produtor, comercial e prestador de serviços, inclusive pessoa física que desenvolve atividades, na forma da Lei, por classe de área (m <sup>2</sup> ), por ano ou fração:	
	Até 50,00	75
	Acima de 50,01 até 100,00	150
	Acima de 100,01 até 250,00	275
	Acima de 250,01 até 500,00	495
	Acima de 500,01 até 750,00	525
	Acima de 750,01 até 1000,00	645
	Acima de 1.000,00	1500
1.3.	Exercício do comércio eventual ou ambulante, por ano	
1.4.	Licença para ocupação do solo nas vias e logradouros Públicos	
1.4.1.	Barracas de feira livre, tendas ou similares, por ano	200
1.4.2.	Vendedor ambulante não domiciliado no Município de Baixa Grande do Ribeiro, por dia	60
1.4.3.	Circos, parques de diversões, por dia	140
1.4.4.	Feiras livres, exposições, feiras de amostra ou similares, por licença	100
1.4.5.	Festejos, eventos culturais, artísticos, esportivos e similares, por dia	140

(Continua na próxima página)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHOUQUINHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: prefeitura@baixagrande@bol.com.br  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



1.4.6.	Trailers, barracas metálicas, fixas ou móveis, barracas de lanche ou similares, por ano	140
1.4.7.	Bancas de revistas, livros, jornais ou similares, por ano	250
1.4.8.	Caixas eletrônicas e demais serviços bancários, por ano	1000
1.6	Licença para ocupação de dependências públicas, por ano	
1.6.1	Quiosques	140
1.6.2	Box e salas nos mercados públicos	150
1.6.3	Outros não enquadrados acima	170

**ANEXO IV  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2018**

**TABELA III**

TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS – TLFO		
Item	Discriminação	URM
1	Aprovação de plantas, inclusive alinhamento e nivelamento, por m <sup>2</sup>	
1.1	Prédios residenciais	0,8
1.2	Prédios industriais e comerciais	1,2
1.3	Galpões e alambrados	0,5
2	Demolições, por m <sup>2</sup>	1
3	Licença para habitar, por m <sup>2</sup>	1
4	Legalização de construções não licenciadas, por m <sup>2</sup>	2
5	Outras obras particulares diversas não especificados anteriormente, por m <sup>2</sup>	2

**ANEXO V  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2018**

**TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – TLA**

**TABELA IV**

CLASSIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE SEGUNDO O PORTE			
Porte do Empreendimento/Atividade	Área Total Produtiva (m <sup>2</sup> )	Investimento Total (R\$)	Número de Empregados
PEQUENO	Até 200	Até 360.000,00	Até 5
MÉDIO	De 200 a 1000	De R\$3.600.000,01 até 12.000.000,00	De 5 a 100
GRANDE	De 1000 a 10.000	Superior a R\$12.000.000,01	De 100 a 1.000

**OBS:**

- I. O porte do empreendimento/atividade será definido pelo parâmetro que der maior dimensão dentre os disponíveis no momento do requerimento;
- II. Considera-se investimento total o somatório o faturamento dos últimos doze meses
- III. Área Total produtiva é todo o espaço que for utilizado para geração de riquezas

**TABELA V**

PORTE DO EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE	VALORES DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL –TLA (EM URM)		
	Licença Prévia (LP)	Licença de Instalação (LI)	Licença de Operação (LO)
EMPRESA PEQUENA	180	300	500
EMPRESA MÉDIA	220	600	800
EMPRESA GRANDE	500	1.199	1.499

**OBS:**

- I. O valor da Licença Ambiental Simplificada será o somatório dos valores das licenças individuais dentro do porte do empreendimento.
- II. Para a renovação da Licença Ambiental de Operação com validade superior a um ano, o valor da licença ambiental será proporcional ao tempo concedido em anos.

**TABELA VI  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2018**

TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DIVERSAS			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	VALOR – URM/UNID
1.1	Autorização para limpeza de área (resíduos sólidos, entulho e vegetação suprimida).	Por m <sup>2</sup>	0,30
1.2	Autorização ambiental para execução de obras de canalização.	Por metro linear	0,50
1.3	Autorização ambiental para Cort de vegetação arbórea.	Por unidade	10
1.4	Autorização ambiental para poda de vegetação arbórea.	Por unidade	5
1.5	Autorização ambiental para supressão de vegetação arbórea com Levantamento Florestal/Fitossociológico.	Por hectare	40
1.6	Autorização ambiental para supressão de vegetação arbórea com Levantamento Florestal/Fitossociológico por trecho de intervenção em ruas, avenidas e rodovias.	Por 100m linear	2
1.7	Autorização de transplante de vegetação arbórea.	Por unidade	2
1.8	Autorização para utilização de som em vias públicas, praças e outros espaços públicos para realização de eventos, shows e espetáculos com fins lucrativos.	Por evento	50
1.9	Vistoria técnica ambiental.	Por vistoria	20 a 50
1.10	Vistoria ambiental com medição de ruídos/nível sonoro e expedição de seu respectivo laudo.	Por vistoria	40
1.11	Emissão de parecer técnico ambiental de Dispensa de Licença Ambiental.	Por parecer	50
1.12	Declaração de Baixo Impacto Ambiental	Por parecer	50

**ANEXO VI  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2018**

**TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIOS – TLFA**

**TABELA VII**

**PUBLICIDADE DIRETAMENTE RELACIONADA COM O TIPO E A FORMA DA PUBLICIDADE VEICULADA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO DE INCIDÊNCIA	TAXA UNITÁRIA EM URM		
			ÁREA DO ANÚNCIO EM M <sup>2</sup>		
			DE 1 A 9	DE 9 A 20	ACIMA DE 20
1.0	ANÚNCIOS PRÓPRIOS				
1.1	Luminosos	Anual	20	75	90
1.2	Iluminados	Anual	15	60	75
1.3	Não luminosos, nem iluminados	Anual	10	45	60
2.0	ANÚNCIOS PRÓPRIOS C/MENSAGEM ASSOCIADA DE TERCEIROS				
2.1	Luminosos	Anual	30	85	100
2.2	Iluminados	Anual	25	75	90
2.3	Não luminoso, nem iluminados	Anual	20	60	75
3.0	ANÚNCIOS DE TERCEIROS				
3.1	Luminosos	Anual	40	155	310
3.2	Iluminados	Anual	35	140	280
3.3	Não luminoso, nem iluminados	Anual	30	110	220
4	OUTROS TIPOS DE PUBLICIDADE				
	Engenheiros acoplados a termômetros ou relógios	Unidade/ano			50
	Veículo de divulgação colocado na parte externa	Unidade/ano			250

(Continua na próxima página)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHIQUNHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: [prefeituraebaixagrande@bol.com.br](mailto:prefeituraebaixagrande@bol.com.br)  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO PI**  
PRAÇA CHIQUNHO EZEQUIEL, 2222, CENTRO  
CNPJ: 41.522.178/0001-80 CEP: 64.868-000  
EMAIL: [prefeituraebaixagrande@bol.com.br](mailto:prefeituraebaixagrande@bol.com.br)  
FONE: (89)3570-1473  
ADM:2017-20



de veículo motorizado	Unidade/ano	60
Publicidade sonora, fixa ou volante, produzida por qualquer aparelho ou instrumento, em qualquer local permitido	Unidade/ano	40
Postes de anúncio ou publicidade	Unidade/ano	50
Engenheiros de divulgação em tapumes de obras, muros de vedação	Unidade/ano	

**ANEXO VII**  
**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2018**

**TABELA VIII**

**TAXA DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA – TRFS**

ÁREA DO ESTABELECIMENTO	VALOR (URM)		
	GRUPO DE RISCO I	GRUPO DE RISCO II	GRUPO DE RISCO III
Até 15,00 m <sup>2</sup>	93	79	63
De 15,01m <sup>2</sup> a 30,00m <sup>2</sup>	104	90	74
De 30,01m <sup>2</sup> a 50,00m <sup>2</sup>	115	101	85
De 50,01m <sup>2</sup> a 100,00m <sup>2</sup>	126	112	96
De 100,01m <sup>2</sup> a 200,00m <sup>2</sup>	138	123	107
De 200,01m <sup>2</sup> a 300,00m <sup>2</sup>	176	146	130
De 300,01m <sup>2</sup> a 500,00m <sup>2</sup>	230	184	153
De 500,01 m <sup>2</sup> a 1.000,00 m <sup>2</sup>	283	237	207
De 1.000,01 m <sup>2</sup> a 2.000,00 m <sup>2</sup>	322	292	245
De 2.000,01 m <sup>2</sup> a 3.000,00 m <sup>2</sup>	376	345	284
De 3.000,01 m <sup>2</sup> a 4.000,00 m <sup>2</sup>	414	398	352
Acima de 4.000,00 m <sup>2</sup>	468	453	422

**ANEXO VIII**  
**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2018**

**TAXA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DIVERSOS – TSMD**

**TABELA IX**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (URM)
1.	Depósitos e liberação de bens, animais e mercadorias Apreendidas	
1.1.	Depósito e liberação de bens, unidade por dia	30
1.2.	Depósito e liberação de animais, unidade por dia	30
1.2.1	Cães, suínos, caprinos e ovinos	5
1.2.2	Equídeos, asininos e muarens	5
1.2.3	Bovinos	10
1.3.	Depósito e liberação de mercadorias, por dia	30
2.	Inspeção <i>ante mortem</i> e <i>post mortem</i> de animais	
2.1.	Em matadouro da empresa, por cabeça	
2.1.1.	- animais de grande porte (bovinos e buvalinos)	2
2.1.2.	- animais de médio porte (suínos, caprinos, ovinos, avestruzes e perus)	0,5
2.1.3.	- animais de pequeno porte (frangos, coelhos, codornas e rãs)	0,1
3.	Inspeção de produtos derivados do leite (leite, queijo, iogurte e derivados em geral)	
3.1.	Leite pasteurizado, por cada 1.000 l	1
3.2.	Leite processado, por cada 1.000 kg	10
4.	Exame de anemia infecciosa equina (AIE)	10
5	Expediente	
5.1.	Emissão de 2ª via de quaisquer documentos municipais	10
5.2.	Certidões diversas	20
5.3.	Remoção de lixo extradomiciliar, por carrada de 5m <sup>3</sup>	40

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 007,**  
**DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**

Consolida a legislação referente à Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – CIP do Município de Baixa Grande do Ribeiro, prevista no artigo 149-A da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.

**Art. 1º** - Fica instituída no Município de Baixa Grande do Ribeiro, para fins do custeio do serviço de Iluminação Pública, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP.

Parágrafo único – O serviço previsto no "caput" deste artigo compreende a iluminação de vias, logradouros e demais bens e locais públicos, bem como a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública municipal.

**Art. 2º** - Caberá ao Gestor das Finanças Públicas do Município de Baixa Grande do Ribeiro proceder ao lançamento e à fiscalização do pagamento da contribuição, nos termos do Contrato firmado com a Distribuidora de Energia Elétrica, quando for o caso.

**Art. 3º** - Contribuinte é todo aquele que possua ligação de energia elétrica regular ao sistema de distribuição e fornecimento de energia da Distribuidora de Energia Elétrica local.

**Art. 4º** - A Distribuidora de Energia Elétrica poderá ser responsável pela cobrança e recolhimento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, devendo transferir o montante arrecadado para a conta específica do Município especialmente designada para tal fim, sob pena de responder civil e criminalmente pelo não cumprimento do aqui disposto.

§ 1º - É lícito à Distribuidora de Energia Elétrica deduzir do produto da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública, através de encontro de contas, os valores suficientes para a liquidação de quaisquer obrigações do Município para com a Concessionária, relativos ao fornecimento de energia elétrica que abastece a rede de Iluminação Pública, à prestação dos serviços de cobrança e arrecadação da CIP e aos encargos financeiros destinados a suprir a expansão e modernização da rede que atende ao Sistema de Iluminação Pública.

§ 2º - A eficácia do disposto no "caput" e parágrafo 1º deste artigo fica condicionada ao estabelecimento de contrato específico a ser firmado entre a Prefeitura Municipal e a Distribuidora de Energia Elétrica de energia elétrica, respeitadas, no que couber, as determinações da ANEEL e condições contratuais.

§ 2º - O contrato definido no parágrafo 2º deste artigo será celebrado no prazo máximo de 90 (noventa) dias e disporá sobre a forma e operacionalização da cobrança a que se refere o "caput" e o parágrafo 1º.

**Art. 5º** - A base de cálculo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP é o consumo de energia elétrica em moeda nacional, resultante da multiplicação do consumo em KWh e da tarifa regulatório da respectiva classe de consumo do consumidor/contribuinte.

**Art. 6º** - O valor da contribuição será incluído no montante total da fatura mensal de energia elétrica emitida pela concessionária desse serviço e obedecerá às classes e faixas de consumo de consumidores Residencial, Industrial, Comercial, Rural, Poder Público (Federal, Estadual e Municipal), Serviço Público e Consumo Próprio, conforme tabela do Anexo I.

§ 1º - O valor da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, deverá observar o teto máximo de 20% da base de cálculo definido no art. 5º da presente lei.

§ 2º - O valor da contribuição será reajustado, no início de cada exercício financeiro, considerando o reajuste da tarifa de energia elétrica para a classe iluminação pública (B4a), aprovado no exercício fiscal anterior, pela agência reguladora – ANEEL.

§ 3º - A eficácia e aplicação do reajuste tarifário de energia elétrica para classe de Iluminação Pública disposta no parágrafo anterior fica condicionada a manifestação expressa do Poder Executivo municipal à Distribuidora de Energia Elétrica, sob pena de não aplicação ou aplicação diferida.

§ 4º - O Poder executivo do Município de Baixa Grande do Ribeiro só poderá aplicar reajustes referentes aos últimos 12 meses, sob pena de preclusão.

**Art. 7º** - A Distribuidora de Energia Elétrica deverá manter cadastro atualizado dos contribuintes que deixarem de efetuar o recolhimento da contribuição, fornecendo os dados constantes naquele para a autoridade administrativa competente pela administração da contribuição, quando solicitado.

Parágrafo único - Na hipótese em que a concessionária realizar com o contribuinte o parcelamento de uma ou mais faturas de consumo de energia elétrica, o repasse do tributo será realizado dentro do período de pagamento das parcelas negociadas.

**Art. 8º** - As hipóteses de isenção, para sua aplicação, deverão constar do Anexo I desta Lei, alcançando integralmente determinada classe de consumo; especificamente alguma faixa de consumo dentre as classes estabelecidas pelo Agente Regulador (ANEEL) e/ou; *à posteriori*, para casos particulares, independentemente da classe de consumo ou localização geográfica, mediante prévia e formal solicitação do Poder Executivo, necessariamente com a identificação/informação do código único, sendo esta condição objetiva, requisito operacional à isenção, exclusão do lançamento e cobrança do tributo.

(Continua na próxima página)